



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SINARA RAQUEL SABINO PEREIRA DA SILVA

**“MAS QUE SAUDADE DA MINHA PRAÇA MODESTA [...] ONDE VIVER
ERA BOM”**: os espaços públicos de lazer enquanto *loci* para o comum urbano

Recife
2024

SINARA RAQUEL SABINO PEREIRA DA SILVA

**“MAS QUE SAUDADE DA MINHA PRAÇA MODESTA [...] ONDE VIVER
ERA BOM”**: os espaços públicos de lazer enquanto *loci* para o comum urbano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências sociais.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Augusto
Alves dos Santos

Recife

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S586m Silva, Sinara Raquel Sabino Pereira da.
“Mas que saudade da minha praça modesta [...] onde viver era bom”: os espaços públicos de lazer enquanto *loci* para o comum urbano / Sinara Raquel Sabino Pereira da Silva. - Recife, 2024.
132 f. ; il.

Orientador(a): Otávio Augusto Alves dos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais, Recife, BR-PE, 2024.
Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Espaços públicos (Vitória de Santo Antão – PE) 2. Praças (Vitória de Santo Antão – PE) 3. Parques urbanos (Vitória de Santo Antão – PE) 4. Lazer aspectos sociais (Vitória de Santo Antão – PE)
I. Santos, Otávio Augusto Alves dos, orient. II. Título

CDD 300

SINARA RAQUEL SABINO PEREIRA DA SILVA

“MAS QUE SAUDADE DA MINHA PRAÇA MODESTA [...] ONDE VIVER ERA BOM”: os espaços públicos de lazer enquanto *loci* para o comum urbano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências sociais.

Aprovado em: 04/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Otávio Augusto Alves dos Santos (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen (Examinador Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Eu sou eternamente grata a todos que caminharam junto comigo para que *Mas que saudade da minha praça modesta [...] onde viver era bom* fosse produzida. E é engraçado que essa monografia virou, ao mesmo tempo, extensão e algo alheio a mim: ela não me pertence, mas virou símbolo das inúmeras vezes e das inúmeras pessoas que já me escutaram falar de praça, de comum, de livros estranhos, de desenhos mais estranhos ainda, de pessoas específicas ou de pessoas no geral. Inicialmente, eu agradeço àqueles que, mesmo após a travessia para outro plano, continuaram comigo. Eu agradeço ao meu pai, que não me desestimulou em momento algum quando descobriu que eu queria cursar Ciências Sociais e de quem eu puxei a teimosia – e a cara de pau de aceitar sair como ruim. Eu agradeço a Melzinha, impetuosa, que esteve mais comigo do que eu estive sozinha, que lutou pela vida até mostrar que nada a pararia – até hoje, ela deve estar colocando terror nos cachorrinhos do céu. Eu agradeço ao professor Léo Cisneiros, sempre presente, que transformou a *Sinara hobbista* em *Sinara dos comuns* e que me apresentou a essa temática que, hoje, virou parte de mim. Obrigada, Mah, eu falhei com você na última vez, mas saiba que essa é uma dor que eu vou sempre carregar – obrigada por me fazer rir, obrigada pelas canetas vendidas, obrigada pelas vezes que a vida ficou mais tragável quando estava com você.

Não tem como não agradecer às minhas irmãs, que estão sempre ali para me consultar, me lembrar das vergonhas do passado, das coisas que fazíamos enquanto crianças. Obrigada, Sil, por ser minha revisora e dizer se o que eu escrevo faz sentido – nunca faz. Obrigada, Sil, por jogar comigo e por me fazer cair na real. Obrigada, Minha, por ser paciente – de vez em quando – e por sempre tentar ver meu melhor lado. Obrigada, Minha, por me fazer se sentir importante em meio a tanto vazio. Eu não sou nada sem vocês. Mãe, obrigada por tudo que a senhora e painho abriram mão por mim – obrigada por escutar meus gritos, tolerar minhas brincadeiras. Obrigada pelas horas de sono perdido, pelos dias em que dormi na sua cama, pelas vezes que a senhora saía correndo para colocar aquele remédio na geladeira dos vizinhos quando faltava energia na casa da gente. Eu agradeço a minha vovó, uma das mulheres mais lindas que eu já conheci – a senhora também é meu porto-seguro, meu segundo lar. Obrigada, Misa, por não rir de mim quando a gente jogou dominó – as poucas vezes – e por estar do meu lado desde que a gente se conheceu. Amo vocês com todas as minhas forças.

Para a família que eu escolhi, eu nem sei por onde começar. Para a minha *parabatai*, que sempre estará comigo onde eu estiver, que descansará comigo onde eu descansar: te amo,

Alice, obrigada por continuar me mandando vídeo engraçado mesmo eu demorando dias para responder. Obrigada por ler os livros de Cassandra Clare comigo antes das provas, obrigada pelos momentos que transformaram a escola naquilo que ela representa para mim hoje. Obrigada, Joãozinho, por não desistir de tentar marcar rolê comigo, obrigada por ficar feliz em me ver, por ser essa pessoa *gigante*. Obrigada, Li, por ser – quase – da minha família, por me levar para entregar documentos importantes contigo, por ir fazer as feirinhas comigo, por me incluir nas fofocas. Sou enormemente grata à minha casca de bala, Ellô, que virou uma parte de mim nesse curto período, e ao meu amiguinho Carlos, pela ajuda imensurável na pesquisa sobre o Parque da Bela Vista

Para aqueles que transformaram o tempo da graduação nessa magia: agradeço ao Omegaverse. De todas as vezes que eu e Ellen tentamos rastrear como nós cinco ficamos tão próximos, nunca conseguimos chegar a um veredito. Edu, Jordy, Ellen e Vinicius, meu MUITO OBRIGADA. Eu não chegaria tão longe sem vocês, obrigada por fazer a minha vida mais feliz, ser minha sertralina antes mesmo da sertralina. Que a União Sinistra Vitória-Guadalajara-Paulista nunca seja rompida: obrigada pelo trio vitorioso, pelas discussões sobre Tabajara, pela Jabuticaba brasileira. Obrigada ao Conselho! Não é como seu fosse deixar passar a maior rede de informações já criada: Vitorinha, muito obrigada por fazer minha propaganda e confiar em mim; obrigada por me ajudar nas escolhas que eu faço – das mais fáceis às mais difíceis.

Eu não tenho palavras para agradecer ao meu orientador – o melhor orientador em linha reta das Américas. Prof. Otávio, obrigada pelas viagens em meio ao comum e às urbanidades. Obrigada pelas orientações, pelas conversas, pelas dicas e, acima de tudo, pelo apoio que ajudou a desfazer as confusões inerentes à graduação. Obrigada por aceitar orientar este trabalho na época ainda em que ele era o desejo de fazer um artigo sobre parques urbanos cercados. Agradeço ao Grupo Dom Quixote e ao Ecologia Política e Direito à Cidade pelas mais diversas oportunidades não só acadêmicas, mas de crescimento pessoal!

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE – pelo financiamento de dois ciclos de iniciação científica sobre a temática dos comuns urbanos, essenciais para o desenvolvimento desta monografia.

Vocês foram – e são – atores e atrizes centrais para o desenlace da minha vida. Amo todos vocês.

Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável [...] Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas, nas representações escritas, vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas. Os projetores abandonaram os atores donos de nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se para o corpo dos figurantes amontoados dos lados, e depois fixar-se enfim na multidão do público [...] Trata-se de uma multidão móvel e contínua, densamente aglomerada como pano inconsútil, uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos tornando-se a linguagem móvel de cálculos e racionalidades que não pertencem a ninguém. Rios cifrados da rua. (Certeau, 2005, pp. 57-58)

RESUMO

A presente monografia objetiva destacar como a instituição do comum urbano pode se relacionar com a apropriação de praças e de parques urbanos enquanto locais públicos de lazer, tendo como questão norteadora: em que medida a apropriação social de praças e parques urbanos enquanto espaços públicos de lazer viabiliza a instituição do Comum. Enquanto metodologia e métodos, a pesquisa é considerada fundamental quanto à sua natureza, exploratória-descritiva quanto aos objetivos, qualitativa no que corresponde à tabulação de dados e à abordagem. Além de partir de uma pesquisa bibliográfica sobre as principais teorias de comum, situando a temática do comum urbano dentre essas, utilizando artigos retirados da plataforma *Scielo* e teses e dissertações oriundas de PPGs cujo coeficiente *qualis* fosse superior ou igual a 5, possui-se como desenho de pesquisa um estudo de casos múltiplos, tendo como procedimentos a coleta de doze entrevistas semiestruturadas – seis na Praça Luiz Lopes Correia e seis no Parque da Bela Vista, ambos os espaços localizados no município de Vitória de Santo Antão-PE. Os comuns urbanos são essenciais para o debate sobre do Comum em um meio globalizado e cercado por disputas de poder e de fragmentação não só espaciais, mas das relações interpessoais. A recreação, ao fazer referência à ludicidade e ao processo de criação de experiências e novas vivências, perpassa as diversas fases da vida e denota as possibilidades de mudança social através da efetivação seja do lazer, seja do ócio. As praças e os parques apresentam a instituição de territórios-rede ou territórios descontínuos, os quais contam com a presença de inúmeros espaços cuja apropriação social vem de grupos distintos, com necessidades específicas, geralmente, produzindo situações de conflito entre estes. A partir da análise das entrevistas e da observação em tempo real, reconhece-se que as praças públicas e os parques urbanos funcionam como *loci* de encontros sociais rotineiros, os quais auxiliam a alimentação do lazer enquanto manifestação da cultura, fomentando a dialógica urbana e representando territórios de vida humana, demandando, contudo, em especial a organização político-social necessária para a cultura do comum urbano.

Palavras-chave: Comum urbano; Praça; Parque Urbano; Lazer; Territórios de vida humana; Vitória de Santo Antão.

ABSTRACT

This monograph aims to highlight how the institution of the urban common relates to the appropriation of urban squares and parks as public spaces for leisure, having as guiding question: to what extent does the social appropriation of urban squares and parks as public leisure spaces enable the institution of the Common? In terms of methodology and methods, the research is considered fundamental regarding its nature, exploratory-descriptive concerning its objectives, and qualitative in relation to data tabulation and approach. It is based on a bibliographic research of the main theories of the Common, situating the theme of the urban Common within these frameworks, utilizing articles sourced at the *Scielo* platform and theses and dissertations from graduate programs with a *qualis* coefficient of 5 or higher. The research design involves a multiple case study, with the collection of twelve semi-structured interviews — six at Luiz Lopes Correia Square and six at the Bela Vista Park, both located in the city of Vitória de Santo Antão-PE. Urban commons are essential for the debate on the Common in a globalized context marked by power struggles and not only spatial fragmentation but also fragmentation of interpersonal relationships. Recreation, referring to playfulness and the process of creating experiences and new living, permeates various stages of life and denotes the possibilities for social change through the realization of either leisure or idleness. Squares and parks present the institution of network territories or discontinuous territories, which feature numerous spaces whose social appropriation comes from distinct groups with specific needs, often producing conflict situations among them. From the analysis of interviews and real-time observation, it is recognized that public squares and urban parks function as *loci* of routine social encounters, which help nourish leisure as a manifestation of culture, fostering urban dialogue and representing territories of human life, while requiring, in particular, the political and social organization necessary for the culture of the urban Common.

Keywords: Urban common; Public square; Urban park; Leisure; Human life territories; Vitória de Santo Antão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFICF	Complexo Fundiário, Imobiliário, Comercial e Financeiro
CPR(s)	<i>Common Pool-Resources</i>
DDD	Descanso, <i>Divertissement</i> e Desenvolvimento
DIY	<i>Do it yourself</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PPG(s)	Programa(s) de Pós-Graduação
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PVSA	Presídio de Vitória de Santo Antão
SAPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal Do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

UPM	Mackenzie
USF	Unidade de Saúde da Família
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

1.	“Ela era feia... Praça sete, simplesmente”: <i>uma discussão introdutória</i>	13
2.	“Ninguém ficava na fila, não havia lotação”: <i>o urbano em meio às teorias do Comum</i>	24
	<i>Aí eu desço, né, como eu chego lá?: metodologia e métodos</i>	24
	<i>A praça é recurso também: algumas perspectivas de comum</i>	29
	<i>E aí é comum: o comum urbano em meio à teoria</i>	35
3.	“Não era velha nem pobre, ganhou cartaz, nome nobre”: <i>a sincronicidade ócio-lazer frente a pauperização</i>	40
	<i>É como se fosse um lazer: o ócio, o lazer e as relações humanas com o passar do tempo</i>	41
	<i>Só é o que eu posso ver, uma mudança radical: a dupla pauperização do lazer</i>	50
	<i>Aquela * é uma praça?: os espaços são públicos, mas são de lazer?</i>	54
4.	“Tudo foi despedaçado com mais completo desdém”: <i>um estudo de casos múltiplos</i>	60
	<i>Quando eu fui morar em Vitória: o município de Vitória de Santo Antão</i>	60
	<i>Você descubra: metodologia e métodos</i>	61
	<i>O parque fica perto da minha casa: unidades de análise e de observação</i>	63
5.	“Mas que saudade da minha praça modesta [...]”: <i>a cultura do comum urbano nos espaços públicos de recr[i]ação</i>	66
	<i>É que eu odiava, né, os skatista: territorialidades descontínuas</i>	66
	<i>Eu já tô na terceira década da praça: a construção da rotina em meio à vida cotidiana</i>	72
	<i>É bem movimentado, ou seja, o perigo tá menos: a rotina recr[i]ativa e contextos de violência</i>	78
	<i>Se tivesse uma cerca, não ia ser uma praça, nera? Ia ser um cercado pros gados do Lídia Queiroz: a cerca no Parque da Bela Vista</i>	85
6.	“[...] Que era aquela e não esta, e onde viver era bom”: <i>reflexões e encaminhamentos</i>	93
7.	Referências	98
Anexos	108	
	<i>Anexo A – Mapa de localização dos espaços públicos de recreação estudados</i> ..	108
	<i>Anexo B – Parque da Bela Vista</i>	109
	<i>Anexo C – Praça Luiz Lopes Correia</i>	109
	<i>Anexo E – Crianças utilizando a pista de skate (Parque da Bela Vista)</i>	110
	<i>Anexo F – Mesa e cadeiras usadas no jogo de dominó da Praça Luiz Lopes Correia</i>	111
	<i>Anexo G – Barraquinhas dentro do Parque da Bela Vista</i>	111
	<i>Anexo H – Guarita Parque da Bela Vista</i>	112
	<i>Anexo I – Placa de apresentação do Parque da Bela Vista</i>	112

<i>Anexo J – Pessoas jogando futebol de mesa em mesa adaptada (Parque da Bela Vista).....</i>	<i>113</i>
<i>Anexo K – Acesso ao banheiro (Parque da Bela Vista).....</i>	<i>113</i>
<i>Anexo L – Praça do Livramento (Praça Padre Félix Barreto).....</i>	<i>114</i>
<i>Anexo M – Cacimba da Praça Luiz Lopes Correia.....</i>	<i>114</i>
Apêndices 115	
<i>Apêndice A: Principais teorias de comum</i>	<i>115</i>
<i>Apêndice B: Sistematização dos artigos, das teses e das dissertações</i>	<i>120</i>
<i>Apêndice C: Roteiro de entrevistas – Praça Luiz Lopes Correia</i>	<i>126</i>
<i>Apêndice D: Roteiro de entrevistas – Parque da Bela Vista.....</i>	<i>127</i>
<i>Apêndice E – Detalhamento do perfil dos entrevistados.....</i>	<i>131</i>

1. “Ela era feia... Praça sete, simplesmente”: *uma discussão introdutória*

O neoliberalismo, enquanto agenda econômica, emerge no mundo central através, inicialmente, de uma série de pesquisas, reuniões acadêmicas e diagnósticos sobre o crescimento econômico (Harvey, 2008), algumas das quais acompanhadas de medidas que deveriam ser impostas aos países, sobretudo os periféricos (e, especialmente, os latino-americanos), via organismos multilaterais, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Santos; Castilho, 2021):

A resposta (dessa implementação) em países como o Chile e a Argentina nos anos 1970 foi tão simples quanto rápida, brutal e segura: um golpe militar apoiado pelas classes altas tradicionais (assim como o governo norte-americano) seguido pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais urbanos que tanto ameaçam seu poder (Harvey, 2008, p. 49)

Então, ao acrescentarmos ao neoliberalismo “[...] sua característica [quicá] estadista, no que tange ao seu movimento de englobar o Estado e utilizar este como um propagador do domínio do Capital sobre as demais parcelas da vida social (Sisnando; Sabino P., 2023, p. 76)”, é perceptível como este sistema de ideias utiliza da retórica do inimigo comum a ser vencido – retórica essa que remonta o Macarthismo norte-americano –, em ordem de estender para as sociedades periféricas sobre as quais atua uma série de medidas violentas e de subalternização, que tendem a ser mascaradas sob os vieses de auxílio. Assim, “[...] as ações dos diferentes agentes, de forma consciente ou não, favorecem a privação, promovendo também a competição” (Santos; Castilho, 2021, p. 36)

Essa competição, que leva à fragmentação do espaço urbano e das relações interpessoais junto à incorporação de políticas globais a serem aplicadas localmente, não conduz apenas a uma depreciação dos investimentos públicos em prol de um desenvolvimento endógeno, frente à abertura ao investimento estrangeiro (Harvey, 2008), mas à estratégias que visam minar a solidariedade entre os indivíduos, expropriando-os não só de seu trabalho, mas também das redes de apoio mútuo. O inimigo comum criado pelo neoliberalismo não corresponde apenas a mais uma retórica antissocialista, pois pode ser desde um vizinho a grupos sociais inteiros. A agenda neoliberal atua, então, como um fator decisivo para a manutenção e a reprodução, especialmente, do capitalismo financeiro¹.

¹ É válido que destaquemos que apesar das várias implicações do capitalismo financeiro, esta discussão afasta-se dos objetivos geral e específicos da presente pesquisa. Para um maior aprofundamento sobre aquele e sua relação político-econômica, fazemos grande uso de Ribeiro e Diniz (2017, p. 367), os quais afirmam que, por meio de um rentismo exacerbado e da prevalência das formas geradoras de juros, a *nova expressão financeira do capitalismo* “[...] ampliou a tendência geral de transformação do espaço urbano em um campo aberto para a circulação de capitais portadores de juros” .

Embora seja historicamente representado através de um conjunto de políticas econômicas aplicadas nos países do Sul, utilizando-os de experimento ou sintetizando demandas por um Estado mínimo, autores como Dardot e Laval (2016), preferem defini-lo como uma *racionalidade*, que fora difundida, moldando subjetividades, sem que seja necessária a intermediação do Estado para sua efetivação. A racionalidade neoliberal vincula-se com o próprio agir do indivíduo, de forma que este passa a se comportar como gestor de si (acrescentar)

Dardot e Laval (2016) também afirmam que é um equívoco conceber o neoliberalismo como uma simples corrente de pensamento econômico cuja marca seria o Estado mínimo, pois os fatos históricos que marcaram seu surgimento [...] são essencialmente políticas de Estado, que exigiram sua presença vigorosa (Santos; Castilho, 2021, p. 35)

Por conta dessa constante neoliberalização do cotidiano e do pessimismo crescente em relação a soluções advindas do Estado (devido também às experiências fracassadas do socialismo no século XX)(Dardot; Laval, 2017), as alternativas ao capitalismo contemporâneo tendem a residir em modos de agir e de ser que fujam desta dicotomia Capital-Estado, alimentando um *continuum* voltado para a expansão da *contra-conduta* (Dardot; Laval, 2017) através de leituras, sobretudo, das teorias de Foucault e das experiências de resistência e luta social do século XXI, Dardot e Laval (2016) procuram entender o surgimento de uma nova governamentalidade, que se opõe à racionalidade neoliberal.

É importante que destaquemos, porém, que a contra-conduta não, necessariamente, gera resistência a partir desses movimentos conscientes. Quando Santos e Castilho (2021) bem discutem os territórios da vida humana, isto é, espaços em que a dinâmica temporal-espacial do neoliberalismo é posta em xeque a partir da construção de uma territorialidade que responde aos “tempos de seus próprios atores” (Castilho, 2019, p. 599), percebemos que são locais que

[...] Embora ainda não apontem para experiências do comum, possuem tudo para tal. Tratam-se, em outras palavras, dos espaços do encontro, da festa (LEFEBVRE, 2001) e da coabitação (SANTOS, 1987) propiciadores dos interesses da coletividade, na medida em que a reunião das pessoas encoraja a discussão acerca dos problemas vividos e enfrentados ao nível local; e, conseqüentemente, a busca, em comunhão, de perspectivas de enfrentamento visando um território efetivamente novo (Castilho, 2019, p. 599)

De forma semelhante, Lefebvre (1991), ao abordar a importância de estudar a vida cotidiana (*everyday life*), aponta sagazmente como a alienação, para além de uma teoria, acontece diariamente na vida dos indivíduos:

Assim como a atividade criativa do mundo humano não é teórica, mas prática, mais uma atividade constante do dia-a-dia do que uma exceção, a alienação também é constante e diária

[...] Alienação aparece na vida do dia-a-dia, na vida do proletário e até na vida da baixa (*Petty*) burguesia e do capitalista (a diferença é que os capitalistas contribuem com o poder desumanizante da alienação). Em cada atitude que segrega cada homem daquilo que ele é e daquilo que ele pode fazer – na arte, na esfera moral, na religião – um olhar crítico revelará a alienação (Lefebvre, 1991, p. 167 – tradução nossa)

O que manifestamos e até o que deixamos de manifestar, então, é o que forma a alienação e a própria fragmentação das relações sociais: os impactos do neoliberalismo, *p.e.*, não existem *a priori* do cotidiano, ou fora dele, mas apenas existem enquanto são reproduzidos e mantidos pelos indivíduos e pelas instituições. É a repetição da prática diária, ou cotidiana, que forma o mundo como o conhecemos e como *queremos* conhecê-lo.

O debate acerca dos comuns ressurgiu, particularmente, com os trabalhos de Elinor Ostrom, dos quais destacamos o livro *Governing the Commons* (2015), mas não fora iniciado com estes, sendo um debate eminentemente econômico que se expande para o campo político, incorporando tantos elementos que acabou “desvinculando-se” daquele seu âmbito inicial. A publicação em 1968 do artigo *The tragedy of the Commons* escrito pelo ecologista Garrett Hardin, embora visando a problemática da superpopulação, pôs em evidência a discussão sobre como a autorregulação e a existência de comuns supostamente ameaçam a sobrevivência e a manutenção não só de recursos, mas também de espaços públicos – por exemplo, os parques. O autor recorre a argumentos morais para afirmar a tendência “individualista”, que tende a fazer com que as pessoas tomem proveito daquilo que ainda não foi apropriado de maneira necessariamente predatória. E isso, segundo sua visão, não pode ser solucionado por novas tecnologias, mas por soluções também morais: a privatização ou a regulação quase proibitória do estado.

Ao estruturar tanto respostas aos argumentos apresentados anteriormente quanto exemplos de experiências comuns que são mantidas em diversos países e locais do mundo, Ostrom não apenas contra-argumenta a visão de Hardin, mas chama atenção para as diferentes formas de autogestão e governança de recursos, algumas das quais independentes de uma ação direta estatal. A partir das pesquisas de Ostrom, o campo de publicações sobre os comuns, suas zonas de atuação e aplicação, suas características etc., estendeu-se sobremaneira.

Os comuns urbanos têm sido compreendidos como processos de luta e apropriação de espaços da cidade a partir de movimentos sociais que tendem a reivindicar o Direito à Cidade. Este princípio sugere a formação de uma cidade mais democrática e diversa, na qual os cidadãos

possuem o direito e as possibilidades de – não apenas viver no espaço, mas transformá-lo, seja modificando seu tempo ou sua própria disposição urbano-geográfica-social.

Quando pensamos, então, nas práticas cotidianas que formam nossas relações intra- e interpessoais, é imprescindível que pensemos também como essas mesmas práticas dão forma à maneira com que nos apropriamos da cidade, nossas práticas cotidianas produzem o espaço. Ele não é apenas um substrato físico, mas um produto da sociedade que dele se apropria também, inclusive com vistas a construção de experiências alternativas, como os comuns. Assim, ao produzir o espaço, os indivíduos e grupos sociais moldam não só o presente, mas as relações sociais que ali serão desenvolvidas (Santos, 2020).

O processo de valorização do espaço, então, emerge enquanto o diálogo entre o valor do espaço – os instrumentos e as características *geográficas* de dada localidade – e o valor no espaço – as dinâmicas sociais nela cultivadas, sobre as quais Moraes e Costa (1987 apud. Santos, 2020) exemplificam próprio caminhar –, de modo que o significado é atribuído ao espaço não só pelo que ele, concretamente, possui e representa, mas também por aqueles que o produzem, nele vivem e se *apropriam*.

Em um contraste com os espaços apropriados, Lefebvre trata sobre espaços *dominados* – os quais o são, normalmente, modificados pela prática e contam grandemente com o avanço tecnológico. Como diferenciar, pois, o espaço dominado do espaço apropriado? O autor francês destaca como o “Espaço dominado é geralmente fechado, estéril e esvaziado [de signos]” (Lefebvre, 2000 p. 165 – tradução nossa). A apropriação, então, apesar de surgir sob o sentido de *estar em posse de algo (possession)* não se trata de uma posse mercantil, mas de um espaço que pode ser modificado para que responda aos interesses de seus modificadores, ou apropriadores – pessoas que compartilham com ele significados e sua própria origem. Um espaço dominado, ousamos dizer, existe por si, mas um espaço apropriado apenas existe a partir e pelos cidadãos, fundamentando formas de territorialidades. Enquanto a prática que leva à dominação é um fazer técnico e finito, as práticas de apropriação têm de ser continuadas e tem de atribuir a este fazer constante sentido e mudança.

Dessarte, pensando em decorrência dessas práticas apropriadoras, com tantas definições quanto formas de efetivação, o lazer surge enquanto “[...] um campo de vivências, de conhecimentos, de formação e de intervenção” (Gomes, 2010, p. 107). Os espaços de lazer, então, configuram-se como a organização espacial desse sob as constantes *transformações da contemporaneidade*. Com o avanço da retórica produtivista durante as Revoluções Industriais, especialmente, o lazer foi associando-se ao tempo livre, isto é, aos momentos em que não

existiriam atividades para com o trabalho, para com a família etc., mas a promoção de uma *atitude de satisfação* (Chemin, 2008) frente a uma atividade finalizada, a momentos de contemplação e a momentos de apreciação cultural consigo e com os demais. Marcellino (2000 apud. Chemin, 2008, p. 43) apontará, contudo, o lazer não só vinculado ao *tempo*, mas à “cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível”, abraçando, assim, momentos em que mais de uma atividade acontecessem simultaneamente.

Com as transformações espaciais e produtivas, o tempo disponível, por não se misturar com o tempo empregado – isto é, o tempo aplicado ao emprego –, o lazer começou a ser tratado enquanto vadiagem e enquanto ócio: um tempo *desocupado* e inefetivo que pode ser apontado até em ditados populares – como: “mente vazia, oficina do diabo”. Uma dessas transformações surge com a difusão das formas capitalistas de valorização do (e no) espaço, as quais nos levam em direção a uma produção e reprodução espacial fragmentada – sem os espaços públicos voltados para a efetivação do lazer, o privado tornava-se a única opção, diminuindo o contato interpessoal e inúmeras possibilidades de efetivar o momento de disponibilidade.

Assim como Hardin apontou que o Central Park, personificando as praças públicas, ao serem abertas para o uso indiscriminado, não sobreviveriam à superlotação, perecendo sem satisfazer sua função social, o espaço urbano não foi poupado da vigília neoliberal: um território despersonalizado e fragmentado transformou-se em uma condição *sine qua non* para o acúmulo de capital. O espaço latino-americano foi e vem sendo, pois, cultivado sob a manopla de ferro do modo de produção sob o qual estamos vivendo. Afirmar que esta não encontra desafios é, contudo, extremamente incorreto. Os múltiplos movimentos anticapitalistas, antirracistas, feministas e a favor de um espaço mais plural, diverso e democrático – como o Ocupe Estelita, brasileiro e pernambucano, a Guerra da Água, boliviana, as cozinhas solidárias lideradas pelo MTST e pelo MST, dentre outros exemplos – representam não só a crítica política e ideológica às espoliações cujas vítimas são os movimentos sociais e os próprios indivíduos, mas a retomada de espaços e formas de vida que representam maneiras de ultrapassar as despossessões e os cercamentos que a contemporaneidade enfrenta. Essa multiplicidade, essas corresponsabilidades e essas formas plurais de exercer esse câmbio de interrelações formam, portanto, um comum que não retrata – apenas – partes vivas da natureza, mas que imprimem e *exprimem* princípios políticos de luta e apropriação social dotados de valor de uso em detrimento de valor de troca.

O comum urbano, então, surge em meio variadas definições, porém aquela que aqui destacamos é a definição adotada por Stavrides (2016): um comum espacial como um processo, ele é relativo e diz respeito aos grupos que o cultivam. Um comum processual e, portanto, rotineiro que relaciona-se grandemente com a forma com que a população se organiza entre si principalmente.

Dessarte, a apropriação dos espaços públicos, em especial os de lazer, é uma alternativa direta ao esse processo de privatização espacial. Os locais com espaços de lazer públicos, além de contarem com menores índices de violência que os demais (Rodrigues, 2002; Marcellino *et. al.*, 2007a), proporcionam um aumento na participação político-social da comunidade em questão através da promoção da autogestão do espaço, cujo alicerce é uma cidade mediadora de relações de diferença que propiciam a instituição de um comum urbano. É preciso estudar, então, *em que medida a apropriação social de praças e parques urbanos enquanto espaços públicos de lazer viabiliza a instituição do Comum*, pois é nesses lugares que o lazer contemporâneo, particularmente, o lazer periférico e dos trabalhadores urbanos, é efetivado; de modo que uma pesquisa acerca dessas especificidades ajuda-nos a não só vislumbrar mais atentamente as dinâmicas de apropriação social manifestadas pelos cidadãos, mas a promover uma maior autonomia político-social a partir do lazer.

Crescer na periferia da Mata pernambucana é sinônimo de crescer com rodas de partida de dominó nas praças, com os momentos e espaços de interação entre tutores e crianças e entre trabalhadores de diversas áreas. É nas praças que os canavieiros esperam os ônibus dos engenhos pela manhã, que os idosos caminham ao lado dos netos, que os mototaxistas atualizam os donos das barraquinhas sobre as novidades da cidade. As praças e os parques urbanos carregam consigo a dinamicidade das cidades, as festas dos bairros, os sons das atrações que vão e vêm com as temporadas. Carregam, também, as cores, os estilos, as insurgências.

De forma análoga às periferias, porém, as praças e os parques muitas vezes são lidos como espaços perigosos e obsoletos, sendo alvo da normalização violenta do capital e do descaso do Estado, que é refletido na escassez de políticas públicas. A politicidade inerente à socialização não escapa das periferias, ela é, na realidade, cultivada cotidianamente nessas localidades onde o capital passa deixando seu rastro. Não só como ponto de referência ou ponto de encontro, mas até como ambiente e zona de travessia: os espaços públicos de lazer (trans)formam e são (trans)formados pela justaposição, pela diversidade e pelos cotidianos urbanos.

O político corre na veia da comunidade, alimentando-a, e precisamos combater a demonização da política, precisamos expor que o lazer, como manifestação da cultura e da criatividade, representa em termos de resistência e luta política. O comum urbano é um processo combativo, é cotidiano, é o contato; as praças e os parques urbanos também o são, possuindo a possibilidade de remodelar o público, um comum deturpado, em um comum plenamente urbano. Esse contato, porém, não pode ser identificado apenas de forma teórica: de modo a localizar plenamente nosso questionamento já mencionado, partimos de dois espaços públicos de lazer localizados no município de Vitória de Santo Antão, situado na Zona da Mata pernambucana – a praça Luiz Lopes Correia e o Parque da Bela Vista.

A praça Luiz Lopes Correia, fundada na década passada, circunda tanto a Igreja do Lúcia Queiroz, bairro em que é localizada, quanto a Unidade de Saúde da Família – USF – popularmente conhecida como Policlínica do Lúcia. Cortado pela PE-45 e próximo à BR-232, o Lúcia Queiroz é quase um polo *institucional* do município, principalmente, no que tange às forças policiais: é nele que estão sediados o 21º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco, o 1º Grupamento de Bombeiros da Zona da Mata e o PVSA – o Presídio de Vitória de Santo Antão. Essa barricada de forças, normalmente, repressivas corrobora com discursos que colocam o Lúcia em uma posição de destaque quando a pauta é *bairros perigosos para se viver e para visitar*.

Por outro lado, o Parque da Bela Vista é o ponto central do bairro homônimo: ao contrário da Praça Luiz Lopes Correia, que representa a ocupação de um espaço livre de edificações, o bairro da Bela Vista foi refundado ao redor do parque. Com ruas que, geralmente, desembocam neste, o bairro é perto do centro de Vitória de Santo Antão, além de ser onde estão alguns dos restaurantes mais visitados do município, dividindo o espaço habitacional com comércios já estabelecidos e com a rodoviária intermunicipal vitorienense. Em uma rua extremamente movimentada, o Parque da Bela Vista é tangente à escola municipal Manoel de Holanda e à UBS do bairro. Da relação Parque da Bela Vista com a Praça Luiz Lopes Correia destacamos dois contrastes: o primeiro é que, enquanto a praça Luiz Lopes Correia fica próximo da Policlínica do Lúcia, a UBS da Bela Vista fica perto do Parque. Essa simples inversão denota, contudo, como a praça do Lúcia desempenha um papel de coadjuvante para a comunidade, algo que não é reproduzido no parque. O outro contraste é: o Parque da Bela Vista é cercado e possui um horário de funcionamento – das cinco da manhã às dez horas da noite.

Esses dois fatores fazem com que os dois espaços públicos de lazer sejam extremamente complementares, expondo a realidade de grupos sociais e econômicos distintos e demonstrando

dois locais que, de acordo com a população, respondem a diferentes funções sociais: a praça sendo vinculada ao desenvolvimento de práticas ilícitas e o parque, ao *lazer* e ao encontro de amigos. Ao ter em vista essa complementariedade, a questão do comum urbano vem à tona, principalmente, quando debatemos os *termos* que este possui ao ser contraposto à *espontaneidade* do cotidiano e às práticas coletivas cujo sumo fim pode ser apontado enquanto promoção da *autossatisfação*.

Para que possamos resolver nossa questão norteadora, partiremos do seguinte objetivo geral: *destacar como a instituição do comum urbano pode se relacionar com a apropriação de praças e de parques urbanos enquanto locais públicos de lazer*. A presente monografia, portanto, contará com quatro seções para além desta introdução e das considerações finais, cada uma dessas responsável por discutir a respeito de nossos objetivos específicos. Dessarte, o capítulo “*Ninguém ficava na fila, não havia lotação: o urbano em meio às teorias do comum*” propõe-se a traçar um caminho a respeito das teorias do Comum, partindo desde contraposição teórica entre Elinor Ostrom (1990) e Garrett Hardin (1968), passando pelos comuns de Hardt e Negri (2016) e de Dardot e Laval (2017) e não esquecendo das perspectivas de Stavrides (2016) sobre o tema. Também destacaremos como Tonucci Filho interpreta o Direito à Cidade enquanto uma modalidade de Comum urbano, pois visamos *identificar o comum urbano em meios às perspectivas teóricas do comum*. Para localizar essa temática do urbano em meio às produções sobre o comum, partiremos de um levantamento bibliográfico na plataforma *SciELO* entre os meses de agosto de 2022 e de julho de 2023, filtrando as produções que possuíssem uma das palavras-chave *comum* OR *comuns* OR *common* OR *Commons* OR *común* OR *comunes*. Também selecionamos teses e dissertações apresentadas aos programas de pós-graduações nacionais, cujo conceito Qualis fosse maior ou igual a cinco e cujas áreas de pesquisa e atuação fossem geografia, arquitetura e urbanismo, sociologia, antropologia, ciências políticas e planejamento urbano e regional, metodologia que será mais detalhada *a posteriori*.

A terceira seção, “*Não era velha nem pobre, ganhou cartaz nome nobre: a sincronicidade ócio-lazer ante a pauperização*”, iniciará com o diálogo entre o ócio e o lazer, pontuando as principais diferenças entre as duas terminologias, principalmente, quando tratamos de um contexto pós-industrial. Embora servindo a propósitos semelhantes, o ócio é visto enquanto a não-atividade plena, estão ociosos aqueles que não trabalham e não exercem atividades profissionais; por outro lado, o lazer é lido como o tempo disponível entre o exercício e o tempo de descanso. A partir desta reflexão, é importante salientarmos que a forma com que

o lazer e o ócio são vistos foi modificada com o passar do tempo, especialmente no que tange aos signos atribuídos a estes pela população: o lazer passou a ser pauperizado duplamente. Não deixamos de mencionar, outrossim, a validade de usarmos a Recreação como uma terminologia para referirmo-nos à dupla lazer e ócio. A recreação inclui atividades que são desempenhadas em ambos os momentos, incentivando e proporcionando a manifestação criativa e ressignificação que é cultivada coletivamente. Como principais teóricos, partiremos de Marcellino, Dumazedier, Júlio César Abreu Filho (2015), de modo a conseguirmos *localizar as praças e parques urbanos no contexto de espaços públicos de lazer no que tange à relação entre o ócio e o lazer e à privatização da recreação*.

Por almejar a concretização de nosso próximo objetivo específico – *realizar um estudo de casos múltiplos a partir da observação e aplicação de entrevistas em parques urbanos e praças públicas do município de Vitória de Santo Antão-PE* –, o capítulo “Tudo foi despedido com mais completo desdém: um estudo de casos múltiplos” tratará sobre nossas metodologias, métodos, técnicas e instrumentos de coleta. Apresentaremos com mais detalhes o município de Vitória de Santo Antão, localizado na Zona da Mata pernambucana, onde se darão as entrevistas e a observação. Vitória, conhecida principalmente pela sua produção canavieira e como local de criação e produção da cachaça Pitú, fica a menos de cinquenta quilômetros da capital do estado, Recife, e sedia as duas unidades de análise das quais trataremos: a Praça Luiz Lopes Correia, situada na Avenida Adélio de Andrade, 100 – Lídia Queiroz, CEP: 55.614-170, e o Parque da Bela Vista, na rua Dezenove, 35 – Bela Vista, CEP: 55.608-615. A pesquisa é considerada fundamental quanto à sua natureza, exploratória-descritiva quanto aos objetivos, qualitativa no que corresponde à tabulação de dados e à abordagem. Possuímos como desenho de pesquisa um estudo de casos múltiplos, como procedimentos, uma pesquisa com fontes primárias – fontes documentais e entrevistas e observação. Ainda sobre o desenho, trataremos como unidades de observação frequentadores dos locais estudados que sejam maiores de idade e que se enquadrem em nossos critérios de inclusão. Ao que diz respeito às entrevistas, possuiremos uma amostra de tipo não-probabilístico cujo plano amostral dar-se-á por conveniência acidental. Basear-nos-emos em Yin (2001) quanto ao estudo de casos múltiplos.

Ao ter apontado nos capítulos anteriores o uso do termo recreação, utilizaremos, na parte “*Mas que saudade da minha praça modesta [...]: a cultura do comum urbano nos espaços públicos de recreação, o recreação para dar ênfase não apenas às atividades técnico-operacionais que tomam espaço durante esses momentos, mas também à capacidade crítica de*

recriar-se a partir do lúdico e das transformações antrópicas sobre o meio e sobre as relações interpessoais. Discutiremos, também por alçar *relacionar o comum urbano aos parques e às praças a partir da perspectiva de apropriação espacial, em específico ao que diz respeito à importância do cotidiano*, sobre o processo de apropriação social apresentado em Lefebvre, abordando a importância do cotidiano para a construção do espaço, do indivíduo e do direito à cidade. Analisaremos as informações retiradas das entrevistas à luz das teorias de comum – em específico, da teoria de Stavrides e de Hardt e Negri –, ratificando como as experiências documentadas aproximam-se do que fora postulado pelos pesquisadores, sem esquecer da teoria basilar sobre territórios de vida humana (Castilho, 2019), a qual aponta territórios e práticas espaciais que podem conduzir a experiências de comum. Outrossim, pretendemos identificar características que representem processos de fragmentação neoliberal na forma com que os *loci* estudados são estruturados e na forma com que o espaço é apropriado por estes. Também verificaremos a validade de nossa hipótese: *as praças públicas e os parques urbanos funcionam como loci de encontros sociais rotineiros, os quais auxiliam a alimentação do lazer enquanto manifestação da cultura, fomentando a dialógica urbana e propiciando o surgimento de experiências comuns a partir da cultura de territórios da vida humana*.

Por fim, o capítulo “[...] *Que era aquela e não esta, e onde viver era bom*: reflexões e encaminhamentos” tratar-se-á de nossas considerações finais, nas quais rearticularemos as principais ideias desenvolvidas na monografia e delimitaremos em quais termos nossa hipótese fora verificada ou refutada. Dedicaremos, também, espaço para possíveis encaminhamentos a serem perseguidos no que concerne a continuar a produção de pesquisas sobre a conjunção entre espaços de lazer e comum urbano.

É de suma validade que destaquemos que os títulos do trabalho e de cada capítulo foram retirados da samba-canção Praça Sete, performada pela cantora Elizabeth Cardoso e composta por Marília Batista e Sebastião Fonseca. Aquele contém excertos dos versos “*Mas que saudade da minha praça modesta/Que era aquela e não esta/E onde viver era bom*”, fazendo alusão aos dois últimos capítulos da monografia: o capítulo em que contrapomos teoria e prática e as considerações finais. Para além deste, os demais capítulos seguem a ordem em que os versos são apresentados aos ouvintes da música, de modo a manter uma linearidade textual semelhante ao que desejaram os compositores.

Esta introdução, ao começar com a mesma introdução da canção: “Ela era feia/Praça sete, simplesmente”, representa não só o início da conversa sobre a praça Sete, mas o início da

discussão sobre a monografia. É também nesses versos que nos deparamos com o antigo nome da praça, o nome pelo qual se lembram dela aqueles que dela se apropriaram.

2. “Ninguém ficava na fila, não havia lotação”: o urbano em meio às teorias do Comum

Aí eu desço, né, como eu chego lá?²: metodologia e métodos³

Ao que concerne à metodologia e aos métodos utilizados no encaminhamento do presente capítulo, do ponto de vista de sua natureza, é de caráter fundamental, pois não se propõe a ter uma aplicação imediata, mas a fomentar as discussões acerca do Comum, em especial, do Comum urbano a ser instituído pelas comunidades a partir de suas próprias vivências. Sobre a abordagem do problema e a tabulação dos dados apreendidos, utilizamos uma abordagem qualitativa. No que diz respeito ao tipo de pesquisa relacionado ao ponto de vista dos objetivos, enquadramo-nos como uma pesquisa exploratória, a qual se propõe a ampliar o campo de discussão do tema referido, gerando uma maior familiaridade entre objeto de estudo e a comunidade acadêmico-científica (Gil, 2008).

A partir do levantamento bibliográfico de teses, livros, dissertações, artigos científicos e jornalísticos cuja disponibilidade esteja entre os acervos do docente orientador do projeto, as principais plataformas de divulgação e produção científicas, propusemo-nos a analisar as obras encontradas e adquiridas considerando quatro principais eixos: a perspectiva filosófica dos autores e das obras, as referências teóricas de ambos, os impactos da obra sobre o desenvolvimento do tema e, por fim, seus objetivos e conclusões.

Para a seleção dos artigos empregues nesta pesquisa, partimos do princípio que, assim como nos propusemos a tratar sobre o Comum, é preciso usufruir e contribuir com a instituição e a construção de um banco de estudos que estejam disponíveis de forma gratuita, de qualidade e que seja o mais democrática para aqueles que busquem o conhecimento científico, por isso optamos como um dos critérios de inclusão utilizados que as pesquisas pudessem ser encontradas no banco de dados da plataforma *Scielo* de forma gratuita. Como segundo critério de inclusão, estabelecemos que os resultados filtrassem as produções que contivessem pelo menos um dos seguintes termos em seus resumos: *comuns*, *commons*, *comunidades*, *comum*, *common* ou *común*. Nosso critério seguinte delimitava que apenas seriam analisados os

² EL2. Entrevista II. [mai. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (12min37).

³ Esta metodologia foi empregada em nossa pesquisa de iniciação científica, que contou com o subsídio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco – FACEPE. Este material tem sido essencial para a construção de nosso marco teórico, com o qual analisamos nosso objeto.

resultados que estivessem escritos em Português, Espanhol e Inglês, para, assim, continuarmos como nosso escopo linguístico (Etapa I).

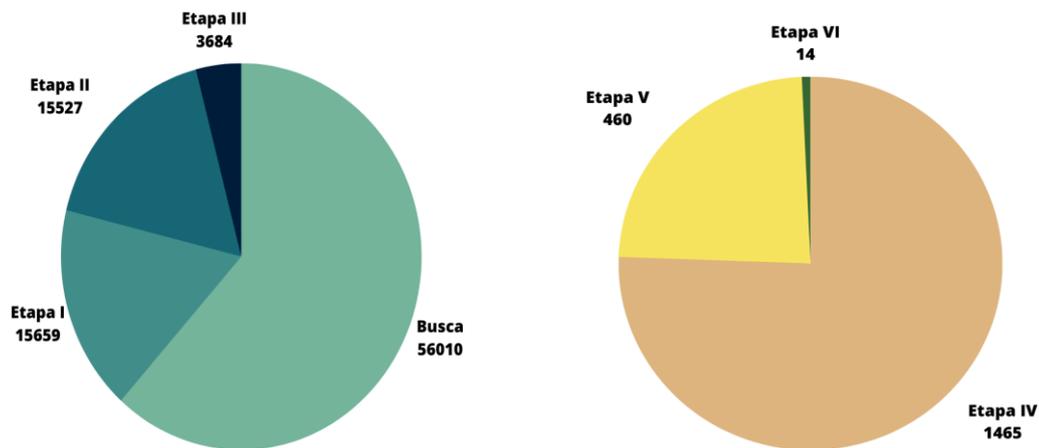
Para um maior esmiuçamento, filtramos os tipos literários que seriam incluídos em nossa pesquisa, os quais foram: *artigos, artigos de revisão, relato de caso, comunicação rápida, outros e resenhas de livros* (Etapa II); e destacamos que todos os filtros aqui empenhados dizem respeito a categorias previamente delimitadas pela própria plataforma. Excluímos, também, as revistas que não fizessem parte das áreas de conhecimento destacadas previamente, ou seja, filtramos as revistas vinculadas às áreas das *Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas* e as revistas que encaixassem sob a categoria de *Multidisciplinar* (Etapa III).

Como critérios de Exclusão, postulamos que seriam retirados dos artigos que: tivessem sido incluídos na análise por meio dos critérios anteriores aqueles cujos periódicos não pertencessem às áreas temáticas selecionadas, sob outros termos: Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Geografia e Planejamento Urbano e Regional (Etapa IV), e cujos periódicos não avaliassem suas publicações por pares (Etapa V), informação disponível acessando o espelho do periódico na plataforma Sucupira, na *Scielo* ou nos sites e outras mídias digitais dos próprios periódicos. Como terceiro critério de exclusão, retiramos aqueles resultados que não encaixassem em nosso eixo temático: os comuns (urbanos) (Etapa VI), critério que seria efetivado após a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos dos documentos que surgiram a partir da busca.

Entre algumas etapas, emergiu-se a necessidade de alguns filtros “manuais”, isto é, precisamos selecionar manualmente e independente de categorias pré-definidas nomes de revistas, áreas temáticas, etc, que contribuíssem para o esmiuçamento de nosso universo. Dessarte, entre as etapas III e IV, filtramos as seguintes áreas temáticas: *Multidisciplinary, Sociologia, Social, Multidisciplinar, Antropologia, Political, Geografia, Humanities, Demografia, Urban e Cultural*, pois as cinco grandes áreas supracitadas e que compõem nossos objetivos não existiam enquanto categorias, por isso tivemos que “desmembrá-las” em termos que ainda as integrassem e que fossem reconhecidos pela *Scielo*.

Como amostragem quanto aos artigos, chegamos aos seguintes resultados:

Gráficos 01 e 02: coleta de dados referentes à plataforma *SciELO*



Fonte: Elaboração própria, 2023

No que tange às teses e dissertações, partimos da Plataforma Sucupira para selecionar os Programas de Pós-Graduação brasileiros cujas produções comporiam o restante de nossa amostra. Nosso primeiro critério de inclusão delimitada que essas devem ter sido aprovadas e defendidas em Programas de pós-graduação nacionais com avaliação igual ou superior a 5; isto posto, selecionamos, na Plataforma Sucupira, os Programas de Pós-Graduação cuja avaliação no último quadriênio - 2017-2020 - cumpriisse com nosso critério (Etapa I). O segundo critério estabeleceu que seriam trabalhados os PPGs que fizessem parte das seguintes áreas reconhecidas pela Capes: Antropologia/Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais, Sociologia, Planejamento Urbano e Regional/Demografia, Geografia e, por conta de sua relevância no que tange aos comuns *urbanos*, acrescentamos a categoria Arquitetura e Urbanismo/Design às áreas delimitadas em nosso objetivo (Etapa II).

Ainda sobre a etapa II, cabe destacar o porquê de termos adicionado Arquitetura e Urbanismo/Design apenas às teses e às dissertações, essa especificidade fora aplicada apenas às teses e dissertações. Isto se deu por conta de um fator primordial: o objetivo destas em comparação aos artigos e monografias; enquanto uma monografia é descrita como “[...] um estudo sobre um tema específico ou particular” (Marconi; Lakatos, 2014, p. 235), uma tese aparece como

[...] um tipo de trabalho científico que levanta, coloca e soluciona problemas; argumenta e apresenta razões baseadas na evidência dos fatos, com o objetivo de provar se as hipóteses levantadas são falsas e verdadeiras (Ibd., 2014, p. 244)

e uma dissertação como “trabalho feito nos moldes da tese com a peculiaridade de ser ainda uma tese inicial ou em miniatura” (Salomon, 2009, p. 222 apud. Marconi; Lakatos, 2014, p. 238); de sorte, devido aos diferentes aspectos dos gêneros textuais citados anteriormente e o

caráter mais específico dos artigos e monografias, optamos por aumentar a gama de áreas temáticas para as teses e dissertações com o fim de englobar mais produções que, embora sendo enquadradas nos demais critérios, poderiam ser excluídas por conta da limitação no número daquelas.

Nosso penúltimo critério de inclusão foi que os PPGs selecionados deveriam possuir um acervo cujo repositório pudesse ser acessado digitalmente (Etapa III), e, por fim, as teses e dissertações necessitam que seu acesso seja livre e os documentos deveriam ser encontrados ou nos repositórios supracitados ou em outra plataforma de acesso (Etapa IV). Nosso único critério de exclusão trata do que chamamos de *áreas afins*. Os PPGs como Antropologia/Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Arquitetura e Urbanismo/Design podem referir-se especificamente a qualquer uma dessas áreas de abordagem por conta da estruturação do conceito *qualis*, portanto, aqueles programas que, embora pertencentes à, *p.e.*, Antropologia/Arqueologia, tratem apenas de *Arqueologia* não seriam contabilizados. Então, dos 88 Programas de Pós-Graduação identificados pela Etapas I, apenas quinze foram selecionados após a Etapa IV, de modo que:

Quadro 01 - Quantidade de PPGs selecionados em relação ao seu conceito *qualis*.

Área	Sociologia	P. Urbano e Reg.	Arquitetura e Urban.	Geografia	Antropologia	C. Política
Programas	53	47	59	64	30	44
Qualis 5	10	5	5	14	8	3
Qualis 6	4	2	2	6	1	4
Qualis 7	3	0	0	2	2	2
Total	17	7	7	22	11	9

Fonte: Elaboração própria, 2023

Para o levantamento bibliográfico em cada um dos repositórios referentes aos PPGs supracitados, estabelecemos alguns critérios de pesquisa: os resultados deveriam vir de buscas pelas palavras-chaves já aqui descritas (*Comuns OR Comum OR Común OR Comunes OR Commons OR Common*) nos resumos, títulos e palavras-chave, porém salientamos que, em alguns repositórios, as buscas puderam ser feitas em todo o acervo da Universidade à qual o PPG estivesse vinculado e, para essas ocasiões, tivemos de adicionar à busca o filtro *Por programa* ou, como no caso da PUC-RS, por *Publicações Científicas* e analisar cada um dos resultados em busca dos Programas que foram selecionados. Nossa busca, então, veio de três formas: por *programa*, pelos *termos* e, quando possível, por *programa* e por *termos*.

Também a depender da formatação do repositório, utilizamos os filtros: *Teses e Dissertações* (UFPE⁴, UNICAMP), *Ciências Humanas* (PUC-MG), *Centro de Humanidades* (UFC), *Publicações Científicas* (PUC-RS), *Assunto*, *Títulos* e *Palavras-chave* utilizando os indicadores de busca CONTÉM e OR (UFRGS, UFF, USP, UNB, UFG); quando não podíamos usar os filtros, as buscas se deram por programa (UERJ, UFGM, UFRJ, UFRRJ, UFSCAR, UFSC, UNESP-PP, UNESP-PR, UNISC, UNIOESTE) e, em especial, mencionamos a UPM, na qual a busca foi feita por *instituição* e, então, por programa - mais uma vez, contudo, salientamos que a busca, mesmo contando com mecanismos de filtragem diferentes, mantiveram o mesmo critério: identificar as palavras-chave mencionados nos resumos, títulos ou palavras-chave. Nosso único critério de exclusão no levantamento foi que não seriam analisadas aquelas teses ou dissertações que não tratassem de nosso eixo temático, situação pontuada após a leitura dos mesmos resumos, títulos e palavras-chave.

Foram selecionadas, então, de 22571 aparições, dezessete resultados - dos quais onze são teses e seis são dissertações. Dos PPGs de Geografia, identificamos as IES: UFMG (com duas teses), UFPR (com uma tese e uma dissertação), USP (com uma tese e uma dissertação), UFC, UNB e UFPE (cada uma com uma tese) e UERJ e UFSC (cada com uma dissertação); dos PPGs de Sociologia, identificamos a UFRGS com uma dissertação; do de antropologia, a UFPA também com uma dissertação; dos de Planejamento Urbano e Regional e de Ciência Política, respectivamente, a UFRGS com uma tese e a UERJ também com uma tese, e, quanto aos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, encontramos uma tese no repositório da UFMG e outra tese no acervo da UPM.

Construir-se-á, ao final da fase de análise, uma planilha contendo as informações selecionadas sobre os eixos previamente destacados. Esta planilha será organizada consoante as seguintes informações: o nome dos autores das obras selecionadas, os títulos destas, seus tipos literários - ou seja, se são teses, dissertações, etc -, a Editora ou IES vinculada a sua publicação, o ano do lançamento e, para os resultados disponíveis *online*, o link da página da internet em que estão abertas ao acesso. Para um melhor agrupamento dessas obras frente à sistematização e construção de uma resposta para o que são os comuns urbanos, acrescentamos à cada obra um *vínculo teórico*, ou seja, após a análise das principais teorias acerca do Comum e a ratificação de suas características, analisaremos o alinhamento teórico dos trinta e um

⁴ Quando mencionarmos apenas a sigla da Instituição de Ensino Superior, destacamos que todos os PPGs vinculados a esta seguiram estes mesmos filtros de busca; a exemplo da UFPE: os Programas de Pós-Graduação em Antropologia, Desenvolvimento Urbano, Sociologia, Ciência Política e Geografia possuíam o mesmo filtro.

resultados (os catorze artigos e as dezessete teses e dissertações) que compõem nossa amostra. Assim, partiremos de uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem, de natureza fundamental, exploratória por seus objetivos e, quanto aos procedimentos, bibliográfica, visando-se a, de forma contígua às experiências do docente coordenador na missão de estudo a ser realizada - enquanto segunda etapa do projeto - e à relação com as experiências locais - ou seja, a terceira etapa deste -, auxiliar na situação dos comuns urbanos dentro, principalmente, do escopo das perspectivas filosóficas esmiuçadas, em um estreitamento prático-teórico.

A praça é recurso também⁵: algumas perspectivas de comum

A discussão sobre os comuns emerge ainda ao final de 1960, com a publicação do artigo *A Tragédia dos Comuns* (1968) pelo ecologista Garrett Hardin. Proveniente da Universidade de Chicago em um contexto fortemente marcado pelo desenvolvimento da Ecologia Social norte-americana, assim como pelo desenvolvimento dos ideais neoliberais, a tragédia hardiniana espelha-se nas tragédias greco-romanas ao afirmar que

A essência da tragédia dramática não é a infelicidade. Ela [a essência] reside na solenidade implacável das coisas [...] A inevitabilidade do destino pode ser ilustrada em termos da vida humana por acidentes que, na verdade, envolvem infelicidade. É somente por estes que a futilidade da [tentativa] de escapatória aparece de forma evidente no drama “(Whitehead, 1948, p. 17 apud Hardin, 1968, p. 1244)

Sob uma perspectiva malthusiana, Hardin renega tanto a liberdade do *Laissez-faire* do liberalismo clássico quanto às perspectivas de uma mão invisível estatal e aponta que o problema ao qual o mundo do século vinte caminhava - a seu ver, a superpopulação - era mais um empecilho moral do que técnico e, portanto, deveria ser resolvido a partir da moralidade. A tragédia dos comuns, então, seria resultado do curso natural do desenvolvimento das sociedades, surgida quando no esforço de mudar um destino já definido: tal como Édipo efetivando sua profecia ao tentar lutar contra ela, levando a ruína para toda sua descendência direta, buscar solucionar a superpopulação com medidas tecnicistas enquanto propaga-se a ideia de “liberdade desenfreada” apenas levaria mais rapidamente à degeneração.

Para exemplificar sua teoria, Hardin aborda o exemplo do pasto, o qual reverberará pela literatura acerca da temática do comum por muitos anos. de forma adaptada temos: considerando um pasto não cercado, cada pastor que colocar seu rebanho para pastar no local receberia um “bônus” +1 por animal, enquanto receberia um “ônus” -1 por espaço no pasto. De

⁵ EL1. Entrevista I. [mai. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (14min28).

forma a deixar mais claro o exemplo trazido por Hardin, adaptamos tanto a quantidade de pastores quanto a de animais que foram acrescidos por estes; assim, se um grupo de três pastores, cada um com três ovelhas em uma situação inicial, utilizassem o pasto, teríamos a seguinte situação:

Quadro 02 - Situação inicial

Pastores	Bônus por ovelha	Ônus por espaço	Final
Pastor A	+3	-1/3	2 ² /3
Pastor B	+3	-1/3	2 ² /3
Pastor C	+3	-1/3	2 ² /3

Fonte: Adaptado de Hardin, 1968

Como o pasto é compartilhado, o ônus por utilização também o é - ou melhor, por superpastagem por parte dos animais -, então, cada pastor só receberá uma fração do valor negativo, enquanto ganharia o valor positivo de forma integral. O pastor descrito por Hardin, porém, tende a aumentar seus ganhos, gerando uma segunda situação:

Quadro 03 - Situação 02

Pastores	Bônus por ovelha	Ônus por espaço	Final
Pastor A	+5	-1/3	4 ² /3
Pastor B	+2	-1/3	1 ² /3
Pastor C	+2	-1/3	1 ² /3

Fonte: Adaptado de Hardin, 1968

Ou seja,

Cada homem está preso em um sistema que o compele a aumentar seu rebanho sem pôr limites em um mundo limitado. Ruína é o destino ao qual todos os homens marcham, cada um perseguindo seu próprio interesse em uma sociedade que acredita na liberdade dos comuns. *Liberdade em um comum traz a ruína para todos* (Hardin, 1968, p. 1244 - tradução e grifos nossos)

Além do argumento sobre o qual os pastores o fariam por serem *racionais*, há no *Homo hardiniano* um individualismo que é mesclado com a racionalidade. A perspectiva teórico-ideológica do ecologista não é *neoliberal*, mas possui as características conservadoras que Harvey identifica no neoliberalismo: a possibilidade de um governo comum, deste modo, passa a ser vista como algo contrário à natureza humana, agora individualista. A privatização, o controle, a autoridade privada e - por que não? - a poda da liberdade subsidiada pelo Estado, consoante, Hardin seriam as ações morais que não só nos afastariam da ruína dos comuns como da ruína da superpopulação.

É com a contraposição promovida, grandemente, pela economista Elinor Ostrom, em *Governing the commons*, que a perspectiva sobre os comuns expressa por Hardin passa a ser modificada. É importante que digamos que, enquanto os comuns hardinianos passavam pelos parques públicos, aos pastos e pairavam sobre recursos e meios sem regulamentação público-privada, Ostrom vai trazer os comuns como *Common Pool-Resources* (doravante, CPR): recursos naturais que são passíveis à superexploração, porém que fazem parte de um

sistema de recursos natural ou criado pelo homem que é suficientemente grande para dificultar (mas não tornar impossível) que surjam beneficiários potenciais de obterem benefícios de seu uso (Ostrom, 1990, p. 30 – tradução nossa, parênteses da autora).

Com análises desenvolvidas e alicerçadas em pesquisas empíricas em localidades ao redor do globo que exercem esses CPR e nas teorias descendentes da nova economia institucional, a autora irá, para além de listar os padrões observados em cada sistema de CPR, estabelecer críticas às correntes anti-comuns anteriores, propondo uma alternativa a esse *Homo economicus*. Em sua obra ela destaca, pois, o “perfil” dos comuneiros – ou “apropriadores” –, as regras e os resultados dos comportamentos destes (Ostrom, 1990), estabelecendo outro grande contraste com Hardin: embora comuns, esses sistemas possuem regras e, assim como o ônus, – mesmo que o ser humano buscasse sempre seu lucro máximo –, os bônus também são comuns.

Outrossim, como

Novos arranjos institucionais não funcionam na prática como funcionam em modelos abstratos a não ser que esses modelos sejam bem especificados e empiricamente válidos e que os participantes na organização do campo entendam como fazer as novas regras funcionarem (Ostrom, 1990, p. 32 - tradução nossa)

A pesquisadora estadunidense vai defender a importância da participação da comunidade na criação das regras e em todo os processos que circundam o governo dos sistemas em questão: sejam por sorteio para designar funções sazonais, sejam especializações promovidas de forma equânime... é a participação afetiva e político-social dos comuneiros e mantém e difunde o funcionamento dos sistemas: sobre a confiança, Ostrom destaca que

Quando indivíduos que possuem muitas diferenças e pouca confiança mútua agem de forma independente, sem a capacidade de se comunicar, chegar a consensos e se organizar para monitorar e reforçar mecanismos, eles tendem a não escolher estratégias benéficas a não ser que estas sejam as estratégias [do sistema] dominantes (Ostrom, 1990, p. 183 - tradução nossa)

As experiências de fazer-comum evidenciadas por Elinor Ostrom e parceiros são, contudo, ainda recursos, o que atribui à teoria da economista um viés um tanto naturalista: se

os comuns são *bens*, como ela mesmo os descreve, não-excluíveis e rivais, existem, portanto, bens que não são comuns? Existem bens específicos para a privatização? O contexto institucional que circunscreve a obra de Ostrom acaba legitimando, em certa medida, o avanço da exploração neoliberal e privatista para âmbitos da vida social que não podem ser vistas como bens - algo que também pode ser dito quanto ao controle estatal, especialmente em um contexto em que o Estado fora subjugado pelo capital.

Após a publicação dos livros *Império* (2001) e *Multidão* (2005), Michael Hardt e Antonio Negri trarão *Bem-Estar Comum* (2016) à discussão sobre os comuns, deixando de lado a visão de que o comum é unicamente atrelado a uma gestão recursal. A “Ecologia do comum” (Hardt; Negri, 2016) proposta pelos autores diz respeito a uma síntese entre natureza e biopolítica, entre o comum natural, recursal, e o comum biopolítico, humano:

Ao passo que o conceito tradicional postula o comum como um mundo natural fora da sociedade, a concepção biopolítica do comum permeia igualmente todas as esferas da vida [...] [remetendo] também aos elementos constitutivos da sociedade humana, como as linguagens, os hábitos, gestos, afetos, códigos comuns e assim por diante” (Hardt; Negri, 2016, p. 195)

A partir da visão a respeito dos comuns evidenciada por Hardt e Negri, aqueles são produzidos à medida em que se produz a multidão, um corpo coletivo que não *é*, mas se *faz* politicamente. De forma semelhante se constrói a subjetividade. Seguindo abordagens semelhantes a Foucault e Deleuze, os autores apontam que o comum é forjado a partir das subjetividades sendo construídas, com “a produção biopolítica de ideias, códigos, imagens, afetos e relações sociais [...]” (Ibd., p. 197); a produção de valor econômico pelo trabalho torna-se sinônimo da produção de subjetividades pela biopolítica.

A cultura da multidão, isto é, o fazer multidão construir um sujeito novo e este dar continuidade àquele, não pertence à hegemonia – um dos motivos pelo qual a multidão não se configura enquanto povo – e advém do *continuum* de composições de ideias diferentes, ela é forjada pelo que Dardot e Laval irão apontar como o *pôr em comum*, mas que Hardt e Negri (2016, p. 198) chamam de uma “ampla rede de produtores em cooperação”, e é essa rede cooperativa que faz política: o comum dos autores em questão não é um adjetivo, mas um substantivo sinônimo de uma ação transformadora, do fazer política, mas uma política que divirja da hegemonia capitalista.

Pierre Dardot e Christian Laval (2017) apresentam, então, uma modificação deste: um Comum substantivado: um Comum que não caracteriza bens, mas que existe enquanto um princípio ético-político, o qual combate tanto a lógica capitalista quanto a estatal. Em uma

radicalização da democracia, isto é, de um fazer democrático alegórico e isonômico, Dardot e Laval propõem um processo incessante de *fazem comum* ao efetivar uma práxis instituinte voltada para o estabelecimento de uma relação comunitária, a qual dá origem a pequenos comuns: o Comum substantivo enquanto vínculo e prática que dá origem a inúmeros comuns, *adjetivos* dados aos recursos que são envolvidos no pôr em comum democrático, a exemplo:

Em compensação, falaremos *dos comuns* para designar não o que é comum, mas aquilo de que se encarrega uma atividade que põe algo em comum, isto é, aquilo que ela *torna* comum. Nada é comum em si ou por natureza, apenas as práticas coletivas decidem, em última análise, o caráter comum de uma coisa ou conjunto de coisas (Dardot; Laval, 2017, p. 618)

Após um movimento de "arqueologia do comum" (Dardot; Laval, 2017), os autores franceses estabelecem as bases do comum - sejam elas etimológicas ou teórico-políticas -, em um processo de (re)composição do termo. Passando desde a análise do *munus* latino, à delimitação sobre o comum na leitura teológica durante o medievo, da situação jurídica das *res communes* até a universalização do comum, é inegável a influência direta de Hardt e Negri à formulação de Dardot e Laval.

A principal diferença deste Comum ao comum dos autores de *Império* é, justamente, por estes estabelecerem sob a mesma terminação o comum natural-ecológico e o comum biopolítico produzido pelas multidões, o que gera confusão e impossibilita uma definição específica do que é comum, ou seja, acaba por preservar uma vulgarização do termo e da temática, os quais auxiliam a difundir a ideia de que não há uma alternativa combativa ao capitalismo que realmente funcione, seja aplicável, pois, partindo desse pressuposto, "tudo" seria comum.

O Comum visto sob a perspectiva de Dardot e de Laval, então, também não é passível de ser apropriado, mas é um *continuum*. Percebemos, pois, este Comum como algo a ser instituído por meio da coparticipação e do *munus*, tido aqui como a reciprocidade necessária para que se ponha algo em comum, *i.e.*, para que haja um processo democrático e deliberativo honesto, em que a coparticipação deliberativa e voltada para a tomada de decisões gera, indubitável e necessariamente, a mudança em instituições: nesse caso, gera a instituição do Comum.

Com a instituição do espaço enquanto um Comum, percebemos em Stavrides (2016) a possibilidade de tratar o espaço urbano enquanto *locus* de um arranjo de diferentes relações espaciais que transcendem o espaço público-estatal e o espaço privado e que proporcionam práticas do Comum, de modo a, através de sua teoria sobre *Threshold spatiality* (espacialidade

limiar, em tradução livre), notarmos o Comum Espacial – termo pelo qual nos referiremos ao *common space* presente em Stavrides – como um local de separações e conexões simultâneas, sobre o qual práticas de comum se dão a partir da coletividade e de três parâmetros-chave: elas devem ser projetivas, expressivas e exemplares à medida que visam possíveis formas de vida-em-Comum, que chamam atenção para os valores daqueles envolvidos nas práticas e que expõem práticas que fogem do padrão hegemônico (Stavrides, 2016).

Sob a perspectiva teórica da geografia crítica presente em Lefebvre de cidade não como algo fixo, mas como um espaço que é fabricado pelo compartilhamento entre aqueles que a compõem, Stavrides compartilha o comum biopolítico como uma fabricação constante. A diferença genérica à cidade promove uma ruptura na produção hegemônica, proporcionando uma quebra espaço-temporal: fazendo um trocadilho com o significado de *door threshold* – umbral da porta –, a espacialidade limiar do cientista grego separa duas localidades que, muitas vezes, estão situadas em diferentes momentos temporais diferentes quando traçamos a linha do tempo do capital.

Assim como os cercamentos não significam apenas a instalação física-concreta de cercas ao redor de áreas antes abertas, o cercamentos *capitalistas* dos comuns, consoante Stavrides, “[...] também é um processo de obstruir aquelas práticas de comum que convergem a uma abertura de compartilhamentos” (Stavrides, 2016, p. 3). O cercamento do espaço urbano, da *cidade*, é representado, exponencialmente, pelo processo de gentrificação, que

[...] está explicitamente conectado a atos de deslocamentos direcionados contra todos aqueles que são estigmatizados por sua miséria ou por seus comportamentos "desregrados", especialmente, contra aqueles que habitam áreas as quais podemos e tornar “desenvolvidas” pelos interesses dos investidores estatais e dos corretores imobiliários. Gentrificação, portanto, é um conjunto específico de políticas que formam uma cidade revanchista tanto por sua ordem urbana agressivamente homogeneizada quanto por seu mundo de oportunidades individuais retoricamente delineadas e seu consumo seguro de estilos de vida distintos (Op. cit., pp. 139-140)

Podemos, então, localizar os movimentos pelo Direito à Cidade dentro do complexo arranjo que compõem as lutas pelos comuns urbanos, como o direito a viver a centralidade e a diferença, na construção de um urbano formado a partir de um uso autogerido e apropriado da cidade por aqueles que a utilizam e que dela – e nela – relacionam-se. O comum segundo a concepção de Stavrides é, pois, acima de tudo, um contra-argumento ao processo de gentrificação e neoliberalização da cidade, como a racionalidade admitida pelo CFICF.

Mas não se trata apenas de contradizer tal razão e tais interesses, implica também tornar toda a cidade em comum. Segundo Tonucci Filho (2019, 2020), a luta pelo Direito à Cidade corresponde, em última instância, à luta pela cidade como comum. Essa revolução requer não

apenas transformações econômicas e políticas, mas também do cotidiano. As esferas da produção e da reprodução passam a apresentar a mesma importância, uma vez que a reprodução do Capital também se dá no seio das relações cotidianas (Lefebvre, 2008).

Relegado a um lugar sem muita importância pelo marxismo oficial e pela própria luta socialista, o cotidiano foi devidamente explorado por Lefebvre (2014) como um nível da realidade social que, mesmo subsumido pelo Capital, também revela a subversão e a inventividade. Lefebvre (2014) argumenta reiteradamente sobre a necessidade de uma revolução da vida cotidiana, ao que resultaria na produção de um outro espaço. E quando observamos as experiências do comum, percebemos claramente se tratar de revoluções baseadas no cotidiano, porque não se fundamentam apenas em transformações na política e na economia, mas na apropriação coletiva, na autogestão, no cuidado, na aproximação entre arte e política etc.

Podemos afirmar, pois, junto com Tonucci Filho (2019, 2020), que o Direito à Cidade resulta da produção do comum, ou das “práticas de fazer comum” (commoning) (Linebaugh, 2008, 2014). O que não significa apenas fomentar as experiências de comum na cidade, mas de praticar o comum de forma ampliada, fazendo frente à fragmentação. Nos termos do Lefebvre, não se trata apenas de tomar o espaço já concebido e materializado, dando-lhe um sentido comunitário, mas de reconstruí-lo crescentemente sob uma nova morfologia e novas relações sociais.

A multidão promotora de comum em Stavrides acontece nas diferenças, tal qual apontamos, e no momento das *práticas*. Quando se deixa aquela horta, o comum só voltará a existir quando retornarem para ela e, a cada dia, vai ser algo diferente: quando se atravessa a porta e os limites que distinguem o comum do mar urbano de normalização (Stavrides, 2016), não há mais a prática que fomenta esse, por isso o comum espacial é mais *temporário* do que os demais e precisa com mais afinco a participação constante para manter-se vivo (Apêndice A).

E aí é comum⁶: o comum urbano em meio à teoria

Para além, então, das teorias supracitadas e sistematizadas no apêndice A, é preciso que analisemos os resultados de nosso levantamento bibliográfico. Encontramos obras entre o intervalo temporal de 2003 a 2022 (Apêndice B), de modo que oito produções foram publicadas

⁶ EL1. Entrevista I. [mai. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (14min28).

antes do lançamento de *Common Space*. Trazer esta questão é necessária porque o ano em que a obra a ser analisada foi publicada não a condiciona *necessariamente* a corresponder a uma perspectiva teórica das que trouxemos que já tenha sido divulgada: desde *Governing the Commons*, todos os demais livros (ou conjunto deste, como é o caso de *Multidão, Império e Bem-estar Comum*) trouxeram casos empíricos para ilustrar a pluralidade dos comuns abordados, algo que é uma frequência em todas as teorias: o Comum é plural e não acontece em todos os lugares em que pode ser apontado.

Essa existência prévia das práticas de Comum antes, de fato, de sua teorização é o que possibilita, outrossim, que nem sempre uma experiência que tenha sido lida enquanto um Comum apontado por Hardt e Negri seja, quando analisamos mais esmiuçadamente, realmente enquadrado na perspectiva dos autores. O artigo *Engajamento Político na agricultura urbana: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo* (Biazotti; Sorrentino, 2022) acaba sendo um ótimo exemplo para ilustrar essa dualidade Experiências/Teorização, pois os autores em momento algum citam nem Michael Hardt (apenas citando Antonio Negri) nem Stavros Stavrides e enquadram a prática de comum que detalham no texto enquanto um Comum aproximado ao trazido em Dardot e Laval, porém, quando nos debruçamos sobre as obras, percebemos que, na realidade, não é bem essa dinâmica que é cultivada neste caso.

Embora o Comum em Dardot e Laval necessite da prática constante a partir da práxis instituinte, ele é um princípio norteador de ações e formas de pensar, é um princípio ético, que demanda a coobrigação, é contínuo; o Comum das hortas urbanas de São Paulo, contudo, são temporários, tem certa temporalidade identificada no Comum que provém da *Multidão*, de um corpo político que é formado, mas depois dissolvido a depender do que motivou a formação. Além disso, é um comum construído nas práticas e pela alegria de *estar junto*, sobre as diferenças que, agindo coletivamente, constroem algo novo para todos, é *processual*. Isto posto, por mais Biazoti e Sorrentino clamem o Comum referenciado por Dardot e Laval, é o comum de *Stavrides* que circunda as experiências detalhadas no artigo.

Com muita influência do comum de Hardt e Negri, principalmente, por ambos beberem muito do pensamento de Foucault, é Stavros Stavrides quem leva a alegria de estar junto e a temporalidade para as dinâmicas espaciais: o comum segundo seu entendimento é um “comum *espacial*”. Não significa que Hardt e Negri não abordam o espaço, eles o fazem quando estão tratando dos comuns biopolíticos, mas sua teorização é mais filosófica e pautada em si na *multidão*: a *multidão* é o sujeito construtor, é o objeto desse comum, é o ator político criado pelas singularidades; a *multidão* que faz a pressão para a mudança e o reconhecimento político-

constituente. O comum espacial tem como foco, por outro lado, as práticas comuns: isso não significa que os coletivos que as promovem não têm importância, mas, pelo comum espacial de acordo com Stavrides pautar-se sobre a espacialidade liminar, das diferenças e trocas, sua multidão não compõe uma única nova subjetividade, mas as diferenças vão se retroalimentando e fomentando as práticas processuais.

Como dissemos anteriormente: o Comum das hortas citadas pelos autores do artigo vem de um corpo político temporário, um corpo político proveniente de uma multidão, mas não de uma multidão segundo concepção de Hardt e Negri: a multidão de Stavrides acontece nas diferenças, tal qual apontamos, e no momento das *práticas*, quando se deixa aquela horta, o comum só voltará a existir quando retornarem para ela e, a cada dia, vai ser algo diferente: quando se atravessa o umbral da porta e os limites que distinguem o comum do mar urbano de normalização (Stavrides, 2016), não há mais a prática que fomenta esse, por isso o comum espacial é mais *temporário* do que os demais e precisa com mais afinco a participação constante para manter-se vivo.

Com dois desses dados em específico: os 58% vinculados à perspectiva de Ostrom e os 6,5% pertencentes a *outros*, tomamos duas reflexões distintas, todavia complementares. A primeira reflexão é que, por mais que tenhamos destacado cinco teorias principais contando com os dizeres de Hardin, a amplitude das pesquisas acerca do comum impossibilita que todas as experiências existentes possam ser delimitadas por essa mínima quantidade; podendo citarmos Linebaugh (2014), Boyle (2009) e até Bollier (2002), as influências de Hardt e Negri sobre a temática dos comuns é inegável, mas nem todo Comum será substantivo e pautado na força da multidão a partir desses autores.

Dos Antagonismos na Apropriação Capitalista da água à sua concepção como Bem Comum (Flores; Misoczky, 2015), ao trazerem a abordagem de David Harvey sobre bens comuns, então, aproxima-se dos foucaultianos supracitados sem, necessariamente, poder ser enquadrado em suas teorias. O comum de David Harvey também é relacional, não é, precisamente, uma coisa ou um recurso, mas uma relação de tensão a ser estabelecida entre os comuneiros e os arredores, principalmente com a apropriação desses bens por parte da espoliação neoliberal (Harvey, 2008). Não é um comum CPR, que legitima a apropriação mercantil sobre alguns bens específicos - crítica semelhante à tecida por Dardot e Laval -, muito menos a relação com um novo ator espontâneo que caminha ao amor e à felicidade - como a multidão definida em Bem-Estar Comum -; o comum abordado em Harvey é, quiçá, uma junção

da luta de classes com as relações instáveis a serem estabelecidas entre indivíduos e grupos e recursos essenciais à (re)produção da vida, os quais vêm sendo apropriados pelo Capital.

Ainda muito perto da linha marxista-marxiana, a dissertação de Brandt (2007), *Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à colonização*, retrata, majoritariamente, como as terras de uso comum foram sendo suprimidas pela propriedade privada em Fraiburgo através de uma leitura histórica que remonta ao período colonial, hoje podendo ser localizada em “faixas verdes” (Brandt, 2007), as quais são utilizadas pela comunidade em comum. Essas faixas verdes, entretanto, são parcelas do espaço que, mesmo fazendo parte de propriedades públicas ou privadas, não são utilizadas pelos proprietários e, por isso, são abertas para o acesso coletivo.

Esse tipo de uso comum desregrado, contando apenas com algumas imposições *morais* e *éticas* que tendem a evitar a superexploração não são comuns segundo a definição de Dardot e Laval, não são pautados nas diferenças entre indivíduos ou experiências de transformação político-econômicas, nem contam com regras e normas de uso, as quais dão origem às instituições; sendo espaços híbridos, que combinam a propriedade privada com um acesso que não é pleno aos demais utilizadores da área em questão, as faixas verdes em Fraiburgo assemelham-se às terras comunais no Medieval, as quais não representam, em si ou em seus utilizadores, experiências comuns.

A segunda reflexão que nos propomos fazer é sobre como o comum ainda é visto enquanto algo recusal nas produções acadêmicas não só nacionais. Embora faça mais de trinta anos desde a publicação de *Governing the Commons* e que um longo trajeto tenha sido trilhado no que concerne às teorias sobre o Comum, o fato de quase sessenta por cento de nosso *corpus* ainda ter uma abordagem recusal expõe que a temática dos comuns urbanos ainda é muito embrionária dentro das academias nacionais, e fazemos essa ênfase sobretudo por tratar-se de onde escrevemos e vivemos.

Tanto Hardin quanto Ostrom e *todos* os outros autores que aqui trouxemos apontam aspectos urbanos e espaciais para o conceito comuns: das praças às pontes, aos estacionamentos, etc. São comuns que, mesmo não expostos a um fim pela superexploração, podem ter seu uso reduzido e congestionado, tornando quase impossível o acesso a esses espaços, porém as produções que abordam Ostrom - menos o artigo de Capelari, Calmon e Araújo (2017), uma abordagem biográfica de Vincent e Elinor Ostrom - o fazem a partir dos CPR naturais e não dos espaços da cidade, de modo que ainda carecemos de teorias e detalhamentos de experiências sobre os comuns urbanos.

Desta maneira, os estudos sobre o Comum, ou sobre os comuns, são tão diversos quanto seus autores, estabelecendo um leque de perspectivas políticas, teóricas e metodológicas complexas de serem resumidas a uma única abordagem. Além disso, com o avanço do neoliberalismo e do movimento de cercamentos e privatizações para outras parcelas da vida social, a discussão sobre comunidade e sobre o tema também se difundem, dando origem a uma diversidade de especificidades a respeito do tema: sejam comuns ecológicos, sejam comuns de informações ou comuns urbanos.

Ninguém ficava na fila, não havia lotação: uma segunda menção à Praça Sete

O presente capítulo leva, pois, consigo o título de “Ninguém ficava na fila/Não havia lotação”, pois, quando Hardin (1968) falava sobre a tragédia dos comuns e abordava o motivo de as praças e parques públicos serem privatizados ou regulados pelo poder público, ele justifica que os espaços comuns eram fadados à superutilização e a superlotação destes, o que os afastava de sua função social, porque limitavam sua apreciação. Na Praça Sete, o que acontece é o completo oposto: a praça com suas características antigas não escapava à sua função social, mas só começaram a ficar superlotadas após as transformações que sofrera – transformações estas que, embora apresentassem teóricas “melhorias” (“Não passava condução”; “Chuva forte dava enchente”), tardaram por esvaziar os signos atribuídos ao espaço pela população, como apontaremos mais à frente. Em outras palavras, essas mudanças difundidas como avanços e formas de salvaguardar a população, acabam tomando caminhos contrários a estes.

3. “Não era velha nem pobre, ganhou cartaz, nome nobre”: *a sincronicidade ócio-lazer frente a pauperização*

A sociologia do lazer é uma ramificação dos estudos sociológicos que vem sendo desenvolvida com avidez no panorama científico-acadêmico nacional, principalmente, quando pensamos na atuação do PPG de Estudos de Lazer vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais, aprovado pela CAPES em 2006. Assim como os estudos acerca do comum urbano, o lazer ainda está circunscrito em uma teia de definições e perspectivas teóricas, as quais necessitam de uma maior elucidação para que melhor consigamos responder aos nossos objetivos já declarados.

É ainda no *Lazer e cultura popular* (1976) onde Dumazedier discorrerá que

O lazer apresenta-se como um elemento central da cultura *vivida* por milhões de trabalhadores, possui relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política que, sob sua influência, passam a ser tratados em novos termos (Dumazedier, 1976, p. 20 – grifos do autor)

Esse elemento *central* da cultura *vivida* emerge, então, como uma nova forma de moldar o mundo e, de maneira dialética, por ele ser moldado, justamente, por representar uma junção entre cultura – enquanto o processo de cultivar – individual e cultura coletiva. Não podemos, contudo, afirmar que o lazer é um processo que caminha ao lado da humanidade desde o berço desta: ele é tão industrial quanto as transformações nas relações homem-trabalho ocorridas desde o século XVIII, fato este que nos demanda apresentar o *ócio*.

Saudado nas comunidades e sociedades em que existe – e existia – a *negação do trabalho* (Dumazedier, 1976, 2008; Marcellino, 2000a, Abreu Filho, 2015), o ócio representava por um lado a determinação de um *status* social de influência – uma marca do que, nas sociedades ocidentais, poderia ser lido enquanto a aristocracia local – e, por outro, o espaço dedicado à edificação pessoal, no que tangia à aprendizagem artística, ao amadurecimento filosófico, ao exercício hedônico de trocas interpessoais e ao cultivo do ser, isto é, ao autoconhecimento e à intrapessoalidade.

É, contudo, com as várias transformações que acompanharam a modernidade que essa moral ociosa se viu de frente com a produtividade burguesa, cujo culto ao trabalho alinhou fé – cristã – e produção – material. Essa saudação ao exercício profissional do trabalho produtivo culminou na desvalorização e *criminalização*, em alguns casos, do ócio: a vadiagem passou a ser uma afronta direta àqueles que trabalhavam e, mais grandiosamente, ao próprio modo de produção que nascia.

A gestação do capitalismo foi, outrossim, gemelar: logo após o parto da retórica da produtividade, que atingiu diferentes classes de diferentes formas, veio a necessidade, então, de tirar para si um tempo dedicado tanto à recuperação da força produtiva empenhada no trabalho, quanto ao consumo daquilo que vinha a ser produzido. Gêmeo mais novo da produção, o *consumo* ganhou seu próprio quarto: o lazer, parecido com o ócio, mas com características que até hoje exprimem as marcas das sociedades industriais e *pós*-industriais.

Deste modo, construímos a linha argumentativa do presente capítulo em ordem a responder nosso objetivo específico mencionado na discussão introdutória: *localizar as praças e parques urbanos no contexto de espaços públicos de lazer no que tange à relação entre o ócio e o lazer e à privatização da recreação*. Para tal, discorreremos levemente sobre o ócio e como este fora sobrepujado pelo lazer; debateremos sobre este lazer, destacando a visão de Dumazedier sobre a categoria e elucidando a perspectiva a ser adotada em nossa monografia; identificaremos as praças públicas e os parques urbanos enquanto *locais públicos* para a realização do lazer, pontuando as principais diferenças e coincidências entre ambos espaços; refletiremos sobre o processo de dupla pauperização do lazer frente aos ataques capitalistas e, por fim, indagar-nos-emos sobre a validade de nos referirmos aos espaços públicos e livre sob o título de *espaços de lazer* nos dias atuais.

É como se fosse um lazer⁷: o ócio, o lazer e as relações humanas com o passar do tempo

“O poder de poder dispor livremente de seu próprio tempo” (Abreu Filho, 2015, p. 19): é assim que o ócio era visto pelo grupo que Abreu Filho chama de “aristocratas tradicionais pré-modernos” e custamos a ver uma definição que mais nos cause aprazia. Desenvolvido da *scholé* grega, enquanto um espaço – temporal e geográfico – de aprendizagem e de cultivo de habilidades cívicas e manuais, (Abreu Filho, 2015), o ócio, ou melhor, a possibilidade de viver a *ociosidade* representava algo próximo à epítome do desenvolvimento cívico. Em diálogo com Adimanto, Sócrates, já tendo estabelecido com Glauco que os verdadeiros filósofos deveriam liderar a Cidade, afirma que

talvez alguns nobres espíritos aprimorados por uma boa educação, isoladas do mundo, que, afastados de quaisquer influências corruptoras, permanecem fiéis à sua natureza e vocação; ou alguma grande alma, nascida numa pequena cidade, que despreze os cargos públicos; *talvez ainda algum raro e feliz caráter que abandone, para se entregar à filosofia, outra profissão que considere inferior [...]* Mas, entre este pequeno grupo, aqueles que se tomaram filósofos e provaram as delícias proporcionadas pela posse da sabedoria, convencidas da insensatez do restante dos

⁷ EL3. Entrevista III. [mai. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (11min46).

homens [...] recusando-se a participar das injustiças dos outros e incapaz de resistir sozinho a esses seres selvagens [...] *ficam inativos* e ocupam-se dos seus assuntos [...] *sentem-se felizes em poder conservar-se* em seu retiro isentos de injustiças e de ações ímpias e passar seus dias sorridentes e tranquilo e com a consola de uma bela esperança (Platão, pp. 270-271 – grifos nossos)

A recusa, portanto, de um trabalho formal desde que houvesse a alegria de ater-se ao conhecimento verdadeiro deveria ser louvada à medida que representava a força do espírito do filósofo em manter-se justo. Quando localizamos uma Atenas, cuja população de pessoas escravizadas consistia em 20% a 30% da população total (Wood, 2011, p. 160 apud. Lacowicz, 2018, p. 39), percebemos que, para além da relação insociável entre a democracia ateniense clássica e o trabalho sendo relegado aos escravos (Lacowicz, 2018), a ociosidade fosse nas artes, fosse na literatura, simbolizava a capacidade aristocrata de negar a redução do indivíduo *cidadão* ou do indivíduo *livre* à posição laboriosa; tal como Hércules tivera de passar pelos doze trabalhos antes de ser deificado, reafirmar o ócio embriava-se em reafirmar um *status* sócio-político já estabelecido. O *poder* de poder *não* fazer marcava, no plano simbólico, a cada vez mais íngreme distância entre as classes abastadas e aqueles que *não podiam não fazer* na própria maneira de apropriar-se da cidade, na forma de se vestir e nas artes a serem vislumbradas: o ócio transparecia em todas as parcelas da vida social e pública em sua completa negativa ao trabalho, à necessidade de exercer quaisquer atividades profissionais que, como postulara Sócrates, fosse «inferior» à posição de filósofo – à qual acrescentamos os títulos de nobreza posteriormente.

Havia o que Veblen (1988) e Abreu Filho (2015) consideram como *ócio conspícuo*, isto é, a ociosidade como forma de ratificar um grupo social específico, sendo este “o principal fator de demarcação de *status*” (Abreu Filho, 2015, p. 50). Ao lado do *ócio conspícuo*, Veblen situa o consumo conspícuo: para além de não precisar fazer e ter alguém que pode você fizesse, o consumo de bens de forma, quiçá, exibicionista não é um produto da sociedade de agora. Seja em uma sociedade de ócio difuso – que permeia toda a sociedade, normalmente, por conta de uma ausência de estratificação social por estamentos ou classes –, seja em uma de ócio concentrado – localizado em sociedade estamentais, nas quais a negação do trabalho era reservada apenas a estamentos determinados –, é inegável a ausência do estabelecimento de uma *ética trabalhista* como princípio social norteador.

Com as transformações na forma com que passamos a ver o trabalho, em específico na modernidade, a lógica da produtividade burguesa começa a suplantando o que era tido enquanto moral aristocrática da ociosidade (Idem, p. 47). O ócio era conspícuo, ele determinava toda uma forma de viver e relacionar-se coletivamente, na medida em que o trabalho passava por um

processo de valorização exacerbado – o trabalho *produtivo* –, a validação da improdutividade não poderia mais ser cogitada, muito menos existir. Se trabalhar já fora visto como algo vexatório, com a modernidade, *não* o fazer ultrapassava os limites do aceitável.

Ao redor dos Estados que vinham a surgir e por inúmeros motivos, a *vadiagem* passava a ser criminalizada e considerada pecado, de modo que se há uma “[...] ‘moral do trabalho’, pregada tanto pela concepção cristão quanto pela materialista” (Marcellino, 2000a, p. 57), a qual usufrui “[...] da influência da ética protestante, enobrecedora do trabalho, para a criação de um clima favorável à adaptação do homem à sociedade industrial” (Idem, p. 57). Ao nos debruçarmos brevemente sobre a conexão estabelecida por Weber sobre as concepções adotadas pelos empresários capitalistas e suas motivações comportamentais, atribuindo estas àquelas, o sociólogo discorre, então, sobre a formação de um *ethos* capitalista – o qual o autor chama de *espírito* –, pontuando como a burguesia média, que ascendia ao domínio, possui um papel fundamental na progressão do capitalismo moderno, pois assumia uma nova amplitude comportamental a qual fugia dos aspectos mais tradicionais da época. Tal ética capitalista dava ao trabalho sentido em si mesmo, isto é, os burgueses e trabalhadores difundiram e adotaram a ideologia de que o trabalho – principalmente, o assalariado – não agia como um *requisito* para a liberdade, mas indicaria, talvez, a benquerença divina (Cucho, 1999). Não podemos, contudo, esquecer-nos da valorização do trabalho enquanto atividade humana e produtora de valor, sendo difundida por bastantes intelectuais de linha marxiana, de forma tal que:

São conhecidos os estudos do protestante Max Weber sobre os tipos ideais que orientaram os fundadores do capitalismo (sic): ‘O trabalho justifica o ganho e toda atividade inútil à sociedade é uma atividade menor’. Essa sociologia idealista refletia em parte as teses de Ricardo, relativas à acumulação necessária de capital. Numa perspectiva oposta, Marx considerava do mesmo modo a importância fundamental do trabalho (‘O trabalho é a essência do homem’) (Dumazedier, 1976, p. 25)

O período finissecular oitocentista passa a ser marcado pela coexistência de dois momentos distintos naquilo que concernia ao *tempo disponível*⁸ – ou seja, o tempo ao qual não se era atribuído o exercício profissional –: o ócio e o lazer; sendo o ócio “[...] um substituto do trabalho” (Dumazedier, 2008, p. 27) enquanto o lazer “[...] não suprime o trabalho; o *pressupõe*. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho” (Idem, p. 28). Antes de aprofundarmo-nos na transição entre lazer e ócio, é de

⁸ Embora muitos autores como o próprio Dumazedier e De Masi (2000; IN SESC/WLRA, 2000) utilizem a expressão *tempo livre* ou *tempo liberado* para se referir ao tempo disponível, partimos das leituras de Marcellino (2000a, 2000b), o qual ratifica que em todo tempo vivemos sob o escudo de normas e valores sociais, não existindo um tempo verdadeiramente *livre*, principalmente, quando pensamos sobre a lógica produtivista e a ética trabalhista.

suma validade, então, que já exprimamos o que compreendemos enquanto aquele: o lazer aqui é lido enquanto um conjunto de atividades e práticas e de não-atividades e não-práticas, o qual é vivenciado de forma, puramente, hedônica e cujo sentido siga as três funções do lazer pontuadas por Dumazedier (1976), as quais nos referiremos como DDD: Descanso, *Divertissement* e Desenvolvimento.

Com o processo de especialização que se seguiu à divisão social do trabalho sob o capitalismo industrial, emergiram duas faces de uma mesma moeda: um lazer previamente burguês e, posteriormente, um lazer autocentrado. Primeiramente, as transformações sociais não são mudanças dadas imediatamente, então, embora houvesse uma nova ética a ser seguida, o momento de buscar um crescimento individual e racional ainda era demandado, especialmente, pelos grupos mais influentes economicamente. O indivíduo *burguês* introduzido (Dumazedier, 2008) e que passara a buscar-se em sua família e em sua própria figura enquanto *ser humano* desde o Renascimento; ele era um apreciador das artes, um leitor assíduo, um poeta romântico, ao mesmo tempo que poderia ser um homem de negócios, um aristocrata e um chefe de família. Em completa cumplicidade, a mulher burguesa além de cuidar da reprodução social da família, também precisava cultivar o apreço pelas artes, pelas caminhadas bucólicas e, especificamente, destoar-se da figura que compunha a contraparte desse sistema: o homem e a mulher proletários.

A produção, a reprodução e as *obrigações* ficaram muito bem estabelecidos e, quando delimitamos o tempo profissional, acabamos por delimitar a primeira definição *negativa* do lazer: com um menor tempo dedicado à coletividade e à comunidade e uma ampliação na convivência intrafamiliar e doméstica, ambos somados ao estabelecimento de um momento para o trabalho (Idem, 2008), há-se a «sobra» de um tempo “extra”, um tempo disponível para ser preenchido como quisera o indivíduo. Esse tempo extra, porém, não era possibilitado a toda a população livre – pois não podemos desconsiderar que, no século XIX, existiam países cujo regime escravocrata não havia sido ainda abolido –: o mito dos três oitos (trabalho, sono e lazer cada um recebendo oito horas do dia) continuava sendo isto, um mito. O contexto industrial europeu, berço não só dos estudos do lazer, mas deste próprio conceito em si, era sinônimo de jornadas de mais de doze horas de trabalho, uma urbanização alimentada por uma industrialização marginalizante e jornadas múltiplas de trabalho para as mulheres: falar de lazer em sua primeira infância é falar sobre o lazer burguês; na verdade, *apenas havia* o lazer burguês, sendo rechaçado às demais classes sociais e econômicas o ócio vexatório, acusado de: “[...]”

[ser] o pai dos vícios [...] As pessoas não devem nunca ficar sem fazer nada, senão imediatamente irão se tornar delinquentes” (De Masi, 2000b, p. 134).

Dumazedier, ao discorrer sobre o estabelecimento do lazer popular, pontua que, enquanto em 1833, o lazer nem era mencionado, sendo pleiteado apenas o bem-viver pelos tipógrafos de Nantes; enquanto, em 1850, fora estabelecido o repouso semanal na França; enquanto, em 1864, os operários falavam de “[...] o espírito e o coração [necessitarem] dela [redução do trabalho] muito mais”, pois “[...] a oficina absorve todas as nossas forças e as nossas horas” (Dumazedier, 1976, p. 55); e, enquanto, em 1891, votara-se uma lei que limitasse em onze horas diárias o trabalho feminino e juvenil e, em 1919, uma lei de oito horas diárias, é apenas em 1936 que os descansos nos fins de semana são reconhecidos. É apenas na década de 30 que o lazer passa a ser visto como um direito não só restrito à burguesia e substitui o termo “repouso” popular (Idem, p. 59).

Em menos de cem anos, o lazer transformou-se profundamente. De um lado, conseguiu ele estabelecer-se com um caráter mais ativo, no seio da burguesia, conseguindo reservar uma parte maior às atividades físicas e sociais. Num outro setor, o lazer reservado anteriormente aos privilegiados passou a ser para todos os trabalhadores: primeiro, uma possibilidade; depois, uma reivindicação, e finalmente “uma necessidade real”. (Dumazedier, 1976, p. 60)

Em segundo lugar, o lazer, agora já burguês e popular, começou a ser visto sob o viés de *bens de luxo*, indo na contramão daquilo que veio a ser conhecido como mito do lúdico, ou seja, a libertação social através do lazer. Ao postular que as atividades de lazer são diretamente impactadas pela evolução técnica; enquanto aquelas só existem por esta, pela persistência tradicional, cujo embate com o novo gerou novas festividades e momentos de se experimentar o lazer, e, por fim, pela organização socioeconômica; Dumazedier (1976) trata sobre a criação de necessidades sob o capitalismo.

Embora aspirando ao máximo não sermos anacrônicos, é essencial que tragamos para a presente discussão a questão do que Adorno e Horkheimer nomearam de Indústria(s) Cultural(is), à medida que as produções desta(s) tanto sendo retrato das interações dos autores/produtores/roteiristas, quanto representando o máximo possível essa realidade empírica em que vivemos, tornam-se de suma relevância para que possamos considerar as dimensões de um Sistema global como o do Capital e para que consigamos perceber o quão profunda é a criação de subjetividade (Coutinho; Nascimento, 2019) por parte dos personagens e, consequentemente, dos envolvidos no processo de criação literária, *i.e.*, os consumidores.

Adorno e Horkheimer vão, pois, ao comparar a propaganda com os monopólios econômicos, trazer como existe um selo quase de validade publicitária que determina produtos positivos ou negativos, suspeitos ou não, de modo que

a publicidade pode, porém, desempenhar uma ação tremendamente destruidora: exercerá mais intensamente sua influência exatamente quando o produtor for mais destituído de valor *real* e suas virtudes mais ilusórias [...] Um certo sistema de produção capitalista, em lugar de procurar satisfazer as mais nobres necessidades, utiliza-se, ao contrário, de objetos mais fáceis de serem fabricados ou mais lucrativos e esforça-se, recorrendo principalmente à publicidade, para *criar necessidades* (Dumazedier, 1976, pp. 86-87 – grifos nossos)

Este modelo provém, justamente, de uma ordem prévia e que persegue a normalização operacional do Mundo Ordenado habermasiano, ou seja, é uma administração instrumental-burocrática a serviço da reprodução e expansão do Capital e do Mercado sobre âmbitos da vida não-mercantilizados. Há, então, o próprio avanço que os modelos possuem dentro do crivo da Indústria Cultural, especialmente quando percebemos nos autores frankfurtianos supracitados o argumento de que, em um mundo circundado pela técnica, o padrão econômico por trás desta - logo, a lógica capitalista - é o que determina as demandas, os valores e as normas a serem seguidas. Adorno e Horkheimer (2009), mencionando a velocidade com que os acontecimentos sucedem-se nas produções culturais, trabalham como a espontaneidade das ações e da interpretação é retirada dos sujeitos, porque, caso esses parem para raciocinar e aprender o que acabaram de *consumir*, perderiam a cena seguinte.

O princípio, então, de que “a vida não deve mais, tendencialmente, se distinguir, do filme sonoro” (Horkheimer; Adorno, 2009, p. 16) passa a governar. É em Adorno e Horkheimer, outrossim, que podemos perceber que esses modelos pré-definidos e reproduzidos em grandes montantes, nomeados sob o vulgo de *clichês*, são não só planejados pelo esquema do mercado capitalista, mas instrumentos para que esse seja ratificado e sempre ampliado: uma standardização da vida originada a partir de uma normalização das produções culturais.

Por isso, ao argumentar que há uma diminuição entre o conflito *imagem* e realidade, tais pensadores nos auxiliam ao sugerir, por conseguinte, que o universal e o privado, que o real e o imagético começam a confundir-se em um ciclo sem fim: embora surjam burburinhos de conflitos, tensões, etc, se a imagem em desenvolvimento tiver a capacidade de camuflar a realidade a ponto de, em algum momento, sujeitá-la a seu domínio, é quase pré-estabelecido que ela será produzida, será difundida e será ampliada por conta, majoritariamente, de sua conexão com o Mercado. Conexão tal que vincula-se aos indivíduos ao disfarçar como *necessidades* aspectos das diegeses. Produtos de consumo, características estéticas,

ideologias... o que passa a ser desejado *necessariamente* pelos personagens torna-se automaticamente aspirado enquanto necessidade também pelos sujeitos fora das telas, fora do alcance dos rádios, dos telefones e das mídias digitais em geral devido à confluência planejada entre diegese e realidade.

Como relacionamos, pois, essa padronização de necessidades com o lazer recém-instituído?

Em uníssono ao que já destacamos, partimos de uma visão consoante a de Dumazedier no que tange à nossa definição do que é lazer. Para o pesquisador francês (Dumazedier, 2008, o lazer conta com duas atribuições negativas e duas positivas:

1. Ele tende a ter um caráter libertador de certas obrigações e necessidades institucionais (para com a família, o Estado, a religião etc.): o lazer **não** é necessidades institucionais;
2. Ele tende a ser um fim em si mesmo e não age como um meio para outras atividades ou objetivos: o lazer **não** tem um fim lucrativo, utilitário ou comercial;
3. Ele tende a buscar o prazer como sumo fim; mesmo que certa atividade seja difícil ou árdua, se, ao terminada, produzir o sentimento de ter valido a pena, pode ser lazer: o lazer é hedônico;
4. Ele tende a dizer respeito ao indivíduo que o vivencia, reproduzindo o DDD (Descanso, Divertissement e Desenvolvimento): o lazer é pessoal.

Ao considerar estes pressupostos, Dumazedier (2008, p. 92) chega à conclusão que

O lazer concerne a um conjunto mais ou menos estruturado de atividades com respeito às necessidades do corpo e do espírito dos interessados: lazeres físicos, práticos, artísticos, intelectuais, sociais, dentro dos limites do condicionamento econômico social, político e cultural de cada sociedade. São tais atividades que iremos chamar de lazeres. Seu conjunto constitui o *lazer*.

A composição do DDD é, então, equivalente às classificações dos lazeres: o descanso trata sobre o relaxamento tanto da fadiga nervosa, quanto da fadiga física. Marcellino (2000a, 2000b) e Dumazedier (1976) não tardam a mencionar que o trabalho moderno está diretamente vinculado com uma maior fadiga nervosa, situação que pode ser vinculada à *insatisfação* desenvolvida a partir da especialização do trabalho industrial, na qual o trabalhador não conseguiria observar o produto de seu trabalho ao ser finalizado. Esta mesma insatisfação nos leva ao *Divertissement*. Traduzido como divertimento, recreação e entretenimento⁹, o

⁹ Preferimos, contudo, utilizar a mesma expressão francesa usada por Dumazedier não só para manter a fidedignidade a sua teoria, mas para não cair em possíveis confusões semânticas.

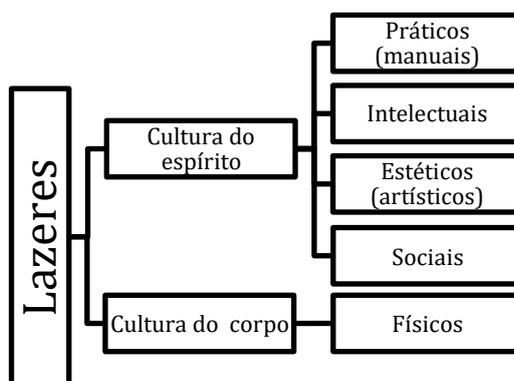
Divertissement é trazido como uma forma de combater o tédio, sentimento ao qual estamos sujeitos por conta de uma rotina cotidiana e sua monotonia.

É em busca de escapar dessa mesmice, que a *mass-media* começa a ser usada como escapatória ficcional da realidade, por outro lado, para aqueles que buscam uma mudança físico-concreta, o turismo é escolhido. Ainda estando atadas à escapatória da ficção, o rádio, o cinema, os romances de folhetins... as produções artísticas em teia tornam-se uma das maiores formas de vivenciar-se o lazer: dentro de casa, no carro, no ônibus, o lazer em massa combina a *velocidade*, que circunscreve o capitalismo; o *escape*, mais acessível financeiramente e mais fácil de ser equilibrado com as demandas profissionais, e o *cultivo do si*, retrato da subjetividade neoliberal e do individualismo competitivo.

Ao lado do *Divertissement* e do Descanso, o Desenvolvimento diz respeito ao desenvolver pessoal, social, artístico e político, seguindo as determinações de que, no lazer, é essencial que exista a *escolha* de quem vai vivenciá-lo: nada é feito porque precisa ser feito, ninguém faz nada porque quer mostrar a alguém que faz alguma coisa; a atividade só existe porque existe a *vontade* de fazer «isso» em detrimento «daquilo». A existência dessa vontade, dos prazeres e da fuga do tédio e da fadiga faz com que o lazer não seja a promessa messiânica de outrora: a exemplo do alcoolismo, o lazer precisa ser *comedido*, pois pode servir tanto à degradação individual, quanto à degradação coletiva; tanto à emancipação, quanto à alienação – sobre a qual podemos, também, exemplificar a demonização da vida cotidiana e a aspiração exacerbada do ficcional (Dumazedier, 2008, 1976).

Por ter descrito o DDD, cujas partes podem acontecer simultânea, suscetiva ou individualmente, podemos mencionar como são classificados os lazeres:

Figura 01: Classificação dos lazeres



Fonte: Adaptado de Dumazedier, 2008

Os lazeres, para além de tipos, possuem níveis de valorização distintos (altos, médios e baixos) a depender de como a própria sociedade estabelece padrões de consumo e de atribuição de valores (Dumazedier, 1976). Isto posto, os lazeres sociais – a recepção de visitas, a própria visita, a participação em associações recreativas etc. – costumam ser mais bem-vistos quando desempenhados por pessoas idosas, as quais estão usufruindo da quarta fase do lazer: a aposentadoria, ou seja, o lazer pós-vida profissional. Entre os jovens e as pessoas pertencentes às classes mais baixas, há o destaque dos lazeres práticos, em específico, do *bricolage*.

Entendido como a execução de pequenas tarefas, consertos de objetos domésticos, processo popularizado como *do it yourself (DIY)* para se referir às classes mais abastadas, o *bricolage* – ou a *gambiarra*¹⁰ – foi nomeado como a atividade mais desempenhada pelos trabalhadores que participaram das enquetes levantadas por Dumazedier, fato a que o autor atribui dois argumentos principais: a efetivação prática e manual de algo auxilia a sanar aquele sentimento de insatisfação que permeia as relações do trabalho produtivo e a gambiarra é uma atividade de lazer que muito se aproxima com o próprio trabalho, “[...] dado que todos nós fomos preparados para o trabalho [...] ninguém nunca nos preparou para o tempo livre (sic) e muitos de nós sabemos trabalhar, mas não sabemos administrar o tempo livre” (De Masi, 2000b, p. 132).

Insatisfação «resolvida», não saber ficar sem trabalhar «resolvido»; a gambiarra também tende a «resolver» outra problemática que costuma ser levantada sobre o lazer: muitas vezes há a preferência de trabalhar mais para, assim, conseguir usufruir do ideal de lazer que socialmente estabelecemos (Dumazedier, 2008, pp. 152-153). Esse segundo trabalho – às vezes lido como “terceiras atividades” (Dumazedier, 1976) – reside na ampla gama de *semilazer*, ou seja, atividades, normalmente, que decorrem no lazer, mas que, quando realizadas, geram um produto que não, apenas, o hedonismo. Costurar por diversão é lazer. Costurar por ser costureira é trabalho. Costurar por diversão e vender o produto é semilazer. Ler é lazer. Ler por ser editor é trabalho. Ler e ganhar um concurso de leitura é semilazer. Fazer uma gambiarra por diversão é lazer. Fazer uma gambiarra porque uma lâmpada em casa quebrou e não há como comprar outra ou pegar o serviço de conserto é necessidade. Fazer uma gambiarra porque uma lâmpada em casa quebrou e se acha divertido consertar é semilazer.

¹⁰ Pela definição de *bricolage* apresentada por Dumazedier (2008, 1976) identificamos a expressão *gambiarra* bastante acurada para representar o movimento de produção material brasileiro embora haja o termo *bricolagem* para referir-se à palavra francesa: assim como o *bricolage* representa toda uma forma de imprimir o *eu* nas práticas efetivadas, a *gambiarra*, enquanto *jeitinho brasileiro*, faz parte do cotidiano de inúmeros brasileiros e brasileiras, agindo como uma forma de manifestação da identidade cultural nacional (Bouffleur, 2006, p. 38)

Só é o que eu posso ver, uma mudança radical¹¹: a dupla pauperização do lazer

Quando retornarmos, então, à discussão sobre o lazer recém-instituído, percebemos que certos tipos de lazeres variam de acordo com as classes sociais (Dumazedier, 1976, 2008) na medida que, também, varia-se o valor que a sociedade atribui a essas atividades: enquanto a gambiarra não era tão valorizada socialmente, a ida a espetáculos artísticos o era. Percebemos, outrossim, que a ética do trabalho interfere em como vivenciamos os lazeres, propiciando o nascimento de semilazer e semiobrigações, momentos em que o lúdico e o necessário se interpõem; ética esta que também liga aos lazeres a lógica do lazer em massa, reflexo do modo de produção sob o qual vivemos. Deste modo, ainda no vivenciar do lazer, não podemos deixar de notar um movimento de metamorfose que perseguiu a popularização daquele: a dupla pauperização pela qual passara o lazer e, portanto, os lazeres.

Tal como pontuara Abreu Filho (2015), a instituição de uma classe ociosa significaria, em consequência, a diminuição na produtividade ou a criação de uma classe trabalhadora que suprisse a falta da primeira. Com a dissolução paulatina da escravatura nos países da Europa ocidental, embora extremamente exploratória, a produção da classe operária não conseguia proporcionar a possibilidade de a burguesia *não trabalhar*; um dos fatores, então, determinantes para a promoção do ócio vicioso. No período englobado pelos séculos XVI e XIX, em que a distinção positiva e real entre ócio e lazer não era bem delimitada, o «estar sem fazer nada», utilizado como sinônimo do não trabalhar¹² momentânea ou prolongadamente, refletiu a primeira pauperização do lazer: o lazer sendo reduzido à ociosidade.

Esta pauperização foi, acima de tudo, semântica: ainda hoje, Rolnik (2000) admite utilizar o lazer como o não-trabalho – algo que, de maneira alguma, diminui a validade de sua pesquisa –; o tempo livre, o ócio e a recreação aparecerem como sinônimos perfeitos – categoria inexistente normativamente – em Gomes *et al* (2009), e o *homo ludens* interpretado por De Masi (2000b) é um homem ocioso. Essa confusão semântica alastrou-se ao comportamento direcionado aos grupos que manifestassem o não-trabalho: quando concebemos o trabalho como dever, o ócio torna-se não só um pecado (De Masi, 2000a, 2000b), mas um desvio da cidadania *per si*.

Contíguo ao argumento desenvolvido no tópico anterior, a primeira pauperização estimula um não-trabalho avergonhado, *i.e.*, o ocioso restringe-se à mendicância ou à reclusão

¹¹ EL3. Entrevista III. [mai. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (11min46).

¹² Chamamos de não trabalho, justamente, o estado em que lazer e ócio se misturam em detrimento ao trabalho; não chega a ser o tempo disponível, por não estarmos contabilizando o momento em que isso ocorre.

bucólica e aquele que está a vivenciar o lazer, o prefere fazer em ambientes socialmente seguros – *cabarets*, bares, cafés (Dumazedier, 2008, 1976), em que outras pessoas que também estão a vivenciá-lo ou pessoas de classes e grupos semelhantes também se encontram, oferecendo certo conforto – ou em ambientes domésticos, longe da coletividade – dando continuidade à preferência por lazeres práticos como jardinagem, gambiarra, costura etc.

Enquanto a primeira pauperização do lazer acompanhou, primeiramente, as fundações deste e é semântica, a segunda pauperização é factual: o lazer, a partir das conquistas populares em meados de 1930, passou a ser *pobre, coisa* de pobre. Mas não qualquer lazer: algumas categorias¹³ artísticas e intelectuais continuaram sendo vinculadas à alta e à média burguesia, na medida em que os lazeres práticos, físicos e algumas categorias dos sociais decaíram nos índices simbólicos de valoração social.

O lazer, justamente por ser experienciado de forma desigual por entre as classes, sofre as ações das “[...] normas de consumo” (Dumazedier, 1976, p. 84), ou seja, partindo do que é apropriado e ressignificado socialmente, certos gêneros de lazeres são lidos como reservados a certas classes ou grupos de pessoas. Essa compreensão setorial acaba interferindo no nível de valorização de dados gêneros: gostaríamos de trazer a questão da gambiarra novamente. A gambiarra

É uma manifestação não exclusiva, porém típica e muito presente na **cultura popular brasileira** [...] Assim, para resumir suas prováveis causas, a *gambiarra* parece depender de uma condição social ou econômica (a existência [de] necessidades específicas), aliada a uma condição ambiental (disponibilidade de recursos materiais), e é provável que seja também intensificada por elementos do nosso modelo cultural (‘jeitinho brasileiro’ de ser) [...] Pudemos notar algumas idéias positivas quanto à prática da gambiarra, no entanto, a visão predominante é que se trata de uma prática inferior, paupéris, indigna – o dito ‘lixo’ [...] Enquanto o termo *gambiarra* costuma ser associado à qualidade do **feio**, *design* costuma ser associado à qualidade do **belo** [...] Enquanto *design* parece uma realidade distante para muitos, *gambiarra* é uma realidade próxima para a maioria (Bouffleur, 2006, pp. 25; 28-29 – sublinhados nossos, itálicos e negritos do autor)

Bouffleur deixa mais do que elucidado que, enquanto o *design* é atribuído às práticas performadas pelas classes mais influentes, a gambiarra o é às classes populares. Enquanto a burguesia fazia o *do it yourself*, o *bricolage* pertencia aos operários. Dumazedier dirá, porém,

¹³ As categorias de lazeres dizem respeito ao *gênero* dos lazeres, os setores básicos das atividades desenvolvidas. Para compor os tipos de lazeres e, conseqüentemente, os gêneros, Dumazedier (2008) pontua a *propriedade dominante* das atividades, ou seja, *aquela cuja presença é logicamente necessária à existência desta atividade* (Dumazedier, 2008, p. 102). De maneira ilustrativa, caso fôssemos tipificar a caminhada, teríamos: Cultura do *corpo*; Tipo: Físico; Gênero: Caminhada; Nível: Alto. É relevante mencionar o fenômeno dos *napping and idleness* e *sitting and thinking* – tirar uma soneca e não fazer nada e se sentar e pensar, em tradução nossa. Embora não representem uma ação direta, tanto a soneca quanto o sentar exigem uma propriedade dominante lógica: o *corpo*, sendo, então, tipificadas enquanto lazeres físicos.

que os praticantes da gambiarra tendem a ser fechados em si, dedicando-se em até cinco horas ininterruptas diariamente (Dumazedier, 1976) a esse gênero; resguardando-se ao máximo de acessar jornais, programas de rádio e outros tipos de lazeres. Outrossim, a gambiarra, muitas vezes, converte-se em *semilazer* seja por necessidade financeira ou por necessidades momentâneas dos indivíduos (Bouffleur, 2006; Dumazedier, 2008). Assim como o ócio, a gambiarra é negativa, é algo da qual não se deve ter orgulho e não se deve cultivar no público e na vida social:

[...] são cidadãos inferiorizados, que não se preocupam com problemas políticos, sociais ou culturais; os meios de informação das massas abundam em torno deles, mas não os utilizam; são indivíduos isolados, comportam-se como artesãos voltados sobre si mesmos, quase como nos tempos em que não havia imprensa, cinema, divisão do trabalho ou luta de classes (Dumazedier, 1976, pp. 37-38)

Somada aos bares, aos *cabarets*, aos cassinos de aposta (De Masi, 2000b), a gambiarra traduz um lazer popular que nem é lido sob o título de tal. Com o movimento de validar o lazer popular e operário na década de 30, novos gêneros de lazeres foram sendo alcançados pela população marginalizada pelo sistema capitalista e os padrões de consumo espelharam-nos, “[...] o isolamento cultural da classe operária continua”, pois, “a ser um fator não apenas do ponto de vista dos estudos, mas ainda dos lazeres” (Dumazedier, 2008, p. 145). A ligação semilazer-tipo prático dá ensejo ao sentimento de que o «verdadeiro» lazer *custa caro* e que “[...] o dinheiro destinado às despesas com o lazer, coloca-se entre os ‘bens de luxo’” (Idem, 1976, p. 83), fazendo com que aquele respondesse aos padrões das classes mais ricas, em outras palavras, que o *consumo conspícuo* se tornasse o símbolo da vivência do lazer. Meios de informação, rádios, automóveis, viagens, parques temáticos, *shoppings centers*, parques aquáticos: o lazer foi privatizado e o aumento na “necessidade de lazer, aumenta também a necessidade de consumir” (Ibd., p. 152).

Esta necessidade, todavia, não é exclusiva da *cultura vivenciada*, mas inerente ao sistema de produção capitalista: considerando “[...] o desenvolvimento do capitalismo como uma evolução direta das formas de controle e mercantilização global” (Sabino P., Peixoto, Silva, 2022, p.), o estímulo ao consumo de um pseudo-lazer verdadeiro anda de mãos dadas com as estratégias do capital de manter e alimentar a retórica dos perigos da rua, do público e de tudo que foge do padrão doméstico-privado. Com a diminuição da influência dos vínculos sociais sobre o indivíduo na modernidade industrial e pós-industrial (Dumazedier, 1976, 2008; Bauman, 2009), fomos introduzidos num momento histórico-social em que, com a grande expectativa nos avanços tecnológicos promovidos pela ação antrópica, o sentimento de

insegurança surgia a qualquer sinal de algo que desviasse do nosso controle. Bauman (2009, p. 19 – grifos do autor) argumenta que “os medos modernos tiveram início com a redução do controle estatal (a chamada *desregulamentação*) e suas consequências individualistas”, correlacionando-o amplamente com a promessa neoliberal de um Estado «mínimo» (Harvey, 2008; Dardot, Laval, 2016, 2017).

A desconfiança constante e o medo de supor-expor possíveis fraquezas que vêm com a desintegração da solidariedade andam lado a lado com a necessidade de reafirmação de *status*: simetricamente ao evitar parecer-se com um ocioso, as classes mais ricas evitam parecerem-se inadequados, parecerem-se com os *underclasses* (Op. Cit, p. 25), os quais são quase vizinhos dos criminosos, em outras terminações: criminosos, perigosos e pobres são vistos como ameaça aos cidadãos “sadios” e ao funcionamento do sistema capitalista, porque esse indivíduo não “[...] seria um ser produtivo, ele não consome, ele não contribui para a manivela capitalista continuar girando” (Sisnando, Sabino P., 2023, p. 76). A determinação necropolítica (Mbembe, 2016) de corpos e cidadãos sadios e de corpos e cidadãos marcados enquanto «não-contribuintes» ao modo de produção conta, então, com três características:

[...] a fragmentação do território, a proibição do acesso e a expansão dos assentamentos. Da fragmentação, os autores vão tratar sobre como há uma interposição urbana, na qual os locais das raças “sadias” são seguros e os locais dos corpos vitimados pelo necropoder são perigosos, justificando, muitas vezes, ataques a essas áreas como forma de proteção da vida dos sadios. A proibição do acesso, por outro lado, pode ser percebida quando fazemos alusão ao aumento dos condomínios e dos espaços fechados, delimitando bem a dualidade, porém conexão, entre inclusão [dos sadios a serem protegidos] e exclusão [dos descartáveis]. A expansão do assentamentos, por fim, pode ser associada à manutenção e expansão dessas localidades cujos moradores possuem, então, uma raça e um perfil já pré-definido, definindo espacialmente formas de o Estado e o Sistema cometerem os genocídios característicos da necropolítica de forma a desumanizar os corpos-alvo: deixando de ser pessoas e virando espaços a serem transformados em seguros e úteis, todo um imaginário construído e modificado de maneira a transformar os moradores em inimigos bestiais (Sisnando, Sabino P., 2023, pp. 77-78)

A cidade enquanto *loci* onde diferenças se encontram para formar algo novo deixa de possuir um viés positivo e vira o local em que o inimigo habita: os muros, as câmeras, os veículos blindados, os aparelhos de rastreamento, os conselhos de “não vai por aí, é muito perigoso” e de “eu evito a rua tal”; todos esses aspectos alimentam e *retroalimentam* o capital do medo (Bauman, 2009). Ainda sobre o medo da inadequação, Baumann não tarda em apontar que os indivíduos das *gated communities*, na qualidade de grupos que fazem uso de uma arquitetura do medo que estabelece o nós – dentro dos muros – e o eles – fora dos muros –, tendem a afastar-se daquilo que representa o perigo – a cidade, a rua – e estabelecer suas próprias relações com os espaços privados – o lado de dentro: “[...] [não adquirirem] pela cidade

em que moram nenhum interesse, a não ser dos seguintes: serem deixadas em paz, [...] Eles não estão interessados, portanto, nos negócios de ‘sua’ cidade” (Ibd., p. 27).

Com a periculosidade da cidade, o lazer passa a não ser mais vivenciado nela – até porque, logicamente, não há prazer no perigo e no medo –, sendo preferível aos operários trabalhar mais – seja em outros vínculos, seja aumentando a jornada de trabalho (Dumazedier, 1976, 2008) – para que pudessem receber salários maiores e *gastar mais* com o lazer. Não podemos, entretanto, suprimir a existência e a relevância do lazer aberto e não-privado, pois a privatização dos lazeres não suprime que os *underclasses* e os grupos marcados como descartáveis e perigosos também vivenciam a cultura e costumam manter laços de solidariedade comunitária – muitas vezes étnicas – muito mais perenes (Bauman, 2009). Ao conceber o espaço público como os locais em que não há distinção entre moradores e estrangeiros, em que o acesso é permitido a todos e a *anonimidade* rege as relações (Idem, 2009), é indiscutível que os espaços públicos os quais normalmente possuem como função social a experiência do tempo disponível, do ócio e do lazer proporcionam, primeiramente, a garantia dos lazeres – especialmente, os lazeres sociais – para os grupos que, normalmente, são marginalizados e, em segundo plano, dissidem ao menos em partes, da segregação espacial.

*Aquela * é uma praça?¹⁴: os espaços são públicos, mas são de lazer?*

Estabelecido o que compreendemos como ócio e como lazer e levantado a relevância dos espaços públicos em que cultiva-se o tempo do não-trabalho, não podemos deixar de falar sobre: a problemática lazer-ócio e as praças e os parques públicos como representantes daqueles *loci*. Inicialmente, pontuamos que o Brasil alcançou o nível de 8,6 milhões de desempregados (desocupados) no primeiro semestre de 2024 (IBGE, 2024), nos quais são contabilizados aqueles com catorze anos ou mais que não desempenham dada quantia de horas trabalhadas – trabalho doméstico, escolar e autônomo são contabilizados como ocupados. Dito isto, 7,9% dos brasileiros encontram-se em situação de *ócio*, ou seja, não possuem vínculos formais ou informais de trabalho profissional, familiar ou extraprofissional. E, embora Dumazedier contabilize as férias e a aposentadoria como lazer – mensal e ao fim da vida de trabalho –, os aposentados compõem as “pessoas fora da força de trabalho” e os profissionais afastados do exercício, os “ocupados”.

¹⁴ EL2#. Entrevista II. [mai. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (12min37).

Introduzimos esses dados porque o ócio e o lazer nutrem uma sincronicidade quando postos sob uma análise ampliada: conquanto seja possível falar sobre o estado de lazer ou de ócio de um indivíduo ou de um grupo menor de indivíduos, distinguir essas duas categorias na dimensão de uma cidade, de um estado ou da quantidade de pessoas que frequentam um parque ou uma praça é, porventura, correr o risco de cair em algumas inadequações conceituais. Quando estamos imersos em uma instabilidade empregatícia e em altíssimas taxas de “desemprego”, nomear espaços públicos como as praças e os parques como espaços públicos de ócio é compactuar, não obstante a intenção, com a primeira pauperização do lazer; nomeá-los como espaços públicos de lazer é, ironicamente, repetir o mesmo esvaziamento ao confundir ócio e lazer.

Ambos sendo partes excepcionais do tempo disponível, lazer e ócio não podem ser excluídos e nem misturados nessa modernidade pós-industrial em que, para que uns tenham lazer, outros precisam estar em ociosidade. Não podemos nos referir às praças, aos parques, às bibliotecas e aos demais equipamentos como espaços do tempo disponível, pois neste ocorrem o momento extraprofissional – em que a atividade profissional não é efetivada, mas do qual é indissociável, *p.e.*, o tempo depreendido no transporte – e o momento de trabalho familiar e de necessidades fisiológicas e higiênicas (Dumazedier, 1976). Dessarte: esses equipamentos são espaços de quê?

Supracitado, o *Divertissement* fora traduzido pela Editora Perspectiva como *diversão, entretenimento e recreação*. Os estudos estadunidenses sobre o lazer no século XX eram vistos como estudos sobre as atividades recreativas a partir de leituras de um lazer utilitarista (Marcellino, 2000a). A recreação é apontada como reverberação da expressão latina *recreare*, a qual expressava a ideia de reprodução e, paulatinamente, foi assumindo o sentido de recreio – momento em que a ludicidade fica sob os holofotes e os jogos e as brincadeiras são responsáveis pelo descanso, pelo repouso, pelo afastamento do tédio, pelas relações interpessoais. É no recreio que as crianças brincam de pega, de esconde-esconde, de amarelinha; é no intervalo – recreio dos adultos e dos jovens adultos – que as pessoas leem, bisbilhotam as redes sociais, comentam e reclamam da vida. É no recreio que vamos ver o feijãozinho que foi plantado no algodão e colocado para germinar no copo plástico. É no intervalo entre o trabalho e outras atividades que nos dedicamos a consertar aquela porta de armário que não fecha direito. Por que ignoramos o recreio de nossas vidas adultas?

A recreação pode ser compreendida como maneira de reflexão e de interação consciente com a nossa realidade, o que nos pode auxiliar no encaminhamento de mudanças. É nesse sentido que acredito no trabalho com a ‘recreação’,

compreendendo-a como a 'recriação' que incluiu o divertimento, mas não de uma forma alienada e dominadora e sim numa perspectiva de educação inovadora, que possibilita a criação, a recriação e, também, o divertimento (Silva *et al.*, 2011, p. 13)

O lazer é o espaço do hedônico, o ócio é o momento da negação – voluntária ou não – da lógica da produtividade material, do medo e do capital. Não há possibilidade de continuarmos nos referindo aos espaços que iremos estudar como espaços públicos de lazer ou de ócio quando ambos são indissociáveis e fomentam com mesma intensidade a função social desses. Não podemos ignorar os vieses pelos quais os equipamentos públicos são concebidos como lazer: o lazer utilitarista, que é visto como a forma de preparar o «contribuinte» para continuar a «contribuição», é um instrumento do sistema ao passo que é um instrumento para o consumo pernicioso, por isso ele tende a ser esvaziado de suas idiossincrasias de transformação social e vira um adjetivo vazio ao lado de instituições políticas e da sociedade civil (Marcellino 2000a, 2000b): onde está – a despeito do nome – o lazer nas Secretarias de Esportes e Lazer? Nos Comitês de Lazer e cidadania? Os espaços públicos devem, então, ser espaços públicos de recreação, pois são neles que essas atividades têm palco independente se o momento é de lazer ou de ócio.

Dentre os espaços públicos de recreação, destacamos a presença de mais duas categorias confusas da arquitetura urbana: as praças e os parques. Historicamente, as praças públicas são assaz elencadas como descendentes diretas da ágora grega, *locus* de deliberação cívico-política e símbolo do berço da democracia moderna. As praças são espaços livres – ou seja, delimitações geográficas *urbanas* que não são ocupadas por edificações (Viero, Filho, 2009; Gomes, 2007) – que respondem a diversas funções sociais: encontros políticos – como as ágoras –, encontros comerciais – as praças feudais –, encontros eclesiásticos – os largos brasileiros –, encontros militares e civis relacionados a animais de pastos – os rossios –: encontros.

Enquanto a rua sinalizava movimento – ‘por favor, siga em frente’ –, psicologicamente a praça sinaliza a permanência. Enquanto o espaço de movimento diz: ‘vá, vá, vá’, a praça diz ‘pare e veja o que acontece aqui’. Pés e olhos deixaram uma marca indelével na história do planejamento urbano. Os componentes básicos da arquitetura urbana são o espaço de movimento, a rua, e o espaço de experiência, a praça (Gehl, 2014, p. 38)

Essa experiência se dá em coletivo:

Esse espaço, existente há milênios, utilizado por civilizações de distintas maneiras, nunca deixou de exercer a sua mais importante função: a de integração e sociabilidade [...] É um espaço de reunião, construído para e pela sociedade, imbuída de significados, marcos centrais da constituição de trajetos, ponto de chegada e partida, concentração e dispersão. Consiste em espalho para pedestres e é palco representativo da dimensão informal, como as feiras populares, coloniais, de artesanato, entre outras (Viero, Filho, 2009, p. 1)

No Brasil, em meio aos séculos XVIII e XIX, as praças brasileiras ainda expunham a realidade dos largos: grandes espaços e terrenos abertos aos redores de Igrejas, nos quais aconteciam feiras locais, festividades e muitas situações ritualísticas militares – como treinamentos, desfiles, dentre outros (Gomes, 2007). Quando, no século XIX, as praças começam a se desvincular dos espaços que não eram ocupados previamente com outras instituições e o privado começou a ser mais, socialmente, considerado em detrimento do âmbito público, aquelas vão sendo substituídas por casas, avenidas mais largas e lojas. Gomes (2007, p. 107) vai justificar, a partir disto, a dificuldade que as praças brasileiras encontram em questão de definição de planejamento, espaços e desenhos arquitetônicos: não apenas espaços livre *de edificações*, as praças existiam enquanto espaços *restantes*, isto é, onde tinha espaço, tinha uma praça.

No século XX, há o efeito do *ajardinamento*: com a difusão das práticas de jardinagem por entre a população brasileira, as praças passaram a reproduzir características que mais provocassem o sentimento despertado nos jardins domésticos das pessoas. Enquanto esses equipamentos de recreação eram muito utilizados por pessoas das classes populares como locais de cultivo de solidariedade e comunhão (Ibd., p. 108), as praças ajardinadas tornaram-se a epítome de uma cidade mais «higiênicas», mais «contemplativas», mais «*sedutoras*», pois esta nova agenda paisagística

Estava diretamente ligado a questões econômicas e políticas: apenas as praças mais importantes ou de localização mais ‘nobre’ receberam projetos ou foram reformadas, ao passo que nos bairros mais pobres ou distantes ainda eram tratadas como largos e terreiros, sem projeto ou qualquer cuidado urbanístico (Robba, Macedo, 2002 p. 30 apud Gomes, 2007, p. 112)

O higienismo urbano o qual esses *loci* atravessaram teve dois impactos fundamentais para a transformação da função e do processo de apropriação social destes: em um primeiro momento, os comércios, as vendas e as feiras de animais, antes desenvolvidas nos largos, nos rossios e nos adros das Igrejas, agora precisariam de novos espaços para tomarem forma. Ao sair do público, prédios comerciais e edifícios alugados foram determinados como únicas alternativas de sede para os eventos já consolidados socialmente, de maneira que, além de centros urbanos de habitação, as zonas nobres também migraram em regiões energéticas de consumo. A segunda grande transformação foi que as praças, antes locais de encontros interpessoais, vestiram o robe do autoconhecimento e da autorreflexão: como bem apontamos as leituras de Gehl, as praças são espaços convidativos para a experiência, para sentar e ver o

que acontece, porém, com a conversão delas em jardins, a experiência não era mais vivida, mas contemplada.

A mudança nas atividades exercidas nas praças não pode ser reduzida a mudanças apenas de forma. De meados do século XIX, os parques europeus e norte-americanos eram considerados como a extensão do espaço doméstico privado e existiam normas de comportamentos muito mais rigorosas no que tange à visitação destes do que à visitação de outros espaços (Raimundo, Sarti, 2016). Os primeiros parques urbanos foram inspirados nos jardins públicos, tinham o objetivo de aproximar a população urbana ascendente da calmaria dos campos frente à velocidade opressora da industrialização (Ibd., 2016), fazendo com que fossem locais que propiciassem um maior relaxamento, uma diminuição no estresse e momentos de contemplação bucólica:

[...] Os parques, definidos como equipamentos públicos, têm a sua história marcada através de experiências inglesas, francesas e norte-americanas; os primeiros parques urbanos surgiram paralelamente à formação das cidades em fins do século XVIII, sendo o seu apogeu nas décadas de 1850 e 1860, na Europa e nos Estados Unidos [...] A ideia de sistema de parques aparece no século XIX com Olmsted nos Estados Unidos, onde o verde passa a ser incorporado na cidade, através de referências europeias com arborização de vias e a criação de anéis verdes (Silva, Pasqualetto, 2013, p. 288)

Ainda, em tempos de confluências entre ajardinamento das praças e implementação dos parques urbanos, percebemos que essa mesma proposta de reaproximar o ser humano da natureza não dispensa a *valorização imobiliária* como aliada. Instalados em áreas mais nobres e que demandassem uma grande metragem disponível para sua implementação, os parques urbanos não poderiam ser espaços restantes, eles precisariam contar com um planejamento urbano que costuma não ser identificável nas periferias e “[...] foram implantados [em] bairros de *status* [...] cujo padrão urbanístico [...] diferenciava-os dos bairros populares” (Gomes, 2009, p. 87).

Embora essas construções em muito “constituíram-se em estratégias imobiliárias para alterar o preço da terra, aumentando as desigualdades socioespaciais nas cidades onde foram implantadas” (Ibd, p. 88) e alimentassem as lógicas de valorização capitalista do espaço, o movimento dos parques urbanos sofreu inúmeras modificações com o passar das décadas. De áreas destinadas ao ufanismo romântico até início dos anos 1900 e passando pela instituição dos parques urbanos de estilo *playground*, em que a visão utilitarista da recreação proveniente dos estudos estadunidenses do lazer predominava – entre 1900 e 1930 –, e pela defesa da *recreation facility* durante o pós-guerra – de 1930 a 1965 –, em que discursos de resistência eram amplamente difundidos, as últimas décadas do século XX ficaram marcadas pela defesa

de uma sustentabilidade que fosse alcançada pelas mais diversas parcelas da população (Raimundo, Sarti, 2016).

A contemplação urbana semeada nos parques do século XXI tenta arduamente retornar à função coletivista das praças ao mesmo tempo em que *as próprias praças* também tentam fazê-lo. Qual seria a diferença formal entre praças e parques urbanos, então? Muito concordamos com a visão de Raimundo e de Sarti (2016, p. 11 – grifos dos autores) ao afirmarem que

Espaço Livre - trata-se de conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído; *Área Verde* - onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos; *Parque Urbano* - é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, ocupando uma área maior que as praças e jardins públicos; *Praça* - é um espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada; *Arborização Urbana* - diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas nas calçadas, fazem parte da arborização urbana, porém, não integram o sistema de áreas verdes.

Não era velha nem pobre, ganhou cartaz, nome nobre: a terceira menção

Dito isto, a presente seção “Não é mais velha nem pobre/Ganhou cartaz, nome nobre” objetivou discutir sobre a questão do lazer e do ócio. Estes versos aparecem, na música que nos guia por nossa monografia, após as transformações da Praça Sete, agora praça Vedete, serem descritas (“Hoje está linda/Tem asfalto em vez de lama/Ganhou cartaz, criou fama/Tornou-se a praça vedete”), mas fica presente o anseio do eu-lírico pela antiga forma da Praça Sete (“Mas que saudade/Palpita na alma da gente/Do tempo em que simplesmente/Se chamava praça sete”). Assim como aconteceu o esvaziamento da Praça Sete, a pauta do lazer e do ócio foram reduzidas a um tema malvisto pelas mais diversas comunidades – das acadêmicas às políticas e sociais, porém, à medida que a Praça ganhava um maior prestígio social, a temática do lazer-ócio fizera o inverso. Quando avançamos com o capitalismo e formas privadas de lazer passam a ser almejadas, os versos saudosistas da música podem ser interpretados como o desejo de voltarmos a um tempo em que o ócio-lazer era voltado ao coletivo, ao público e ao comum. Na mesma estrofe do qual retiramos os versos para compor o título do capítulo, vemos a primeira reafirmação do que viria a ser nosso título da monografia: é também a partir deste capítulo que vemos como as transformações históricas e sociais do lazer-ócio podem representar ameaças ao sentimento de comunidade e o culto ao privado, representar o apagamento de grupos minoritários (“Não é mais velha nem pobre”) e a exaltação de classes mais abastadas (“Ganhou cartaz, nome nobre”).

4. “Tudo foi despedaçado com mais completo desdém”: *um estudo de casos múltiplos*

Quando eu fui morar em Vitória¹⁵: o município de Vitória de Santo Antão

Assim como o comum possui várias terminações, o município de Vitória de Santo Antão já possuiu outros nomes: Cidade de Braga, Santo Antão da Mata... antes de, em 1943, ganhar a alcunha sob a qual, hoje, é conhecida. Zona da Mata pernambucana, com aproximadamente ~135.000 habitantes (IBGE, 2022) e ~372km² (Prefeitura [...], 2022) O município foi delimitado com base, principalmente, na disponibilidade de mobilidade da pesquisadora e em sua vinculação emocional para com esta cidade. Banhado pelos rios Pirapama, Itapacurá, Jaboatão e Ipojuca, Vitória é o berço do Engarrafamento Pitú, marca de cachaça mundialmente conhecida – “Destacam-se os mercados onde a Pitú é líder de mercado, como Alemanha, Áustria, Espanha, Grécia, Suíça, Portugal, Canadá, México e Argentina.” (Pitú, 2023) – e sede de inúmeros empreendimentos fabris – como a empresa Mondelez, a Sadia, etc.

Historicamente, Vitória foi palco de extensos cenários de luta: desde a Batalha das Tabocas, em 1645, em que os portugueses combateram os imigrantes holandeses, à participação de Mariana Amália do Rêgo Barreto, vitoriense, na Guerra do Paraguai na segunda metade do século XXI, que, embora esta não tenha acontecido nos termos do município de Vitória, foi marcada pelo vínculo cívico e emocional que Mariana Amália. Não podemos deixar de destacar a importância de um movimento originalmente vitoriense: as Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas representam um movimento de autogestão e, ousamos dizer, *associativismo* que teve seu início em 1955 com a SAPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco. Frente à promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas em 1946 e a perene ausência de garantia de direitos expostos em juízo, os agricultores do Engenho Galiléia organizaram-se em redes de apoio mútuo, pois

[...] acreditavam que poderiam melhor enfrentar problemas como o atraso no pagamento do foro e até o enterro dos seus mortos, que então era realizado num caixão coletivo, cedido pela Prefeitura – este, depois de utilizado, tinha de ser novamente devolvido (Montenegro, 2004, p. 394)

Montenegro (2004) também explicita que, ainda que composta e voltada aos camponeses, foi emitido o convite para o proprietário do Engenho Galileia para que este compusesse a SAPP enquanto presidente honorário, em uma estratégia que pode ser lida sob a

¹⁵ EB1. Entrevista I. [jun. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (21min37).

perspectiva de envolver – ainda que superficialmente – as partes dominantes nas decisões tomadas pela Sociedade. Mesmo assim, o então proprietário logo exigiu a dissolução do movimento por conta do possível viés comunista deste, o que contribuiu para a escalonada do conflito. Com auxílio do advogado e deputado Francisco Julião, “esta luta numa bandeira de todos os trabalhadores rurais do Nordeste e do Brasil” (Montenegro, 2004, p. 395).

Esta suma participação de Vitória de Santo Antão nas lutas políticas e sociais nacionais é essencial para que ampliemos o debate sobre o comum e o público – o que será feito no decorrer desta pesquisa –, de modo a compreender este como um “comum deturpado” a ser apropriado de volta pelos indivíduos coletivamente articulados (Aguilar; Navarro; Linsalatta, 2016).

No que tange ao *lazer*, o próprio site da Prefeitura de Vitória (2022) oferece uma breve descrição sobre “Lazer e Gastronomia” na cidade:

No setor de lazer e de gastronomia, Vitória de Santo Antão oferece várias opções. Bons restaurantes, com variada cozinha típica e regional. Como festa popular, registramos o carnaval, a manifestação mais tradicional e estonteante da cidade. Vitória de Santo Antão mantém vivo seu esplendoroso e diversificado carnaval, do qual participam mais de cem agremiações, entre elas ‘O Camelo’, ‘O Cisne’, ‘O Leão’, ‘A Girafa’, ‘A Cebola Quente’ ‘A Zebra’ ‘O Boi Vitória’, ‘Taboquinha’, ‘Urso Branco’, ‘É Tesão’ etc. Outra tradição da cidade são as festas juninas com suas fogueiras, fogos, comidas típicas, quadrilhas e forró pé de serra.

Percebemos, pois, certa lacuna naquilo que concerne aos equipamentos de lazer e de recreação no município.

Você descubra¹⁶: metodologia e métodos

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos e aos métodos utilizados no encaminhamento da presente pesquisa; do ponto de vista de sua natureza, é de caráter fundamental, pois não se propõe a ter uma aplicação imediata, mas a fomentar as discussões acerca do Comum, em especial, do Comum urbano a ser instituído pelas comunidades a partir de suas próprias vivências ao apropriarem-se dos parques urbanos e das praças públicas. Sobre a abordagem do problema e a tabulação dos dados apreendidos, utilizamos uma abordagem qualitativa, à medida que esta “[...] envolve uma abordagem interpretativa do mundo [...] tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (Augusto *et al.*, 2014, pp. 747-748).

¹⁶ EB3. Entrevista Dupla [ago. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (1h08min27).

No que diz respeito ao tipo de pesquisa relacionado ao ponto de vista dos objetivos, enquadramo-nos como uma pesquisa exploratória-descritiva, a qual se propõe não só a ampliar o campo de discussão do tema referido, gerando uma maior familiaridade entre objeto de estudo e a comunidade acadêmico-científica (Gil, 2008), mas a emergir enquanto

[...] estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente (sic) determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante (Lakatos; Marconi, 2005, p. 188).

Quanto ao desenho desta pesquisa, construímos um estudo de caso múltiplo, ou seja, composto por dois ou mais casos, para compor os métodos e técnicas da presente pesquisa. Como bem dissera Yin (2001), esta forma de pesquisa pode ser utilizada para

[...] descrever uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre [...] podem [ser utilizados também para] ilustrar certos tópicos dentro de uma avaliação, outra vez de um modo descritivo [...] [e] a estratégia de estudo de caso pode ser utilizada para explorar aquelas situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados (Yin, 2001, p. 34)

Como o comum urbano pode apresentar-se de formas diversas e sob os mais variados signos, esta modalidade de estudo de caso, portanto, não só nos auxiliará a construir uma ampla rede de *comuns* para ilustrar a dimensão da apropriação comum dos espaços públicos de lazer e para explorar *in facto* como esses fenômenos são interpretados e manifestados pelos não só comuneiros. Outrossim, é necessário que apontemos algumas experiências de *deturpação* do comum e de como o poder público pode afastar as praças e os parques urbanos da instituição daquele.

De modo que cada caso em um estudo de caso múltiplo deve ser tratado como experimentos diferentes em detrimento de amostras diferentes dentro de um mesmo experimento (Yin, 2001), não há uma quantidade máxima ou mínima de casos a serem investigados por pesquisas, porém

Os casos devem funcionar de uma maneira semelhante aos experimentos múltiplos, com resultados similares (replicação literal) ou contraditórios (replicação teórica) previstos explicitamente no princípio da investigação (Ibd., 2001, p. 75).

Dessarte, os estudos de caso múltiplos tendem a contemplar e partir à comparação entre si e com a teoria desenvolvida.

O parque fica perto da minha casa¹⁷: unidades de análise e de observação

Para compor nosso *corpus*, escolhemos como unidades de análise: a Praça Luiz Lopes Correia, popularmente, Praça do Lídia, situada na Avenida Adélio de Andrade, 100 – Lídia Queiroz, CEP: 55.614-170, e o Parque da Bela Vista, na Rua Dezenove, 35 – Bela Vista, CEP: 55.608-615 (Anexo A).

Com base em nossos objetivos geral e específicos, estabelecemos como nosso problema de pesquisa: *Em que medida a apropriação social de praças e parques urbanos enquanto espaços públicos de lazer viabiliza a instituição do Comum?* Para sanar este questionamento, todavia, precisamos minuciar, em consequência, como algumas formas de apropriação desses loci *inviabilizam* essa instituição. Assim, para além da variedade entre parques urbanos e praças públicas, os loci estudados exprimem indivíduos e grupos sociais que utilizam destes espaços com perfis sociais distintos, funções sociais específicas e estruturas arquitetônicas quiçá antagônicas.

No tocante aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistados utilizadores dos espaços destacados e, devido à fluidez das praças, aqueles que, a partir do cotidiano, manifestem o caráter móvel dos <locais de travessia>. Os dados coletados foram provenientes de fontes primárias: entrevistas semiestruturadas e também foi feito o uso da observação em vida real, em que “a melhor ocasião para o registro é o local onde o evento ocorre. Isto reduz as tendências seletivas e a deturpação na reevocação”, de forma sistemática, sob a qual o pesquisador observa de maneira planejada e a fim de “[...] responder propósitos pré-estabelecidos” (Marconi, Lakatos, p. 195).

Não querendo dizer nada, não...¹⁸: Detalhamento dos instrumentos

Como supracitado, procedemos com entrevistas semiestruturadas para compormos os documentos provenientes de fontes primárias. Ao seguir as orientações para a estruturação de um Estudo de caso (Yin, 2001), é necessário que exprimamos nossa hipótese de trabalho concernente a essas. Desta maneira, apontamos que: *as praças públicas e os parques urbanos funcionam como loci de encontros sociais rotineiros, os quais auxiliam a alimentação do lazer*

¹⁷ EB1. Entrevista I. [jun. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (21min37).

¹⁸ EB1. Entrevista I. [jun. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (21min37).

enquanto manifestação da cultura, fomentando a dialógica urbana e propiciando o surgimento de experiências coletivas a partir da cultura de territórios da vida humana.

Para contemplar este prognóstico, estruturamos nossas entrevistas de modo a montar tanto um perfil social dos entrevistados quanto estabelecer quais os signos atribuídos por estes às dinâmicas realizadas sobre o espaço e a respeito dele. Para o Parque urbano cercado que fora selecionado como unidades de análise, trouxemos outro bloco de perguntas sobre o cercamento e como ele é lido pelos sujeitos entrevistados. Questões sobre frequência e motivações pessoais para visitar tais espaços são, também, imprescindíveis para a compreensão do papel da *rotina recr[i]ativa*.

Ao que diz respeito às entrevistas, possuímos uma amostra de tipo não-probabilístico cujo plano amostral dar-se-á pelo método conveniência acidental. Por conta de nosso roteiro ser semiestruturado (Apêndices C e D), selecionamos como outro critério de inclusão que os entrevistados devem concordar com a gravação de voz das entrevistas, gravações estas que serão armazenadas no computador pessoal da pesquisadora, como bem-descrito no Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE.

Como as unidades de análise selecionadas são espaços públicos de lazer e contam também como zonas de passagem no ponto de vista urbanístico, a forma com que as pessoas apropriam-se das localidades é deveras idiossincrática, ainda que coletiva, de modo que a amostragem por conveniência acidental torna-se excepcional para o desenvolver de nossa pesquisa. O curto intervalo de tempo e a necessidade de deslocamento por parte da pesquisadora contribuem, apesar das críticas que possam ser tecidas sobre o desenho delimitado, para a escolha do referido plano. Assim, por lidarmos com uma pesquisa cujo desenho é não-probabilístico e acidental, não possuímos uma moldura de amostragem.

Dessarte, nossa amostra fora selecionada a partir dos seguintes critérios de inclusão:

- i. Frequentadores dos *loci* que tenham atingido a maioria;
- ii. Os sujeitos devem estar nos espaços durante o período da coleta ou devem concordar em ser entrevistados por meios digitais – *Google Meet, WhatsApp, Zoom*, etc;
- iii. Os entrevistados devem desejar participar da entrevista sabendo que não serão recompensados materialmente;
- iv. Os entrevistados devem aceitar ter suas vozes gravadas para melhor documentação posterior.

Para esmiuçar nossa amostra selecionada em decorrência dos critérios supracitados, contamos com os critérios de exclusão a seguir:

i. Não serão entrevistadas pessoas que não utilizem línguas orais para se comunicar (a exemplo de pessoas que se comuniquem pela Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), pois a pesquisadora não é fluente em línguas iconográficas;

ii. Não serão entrevistados aqueles que se recusarem ou por quaisquer outros motivos não puderem assinar – de forma alfabética ou biométrica – o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Foram recolhidas, ao todo, doze entrevistas, durante o período de maio de 2024 a agosto de 2024, sendo: seis entrevistas em cada *locus* (Apêndice E). É importante que destaquemos que, por estarmos analisando locais públicos e a apropriação social desses, as entrevistas muitas vezes contaram com a intervenção de conhecidos, amigos e familiares das pessoas que estavam sendo entrevistadas. Essas intervenções foram consideradas e transcritas, pois denotam não só a própria observação em vida real que nos propusemos a realizar, mas a construção conjunta das respostas e das entrevistas em si. Estabelecemos como codificação, para preservar a identidades dos sujeitos entrevistados, códigos, em que todos os sujeitos com o código EL são referentes à Praça Luiz Lopes Correia e com o código EB o são ao Parque da Bela Vista. Para diferenciar as intervenções dos entrevistados primários, adicionamos caracteres – #, \$, * – após a codificação. Algumas informações tais como locais de trabalho, nome de familiares e amigos também foram censuradas.

Tudo foi despedaçado com mais completo desdém: quatro vezes Praça Sete

Nosso capítulo metodológico chama-se “Tudo foi despedaçado/Com mais completo desdém”, pois, de forma análoga ao que sofreu a Praça Sete, apresentaremos o descaso do poder público com os espaços estudados. Esta parte da samba-canção é, consideramos, o trecho em que o eu-lírico fica mais marcado dentre toda a música (“E a minha infância/Despreocupada e fraquinhas/Lá ficou sobre as ruínas”), assim como o capítulo em questão, pois é onde apresentaremos o que fora coletado com as entrevistas e a observação. Outrossim, há mais passagens ressaltando antigos equipamentos de recreação existentes na saudosa Praça Sete (“Velho coreto/Velho rinque acimentado”), o que nos ajuda a visualizar que, embora o descaso público possa vir em forma de sucateamento e em forma da retórica desenvolvimentista e de inovação (“Da minha praça modesta”), ele ocorre, de maneira similar, a partir da tomada de decisões que excluem aqueles que daquele espaço se apropriam cotidianamente; sobre os *loci* estudados: quem havia participado na escolha dos equipamentos de recreação, da escolha para o Parque da Bela Vista ser cercado e possuir horário de funcionamento, etc.

5. “Mas que saudade da minha praça modesta [...]”: a cultura do comum urbano nos espaços públicos de recr[i]ação

Stavrides (2016) não tarda em mencionar que, para que haja o comum espacial, é necessário que sejam cultivados três critérios específicos: o critério legal – que estabelece a questão dos direitos de propriedade sobre o espaço, de acessibilidade, etc. –, o critério político – como as autoridades do local, a organização das dinâmicas de poder – e o critério econômico – que versa sobre o processo de valorização. Dardot e Laval (2017) partem dos princípios *comunialistas*, os quais dispõem sobre a necessidade de corresponsabilidades intrínsecas à própria instituição do comum. Os CPRs listados por Ostrom (1990) *demandam* a ratificação de regras de uso bem-delimitadas para nortear a gestão dos recursos. Como, então, equilibrar as teorias de comum com o DDD do lazer? E, principalmente, como localizar essas teorias com a efetivação do lazer na Praça Luiz Lopes Correia e no Parque da Bela Vista? Ao fazer jus ao nosso objetivo – *relacionar o comum urbano aos parques e às praças a partir da perspectiva de apropriação espacial, em específico ao que diz respeito à importância do cotidiano* –, organizamos o presente capítulo de maneira a: abordar a territorialidade como forma de apropriação social do espaço, discorrer sobre as problemáticas que circundam o cotidiano e, enfim, ratificar a importância da criatividade em contextos de vulnerabilidade.

É que eu odiava, né, os skatista¹⁹: territorialidades descontínuas

Tanto o Parque da Bela Vista (Anexo B) quanto a Praça Luiz Lopes Correia (Anexo C) contam com uma variedade bastante ampla no que tange à idade e às especificidades das populações que os frequentam. Por mais que tenhamos incluído em nossos critérios de elegibilidade a possibilidade de entrevistar as pessoas que utilizassem estes espaços enquanto zonas de passagem, as diversas atividades desenvolvidas nos locais estudados expressam, na verdade, um vínculo entre espaço e sujeito, o qual se assemelha ao vínculo de *apropriação*:

E: Então, você acha que dá para dizer que, já que você trabalha [...] influencia o horário que você vai para a praça?

EL1: Sim, porque [...] é *minha* parada de ônibus. (EL1, 2024 – grifos nossos)

Assim como a Praça Luiz Lopes Correia é a parada de ônibus *de EL2*, os espaços de recreação compartilham um laço quicá afetivo com os entrevistados mesmo que de forma implícita:

¹⁹ EB5. Entrevista V. [ago. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (31min15).

EB1: Ah, sim, *eu tenho boas lembranças lá na praça*. Por exemplo, toda vez que a gente tá andando entre amigos, a gente fica “nossa, nesse local aconteceu isso e isso”, “nossa, nesse local aconteceu tal coisa”, “ah, tu se lembra quando tal pessoa fez isso e isso aqui, nesse local”? Então, *tem certa afetividade* (EB1, 2024 – grifos nossos)

Algo que, também, pode ser visualizado em

EB3: [...] Existem momentos muitos nostálgicos aqui nessa praça (sic.), né? *Muito incríveis* [...] Me divertia muito, já me ralei bastante aqui, deve ter meu sangue perdido na praça. *Meu sangue tá nessa praça*. (EB3, 2024 – grifos nossos)

Como já apontado, as praças públicas e os parques urbanos não possuem na literatura parâmetros bem-definidos que os diferenciem; normalmente, esse contraste se dá pela dimensão geográfica dos espaços e a intensidade da arborização – mesmo que existam Praças «verdes». Esse processo de confusão pode ser identificado em todas as entrevistas relativas ao Parque da Bela Vista, seja nas passagens acima – de modo que EB1 refere-se ao Parque enquanto tal apenas uma vez durante toda a entrevista –, seja nas seguintes:

EB6: Não, veja: a praça, ela fecha (EB6, 2024)

EB5: Mas é uma praça que, em todos os horários, têm pessoas (EB5, 2024)

Essa dualidade praça-parque, especialmente, no contexto do Parque da Bela Vista, contudo, denota uma complementariedade entre as duas categorias, a síntese de algo novo a partir do uso atribuído ao espaço pelas pessoas:

EB5: Tem alguns eventos ou outros, mas [não é] muito evento feito pelo parque. É sempre alguém que vem e faz. Sabe? [...] porque como é área aberta, aí nesse momento ele se caracteriza como praça (risos). Porque [...] as vezes que precisei fazer evento aqui [...] não precisei pedir autorização: só vim, fiz e saí. (EB5, 2024)

Então, para além da distinção teórica entre estas duas categorias, a escolha de visitar, de se apropriar e de frequentar os espaços corresponde a funções específicas a cada pessoa; escolha essa que, por mais que envolva aspectos individuais – como a utilização da Praça como ponto de ônibus (EL1, EL2) e para a prática de exercícios físicos (EL3, EB1, EB2, EB3, EL5) –, tende a aprofundar laços de sociabilidade com outras pessoas que, ao desenvolverem suas atividades pessoais, interagem com o espaço e com os demais que o ocupam:

E: E, normalmente, por que a senhora vai pra praça? [...]

EL3: Porque eu gosto de ver, eu gosto de ver as crianças brincando, gosto de ver (pausa) os velhos (risos) os anciões conversando; gosto de ver o pessoal fazendo exercícios numas máquinas, que mal funcionam; as crianças correndo de bicicleta, andando de patins. (EL3, 2024)

E: Tem um motivo para [você ir] para essa praça especificamente? A do Lídia, especificamente?

EL4: Tem, por causa da *narquia* [anarquia].

E: Porque em outras praças tem, também, né? Jogo de dominó.

EL4: É, mas é mais divertido (pausa) Tem mais emoções (risos) (EL4, 2024)

EB3: (Risos) Eu venho acompanhar meu amigo (nome de EB2) (Risos) [...]

EB3: Venho acompanhar meu amigo XXX (Risos) [...]

EB2: Ele vem acompanhar o amigo dele, que vem pra correr (Risos) (EB2; EB3, 2024)

Ainda assim, não podemos, porém, reproduzir discursos irrealistas sobre o processo de apropriação e uso do espaço. Concebendo a apropriação social como o processo de moldar o espaço de modo que este venha a sanar as necessidades daqueles que dele se apropriam (Lefebvre, 2000), a coexistência de diferentes grupos tende a supor, então, a coexistência de diferentes necessidades, as quais, muitas vezes, se opõem:

EL1: [...] os meninos jogando bola sem nenhuma responsabilidade, aí quebra vidro de carro, joga bola em cima do povo, bate no portão da casa dos outros... não sou muito fã da praça, claramente, né? (risos) (EL1, 2024)

EB2: [...] acho que não tem, na verdade, em Vitória de Santo Antão, nenhum outro espaço pra skate em praça pública. *Só que esse espaço sempre foi dividido com as crianças. Ou era skatista ou era criança* (EB2, 2024 – grifos nossos)

Estes espaços de recreação, ao refletir também a forma com que nos organizamos político-economicamente, não são locais *isentos* e vazios de disputas, mas, palcos de transformações conflitantes. As formas de se vivenciar o lazer e a cultura podem agir tanto em direção ao interesse capitalista quanto em sua contramão, de modo que maneiras espontâneas de trabalho e de cultura induzem também jeitos espontâneos de se fazer política (Santos, 2000). Essa espontaneidade, ao desacelerar a circulação de capital, humaniza a cidade ao estabelecer horários *dissidentes* para efetivar, aqui com ênfase, o lazer (Rolnik, 2000): embora a efetivação do lazer – corporal, nesse caso – durante o período da manhã surpreenda: “**EB1:** [...] Rapaz, eu já passei de quatro e meia, quatro horas da manhã, pra ir pra faculdade, e já tinha gente caminhando, né?” (EB1, 2024), o lazer durante a noite e a madrugada assustam e, normalmente, é vinculado a práticas “socialmente condenáveis”:

EB3: Porque, sempre que renovam a cerca, vem algum espertinho e sai quebrando elas com um alicate pra entrar aqui no meio da noite pra fumar uma *jamba* (Risos) (EB3, 2024)

E: Se eu dissesse assim: “a praça do Lídia é perigosa”. Como [a] senhora avalia?

EL6: Eu avaliaria que é verdade, que sim. Perigosíssima. Tem bastante menino fumando droga à noite, principalmente à noite, criança, adolescente fumando droga ali e tem muito aviãozinho também na praça vendendo droga (EL6, 2024)

O perigo da noite age, outrossim, como uma ratificação da lei das oito horas (Marcellino, 2000a; Dumazedier, 1976). Frente à necessidade quase compulsória de

produtividade, a separação idealista de oito horas para o sono, oito horas para o trabalho e oito horas para o lazer ajuda a instituir no imaginário social que: a manhã e parte da tarde são para o trabalho, o restante da tarde é para o lazer e a noite e a madrugada devem estar relegadas ao sono, ao ambiente *privado*, à segurança à medida que o público se torna inseguro:

EL2: Eu me sinto mais segura na praça quando (pausa) não estou na praça.

E: Por quê?

EL2: Porque, quando eu vou muito cedo, não tem ninguém na praça; quando eu vou esperar o ônibus, tem pouquíssimas pessoas [...] eu não fui criada brincando em praça, eu não brincava em praça, eu brincava na frente da minha casa sempre, não fui criança de ir pra praça, então, eu não me sinto segura na praça (EL2, 2024)

Embora, seja reconhecido que

EL6: Quem fuma, em todo lugar ele fuma. Ele fuma, ele fuma aqui, fuma em outro canto. Às [vezes], eu vejo uma turminha ali, às vezes é cedo mesmo. *E era cedo, mas eu digo: quem fumava tarde, depois de dez horas, fuma cedo, né?* Fuma na hora que der vontade neles, eles fuma, né? (EL6, 2024 – grifos nossos)

Como outrora mencionado, os lazeres são passíveis de representar comportamentos danosos ao próprio sujeito que os praticam e aos demais que possam estar presentes e, frente aos dois assassinatos que foram narrados durante as entrevistas – um no Parque da Bela Vista e outro na Praça Luiz Lopes Correia –, é inegável que a violência encontra-se presente em diferentes momentos da vida. Tendo a concepção de que “O mal [...] é o amor que se desencaminhou [...] E como o amor é, em última análise, a força da criação do comum, o mal é a dissolução do comum ou, na verdade, sua corrupção” (Hardt, Negri, 2016, pp. 217-218), identificamos que: *em um ambiente, violentamente, corrompido, é quase impossível que haja comum.*

Os comportamentos dissidentes, contudo, não se resumem ao questionamento à retórica das oito horas, mas ao desafio às ordens vigentes em suas manifestações mais básicas. Em uma espacialidade liminar, a qual representa “[...] construções que estão presentes tanto mental quanto materialmente” (Stavrídes, 2016, p. 69 – tradução nossa), percebemos características da indignação enquanto força motriz de micro ou macro-rebeliões espontâneas (Hardt, Negri, 2016):

E: “Estou satisfeita com a quantidade de pista de skate do parque”

EB4: Ah, só tem uma e ela não é usada, mas ela [...] era extremamente divertida para mim quando criança, porque eu descia escorregando. [...]

EB4#: Ou seja, *EB4 é responsável por expulsar os skatistas do parque* (Risos) (EB4, 2024)

E: [...] A senhora que, se tivesse esses objetos de recreação infantil, poderia representar uma perspectiva diferente pra como a praça é utilizada?

EL3: Sim, com certeza, porque as crianças vão à praça correr bicicleta, brincar de patins, que traz de sua própria casa, porque a praça em si não oferece nada para as

crianças. E, como o bairro não tem nenhuma outra área de recreação, aí os pais levam os filhos para esses ambientes, para a praça. Aí fica misturado criança, jovem, adulto, ancião; não tem um local apropriado para as crianças, um local para os jovens, é tudo misturado. *E espaço tem, só não tem a divisão adequada.* (EL3, 2024 – grifos nossos) (Anexo D)

EB2: Porque, antigamente, quando a praça não tinha escorrega, não tinha uma área pública assim, infantil [...] o povo usava a pista de skate como escorrega. Como é só um *half-pipe*, a galera ia pra uma ponta, descia e brincava com isso. Aí, ocasionava briga de criança com adolescente, né, querendo buscar o espaço daquela área (EB2, 2024) (Anexo E)

Em locais diferentes, o mau planejamento dos espaços, especialmente, no que tange à recreação infantil não só evidencia um déficit no (re)conhecimento das vontades da população ante a instalação de equipamentos de lazer/ócio, mas o processo conflituoso de estabelecimento de vínculos entre sujeitos e espaços.

Essa nova conduta cotidiana dos comportamentos dissidentes é indissociável das relações de poder, as quais tomam como palco o espaço social. As dinâmicas efetivadas pelos grupos sociais em muito convergem com a noção de território enquanto “[...] um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que [...] define um *limite*, uma *alteridade*” (Souza, 2000, p. 86 – grifos do autor). Com a sobreposição de inúmeras funções sociais vivendo – ou não – em uníssono, o território representa não só as divergências genéricas da cidade, mas a institucionalização de costumes cultivados por pessoas específicas em *momentos* específicos. E, assim como o poder não é lido de forma individual (Souza, 2000), a própria questão da territorialidade se faz coletivamente: pelo processo de produção de valor e de *signos*, percebe-se o fomento de novas identidades, pelas quais emergem novas demandas sociais. Demandas estas que ultrapassam, muitas vezes, aqueles que as ecoam:

E: “Deveria ter quadra de futebol na praça”.

EL5: (Pausa) (Sinal de concordância) É, porque, se tivesse, os menino não ia ficar jogando ali, né? [...] Eles iam ficar jogando lá, porque essas quadra já vem com- com a rede, né? Pra bola não sair [...]

E: “Deveriam ter mais coisa pras crianças na praça”

EL5: É verdade, que as criança fica nos negócio de adulto (EL5, 2024)

EB3:[...] [Nessa] praça só existe uma pista de skate e é só um *half-pipe*, que tá todo esburacado e não tem nem como utilizá-lo com o skate, pois os skatistas irão se machucar brutalmente. E é isso.

EB2: [...] Ele nem anda de skate (EB2, EB3, 2024)

Essa criação de signos, de afetos e de laços político-sociais que produzem algo novo, um sujeito novo, em muito conversam com o comum biopolítico apontado em *Bem-estar comum*. Ao falarem sobre o amor, os autores englobam não apenas o sentimento, mas a rede de sociabilidades solidárias, a qual nos serve de guia para as ações futuras: em uníssono com os

afetos, o amor dá lugar ao desejo, o qual impulsiona a luta pela vida em sua forma mais ampla (Hardt, Negri, 2016). Esse amor é o que gera a multidão, ator mutável, que se produz a cada segundo sem, necessariamente, apagar as individualidades – o que inclui os possíveis desafetos daqueles que a compõem:

EL6: Quando eu vou para praça, eu fico só sentadinha lá no banco da praça, olhando os meninos jogarem. [...] Às vezes tem gente que chega lá para conversar, né? Tem vizinho que chega lá pra conversar.

E: E esses vizinhos que chegam pra conversar, como é essa sua convivência com eles?

EL6: (risos) A convivência com o vizinho [é] boa. [...] Nada contra, *só tem uma que ia meter o pau em mim* (EL6, 2024 – grifos nossos)

E, como existem formas de manifestação do comum biopolítico, não podemos afirmar que um espaço seja este tipo de comum – a partir da leitura dos autores supracitados – mas podemos fazê-lo ao concluir que algumas práticas espontâneas, pautadas na luta subversiva ao Império e na criação de uma nova forma de organismo sócio-político, quando organizadas, podem a levar ao estabelecimento do comum. Os jogos são grandes exemplos dessa dissidência ao readmitirem a cultura popular, reorganizando-a a depender de suas necessidades e provocando novas memórias a serem entoadas por seus atores, denotando uma nova *conduta* a ser seguida: novos símbolos, novas linguagens, novas regras são engendradas tendo como base a autossatisfação e a sociabilidade de «estar em comum» (Certeau, 2005):

EL4: Não, é por indicação não. É [pelo] conhecimento da pessoa, você vai chegando, você vai falando, vai falando, aí começa a jogar.

EL4#: Não pode qualquer um [...]?

EL4: Pode qualquer um, só que (pausa) de primeira não vai jogar, porque ninguém conhece, né? Agora, se for com outro já conhecido, já, ele vai e joga.

E: Tem aposta?

EL4: Ah, não, a gente joga apostando não.

E: É só por jogo?

EL4: *Só por (pausa) lambreta e saída (pausa) e buchuda.* (EL4, 2024 – grifos nossos)

E: Eles fazem escolinha de futebol?

EL6: É.

E: E eles já chegaram a comentar se eles preferem a escolinha? Porque [...] mesmo fazendo a escolinha, eles ainda ficam querendo ir pra praça, jogar

EL6: (Interrompe) Pra ir pra praça, [para] jogar.

E: Então [...] mesmo assim [as crianças fazendo escolinha] ela tem uma importância?

EL6: Tem. (EL6, 2024)

As quais, em um movimento cíclico, auxiliam na legitimação da autogestão e da auto-organização dos agentes dessas atividades:

EB2: [...] Você vê o pessoal carregando barras metálicas para fazer a barra nesse exato momento na quadra, porque não tem nem um travessão naquele campinho, né? Mas a de vôlei, hoje em dia, ela é areia, né, é vôlei de praia, mas a estrutura da rede e das grades já tá depredada. Inclusive, pra jogar na quadra de vôlei, você tem que trazer a rede, porque não vai ter rede pra jogar.

E: Quem traz é a população?

EB2: Quem traz é a população. [...]

EB2: Todo grupo que vem aqui pra jogar tem que trazer a rede. Não existe um agendamento de horário e o grupo que chegar primeiro pega [...] (EB2, 2024)

Legitimação esta que, em alguns momentos, pode levar à colaboração entre diferentes grupos e subgrupos sociais e entre – ainda que de forma informal, no contexto de nossas entrevistas – poder público e população:

E: Tipo, a mesa e as cadeiras são o pessoal que leva, né, que joga?

EL4: É, é o pessoal que joga.

E: [...] De noite lá, quando acaba o jogo, fica ainda algumas coisas na praça.

EL4: Fica, fica a mesa e as cadeira.

E: Ninguém leva, não? (Anexo F)

EL4: Leva, não, porque é velha, né? Quem é que vai levar.

E: Mas o banco da praça toraram e era velho.

EL4: (Risos) Mas o banco da praça quem torou foi a criminalidade do Lídia Queiroz.

E: *Mas a criminalidade não mexe na cadeira e na mesa?*

EL4#: *Não mexe na mesa de dominó, porque os criminosos jogam também (risos).*

EL4: (Risos) *É mesmo.*

E: E o jogo do dominó, fica onde?

EL4: O dominó fica na casa de um- de um senhor aqui em cima e, de manhã, ele leva pra turma jogar.

E: Mas o dominó era dele ou escolheram pra ele guardar?

EL4: Não, quem deu o dominó foi (pausa) Frisão²⁰ que deu o dominó. O dominó e a mesa. (EL4, 2024 – grifos nossos)

E: E quando eles vão jogar, eles levam a bola daqui ou tem uma bola lá?

EL6: Não, eles levam a bola de casa.

E: Cada um que vai jogar que leve a bola?

EL6: (Sinal de concordância)

E: E a trave? Porque tem trave [...]

EL6: (Risos) Dida do Cuscuz²¹ que deu a trave (EL6, 2024)

Eu já tô na terceira década da praça²²: a construção da rotina em meio à vida cotidiana.

Quanto ao direito consuetudinário, Dardot e Laval (2017) não tardam ao pontuar que os comuns cercados nos séculos XVI e XVIII representavam não o Comum ético-político, todavia, práticas culturais que, pela repetição, foram institucionalizadas. Essa perspectiva permite-nos localizar a importância da construção constante – ou, pelo menos, temporariamente padronizada, – de atividades cultivadas coletivamente:

EL1: E de noite quando eu chego é só os velhinho que joga dominó e o povo que é *viciado* em jogar dominó na praça também (EL1, 2024)

²⁰ Ex-vereador e candidato a vereador em 2024.

²¹ Candidato a vereador em 2024.

²² EB2. Entrevista Dupla. [ago. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (1h08min27).

Em alguns momentos confundida com o vício, a frequência auxilia no processo de vinculação entre indivíduos: com a difusão do outro como um inimigo, da alteridade como sinônimo de perigo, estar em conjunto com outrem em momentos de satisfação – como em jogos de dominó e em momentos de recreação – corrobora com a quebra desse ideal de competitividade (Hardt, Negri, 2016) e a promoção de segurança para com os vizinhos e para com o espaço em si; uma resposta indireta à expropriação da cooperação pelo capital e “expropriação do comum” ou da possibilidade de comum “no nível da produção e da prática social” (Hardt, Negri, 2016, p. 163):

EL4: A instalação da praça é toda incorreta, que, quando chove, fica dando choque nos postos. Se chover demais, dá curto-circuito e a instalação apaga toda da praça (pausa) [...] Nem quando [...] dava curto-circuito ali [na] instalação, quem mexia mesmo era a gente [...]

E: O pessoal mesmo que usa.

EL4: A gente mesmo que ia lá e ligava a instalação, porque não tinha ninguém [da] prefeitura pra fazer esse [serviço] (EL4, 2024)

O cotidiano se apresenta, em Lefebvre (1991, p. 31 – parênteses do autor e grifos nossos), como a repetição quase automática de gestos, ações, caminhos...

O cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo.. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. *É portanto aquilo que não tem data.* É o insignificante (aparentemente); *ele ocupa e preocupa e, no entanto, não tem a necessidade de ser dito, é uma ética subjacente ao emprego do tempo,* uma estética da decoração desse tempo empregado.

Aquilo que internalizamos e guiam boa parte do nosso tempo, então, dão forma, paradoxalmente, à essa estrutura atemporal, a qual é alimentada não só pelos padrões de produção, mas pela *reprodução*, pelas formas de reprodução material que formalizam o consumo (Certeau, 2005). O espaço do dia-a-dia, do ordinariade, carrega a efetivação da esfinge do consumo, de um sujeito que tende a transformar-se no mero reflexo daquilo que produz (Certeau, 2005, p. 94):

EB2: Hoje em dia, a praça também já permite a entrada dessas barraquinhas aqui pra vender. Essas barraquinhas antigas que ele falou, o cara da pipoca, a tia que vendia, eles não podiam entrar aqui pra ficar vendendo. O carrinho da barraquinha ficava do lado de fora da cerca. Hoje em dia, já tem a entrada de umas barraquinhas, de umas tendinhas, pula-pula, sei lá, umas coisinha assim (EB2, 2024) (Anexo G)

EL2: Tem o senhor do churrasquinho também, que às vezes eu vou pra lá comprar o churrasquinho dele, que é bom [...] E aí, na praça, vende churrasquinho, vende pastel (EL2, 2024)

É interessante que, na entrevista dupla de EB2 e EB3, fica explícito que as barraquinhas antes eram proibidas de entrarem no Parque da Bela Vista, assim como a entrada de pessoas com animais e de bicicletas:

EB2: [...] O guarda [estava] aqui presente todos os horários, até porque cachorro, bicicleta, monociclo, sei lá, qualquer coisa, não era permitido entrar [...] Depois foi ficando um pouco mais frouxo, o pessoal começou a entrar. Hoje em dia, já pode vir com bicicleta, já pode entrar com animal [...] Até porque a praça tem espaço pra andar de bicicleta, tem espaço pra andar com cachorro. Sempre teve, não é que só tenha agora, sempre teve; mas antes eles colocaram necessariamente essa regra aí [...] Eu acho que [a mudança] vem do poder executivo [...] nas entradas, que, no caso, são três, tinha uma placa sinalizando que não podia entrar cachorro, que não podia entrar de bicicleta, e afins. Hoje em dia, você já percebe que não tem, é uma mudança mais de regra mesmo (EB2, 2024) (Anexo H)

Embora, outro participante da entrevista tenha revelado que já tinha sido proibido de entrar no Parque, antes das mudanças em 2016, as quais passaram a permitir essas presenças, com o cachorro da amiga, sendo o passeio com animais relatados também por EB1 e EB5. Assim como as barraquinhas de venda, sobre as quais EB2 afirma que “**EB2:** [...] Em outras praças de Vitória que não são cercadas [...] sempre tem a presença de vendedores, de barraquinhas”, as regras estabelecidas por quem formulou o espaço diferiam do real uso atribuído a esse pela população. A prática constante e, até ousa, ordinária de comprar algo e entrar no parque e de passear com seu animal e passar por um espaço amplo e arborizado serve como uma maneira de induzir o poder administrativo público a, realmente, escutar as necessidades e os anseios daqueles que cultivam as localidades.

O consumo não diz respeito, apenas, a mercadorias “legalmente” adquiridas, perpassando situações que exprimem comportamentos danosos ao convívio social:

EL3: [...] Quando estavam construindo a praça [...] levaram uma caixa d’água enorme de (pausa) zinco, como se fosse zinco, alumínio, uma coisa assim: barulhenta. E, na madrugada, a gente acordou tudo assustado com [...] algumas pessoas da comunidade [...] embolando essa caixa d’água para que pudessem furtar essa caixa d’água (risos) (EL3, 2024)

EB1: E ainda teve outro dia que assaltaram, né? Foram fazer arrastão lá na pracinha. Faltou energia, aí foram fazer arrastão, né? Aí, basicamente, era um bandido correndo com a moto, arrodando, aí ele ia pro portão, porque tava todo mundo correndo pra’quele portão, aí quando ele via que tava todo mundo correndo do portão que ele tava indo e ia pra outro portão, ele ia pra outro portão também. Aí, ficava nisso, todo mundo correndo, preso, brincando de pique-esconde com o ladrão, pra não ser assaltado (risos) (EB1, 2024)

EB2: O que o pessoal costuma dizer é que sempre tem alguém aqui dentro da praça, de olho, pra informar alguém lá fora, para que alguém dê o bote quando você sair (EB2, 2024)

Ao ser regido e construído por leis e práticas coletivas, o cotidiano desfruta de impactos diretos do modo de produção capitalista: a criação de símbolos, de uma linguagem específica e

da própria forma com que compreendemos a questão do tempo reflete o sequestro da vida cotidiana por instituições de reafirmação do capitalismo neoliberal (Lefebvre, 1991).

A rotina, enquanto um conjunto de práticas bem-delimitadas, é um dos componentes do cotidiano: normalmente, voltando-se ao conglomerado de agendas, horários e planejamentos diários ou frequentes. Embora de suma importância para a efetivação da constância, é, em muito, graças à estandardização do dia-a-dia que caímos no tédio:

EB2: [...] Às vezes eu venho correr aqui, mas normalmente eu prefiro correr na rua, pô.

EB3: Eu também.

E: Por quê?

EB2: Porque a gente já cansou desse ambiente aqui. [...]

EB3: E também faz anos que eu já piso aqui [...]

EB3: Já perdeu a graça, é a mesma coisa.

E: Eles não fazem tantas transformações assim, não?

EB3: (Pausa) Posso dizer sério mesmo?

E: Pode sim!

EB3: Em muitos em muitos anos, a cada dez e dez anos assim, tem uma transformação boa na praça.

EB2\$: Eles pintam.

EB3: Eles pintam, pronto! Me perdoem: a cada quatro em quatro anos (EB2, EB3, EB2\$, 2024)

Como já mencionado, existem diversos tipos de lazeres, englobando tanto o cultivo do corpo quanto o cultivo da mente – além dos momentos de recreação que não se enquadrem, necessariamente, enquanto lazer. O descaso com o espaço público de recreação – a falta de mudança nas paisagens, a falta de manutenção –, o déficit no estabelecimento de territorialidades – por conta da inadequação entre sujeitos – e o «perigo» da rua e da noite – difundido seja por episódios de violência, seja pelos ataques deslegitimadores do público – alimentam, pois, a busca por empreendimentos privados de recreação, em um movimento que beira a completa substituição do público pelo privado:

E: [A] senhora disse que vai com os meninos pra praça. Recentemente, teve um evento do Criança Feliz aqui [...] A senhora chegou a ir?

EL6: Não, eu não fui, não. Eu fui levar os meninos pra o jogo. Agora sim, eu não fui e não levei os menino porque: falta de divulgação, porque eu não soube desse evento que ia ter. Quando eu vi o evento, foi na hora que eu fui subindo para levar meus meninos pro jogo. *Se eu soubesse que ia ter o evento, eu não tinha levado os meninos para o jogo, tinha ficado aqui.*

E: *Eles fazem escolinha de futebol?*

EL6: *É.* (EL6, 2024 – grifos nossos)

E: [...] Tem, nas praças do centro da cidade, tem banco de jogar dominó. Aqui no Lúcia não tem, né.

EL4: Então, é um²³, né? Discordo totalmente. Porque aqui no Lúcia não tem nada disso aí, a gente que tem que levar pra jogar.

²³ Em uma escala em que 1 equivale a discordo fortemente e cinco, a concordo fortemente.

E: “Deveriam ter mais quadras na praça, quadras de esportes.”

EL4: Tudo, deveria ter tudo na praça aí: de skate. Que nem um monte de cidade aí tem: tem quadra, tem quadra de basquete, de tudo, de skate. E aqui não tem nada, só fumo.

E: “Deveria ter mais equipamento de recreação na praça, coisa que o pessoal brincar.”

EL4: Sim, concordo.

E: “Estou satisfeito com a quantidade de objetos de recreação infantil na praça.”

EL4: (Risos) Como? Que não tem nada. É difícil até o cabra ver criança lá, só no domingo à tarde (EL4, 2024)

EB5: Não. Discordo. Poderia ter mais banquinhos. Às vezes, esses bancos tão quebrado. Dessa vez os quatro tão certinho, mas, às vezes, tão tudo quebrado [...]

E: “Estou satisfeito com a quantidade de objetos de recreação infantil no parque.”

EB5: (Pausa) A quantidade, sim, mas é porque tá sem manutenção. Aí tá tudo quebrado. Se tivesse funcionando, seria ótimo, porque são duas áreas (pausa) Poderia ser mais uma. Bota assim, três. Porque está quebrado, né? (EB5, 2024)

EB4: Tem, simplesmente, uma coisa entre o escorregador e o chão, você voa, literalmente. Não é seguro, EB4#, era mais seguro você descer ali [na pista de skate] do que no próprio escorregador pra criança, sinto muito [...]

E: “Estou satisfeito com a quantidade de objetos de recreação infantil no parque”.

EB4: Considerando que funciona dois, não, porque dos seis brinquedos que tem aqui, dois funcionam, então, não, com certeza não.

E: Quando diz que funciona, queres dizer o quê?

EB4: O balanço dali e o dali estão quebrados. Extremamente. O escorregador, nós temos o pequeno problema de você voar quando vai descer, é uma coisa bem perigosa, mas o outro funciona bem. (EB4, 2024)

Antes de aprofundarmo-nos no sucateamento dos espaços e equipamentos públicos, é necessário que ratifiquemos que, por conceber o comum urbano como práticas e processos de estabelecimento de territorialidades com o espaço, tanto a Praça do Lídia quanto o Parque da Bela Vista – na figura de espaços de recreação – não são *comuns*. A partir do que fora exposto em *Ninguém ficava na fila, não havia lotação* e na introdução do presente capítulo, é identificável que, conquanto banhados pela apropriação e pelo direito de moldar a cidade, os usos dos locais estudados em muito se afastam do comum espacial descrito pelo pesquisador grego. Em contrapartida, embora tenham grupos/coletivos que estabeleçam com aqueles o vínculo *afetivo* de transformação e de criação de uma multidão, ambos necessários ao desafio ao Império, a organização político-combativa não é tão facilmente perceptível.

Há a dissidência, há a subversão da ordem, há a rebelião contra o controle, mas há também o desrespeito, a violência para com grupos sociais em posições semelhantes de subalternização:

EB5: [...] Skatista é tudo maloqueiro, menina. Vê: cadê que a gente vê polícia aqui? Não vê, só tem lá embaixo.

EB5#: Ih, é verdade, porque eles migraram tudo lá para baixo, levaram pra- pra- pra praça [da Matriz] (EB5, EB5#, 2024)

A violência, além disto, é sistêmica. Quanto à acessibilidade nos locais de recreação, é notável uma escassez de equipamentos básicos – pisos-táteis, corrimãos, rampas, brinquedos acessíveis, entre outros:

EL6: Rampa tem. Tem rampa, que tem ali na frente da casa de dona H²⁴.

EL6\$: É muito precária. Tem também, é, piso-tátil, mas é muito precário. Tem que melhorar muito, pra ficar um pouquinho melhor.

EL6#: E a rampa dá num buraco. Tem uma rampa que dá num degrau.

EL6\$: De lado da rampa não tem nada, não tem corrimão, não tem corrimão.

E: Podes falar um pouquinho sobre a parte da acessibilidade para pessoas com deficiência?

EL2: Ela não tem acessibilidade. Por mais que ela tenha alguns pontos com rampa de acesso, ela não vai se tornar acessível por causa disso. Se você for andar de salto numa praça, você não consegue andar direito, porque a rampa não é preservada, a rampa só tem em alguns lugares específicos; então, ou você entra em uma ponta e sai na outra ou você não pode circular pela praça. Imagine uma pessoa cadeirante, uma pessoa que tem- que tem baixa (pausa) acuidade visual, que precisa suar aquelas bengalinhas, não sei o nome correto de usar, pra andar? Então, se você não consegue andar com um salto, imagine andar com uma cadeira de roda na praça?

EB2: [...] Até mesmo a placa de metal que fica na entrada da praça é só pra quem enxergava, porque nela não tem nenhuma marcação em braille (Anexo I)

EB3: (Interrompe) [É acessível] Só pra quem enxerga.

O apagamento das demandas de pessoas com deficiência na formulação e na aplicação de projetos públicos – tratando, especialmente, de nosso enfoque nos *loci* de recreação – migra-se em um sinônimo da exclusão dessas pessoas no que tange à utilização desses. Exclusão esta que reverbera na própria compreensão social do que é a acessibilidade e do que significa ser um espaço acessível não só para PCDs.

Outro fator inseparável do cotidiano é a *criatividade*. A cidade, sinônimo da justaposição de diferenças, comporta inúmeros territórios, de maneira que cada um destes interage entre si e entre aqueles que os promovem. Essa rede de interações é o que gera um ecossistema em constante transformação, sendo a cultura popular o símbolo da readmissão do antigo ao produzir o novo (Certeau, 2005). Certeau (2005, p. 171), ao destacar como os caminhantes escrevem a cidade, discorre que “O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua ou para os enunciados proferidos” (Ibidem., p. 177).

O ver, o escutar, o falar: expandem a rede de solidariedade dos espaços de recreação, retirando do cotidiano o tédio – afinal, o DDD preconiza o *Divertissement* e a caminhada unifica dois tipos de lazeres: o lazer corporal e o lazer social:

EL5: [...] Porque não é eu só, é muita gente andando, caminhando. Aí eu acho que eu achei bom que fica por aqui pertinho. Quando termino, já tô em casa.

E: Hum, e a senhora conversa com o pessoal que tá caminhando com a senhora?

²⁴ Moradora da rua.

EL5: Converso.

E: É muito conhecido.

EL5: É tudo conhecido aí, que caminha, é tudo conhecido (Pausa longa) Às vez até dona B²⁵ vem também, né todo dia não, vi? [...]

E: E como é a sua convivência com o pessoal da praça, quando a senhora tá caminhando? Suas amigas?

EL5: Oxe, é simplesmente conversando.

E: Fala de que, a senhora?

EL5: É coisa do passado e coisa que tá acontecendo no dia do dia a dia, né?

E: Uma fofquinha para coletar informação? (risos)

EL5: (Risos) É, aí conta isso: fulano adoeceu. Fulana tá internada. Não sei o que. Essas conversas. Às [vezes], é até bom, né? Porque (risos) às [vezes] eu nem [sei] das coisas, né? E ali eu sei. (EL5, 2024)

A criatividade presente no uso dos espaços de recreação não é apenas artística: “**EB5:** Eu gosto de pintar, então já vim para desenhar algumas plantas, porque fazia parte também do meu curso, pintar [...] árvores” (EB5, 2024), mas é pautada na capacidade de reinvenção e de criação de alternativas – as quais podem ser comuns ou não.

É bem movimentado, ou seja, o perigo tá menos²⁶: a rotina recr[i]ativa e contextos de violência.

Com o hiper-desenvolvimento da especulação imobiliária, até empreendimentos privados voltados à efetivação do lazer – cinemas, parques de entretenimento – vêm sendo fechados e substituídos por alternativas consideradas mais lucrativas (Marcellino *et al.*, 2007b), de modo que percebe-se um aumento no lazer-mercadoria em detrimento do lazer *criativo*. Essa diminuição da criação de alternativas é, grandemente, resultado da falta de espaços livres, ou seja, de espaços urbanizados sem edificações (Marcellino *et al.*, 2007a), atribuindo uma dicotomia rua/casa ainda mais forte, já que os sujeitos apenas teriam essas duas opções frente a utilização de parte de seu tempo disponível:

E: [...] Por que a senhora vai especificamente pra essa praça, pra praça do Lídia?

EL6: Na verdade, eu vou porque não tem outro lugar de divertimento para as crianças, né?

EL6#: Ou é a praça ou é a funerária, porque se joga esses meninos aí nessa rua...

EL6: É, ou a praça ou em casa.

E: E a senhora imagina o porquê os meninos, quando vão se divertir, eles vão pra praça também?

EL6: Na verdade, eles vão pra praça, porque [tem] o espaço para correr, é só para correr. Tem espaço para correr, né? Porque ali também não é um lugar de- de- de-campo de futebol, né? Mas como não tem nenhum campo de futebol aqui para as crianças, aí eles vão para ali porque aquele espaço ali dá para eles jogarem. (EL6, EL6#, 2024)

²⁵ Outra amiga da entrevistada.

²⁶EB3. Entrevista Dupla. [ago. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (1h08min27).

EB2: A praça como espaço livre permite a entrada de todo mundo, a circulação de- de todo tipo de gente, de objetivo. (EB2, 2024)

O uso, então, dos espaços de recreação de modo distinto do que fora idealizado no momento da criação destes exemplifica como, ainda sob aspectos do capitalismo neoliberal, a constância de comportamentos idiossincráticos ultrapassa as barreiras da padronização urbana. Embora a territorialidade descontínua implique a fragmentação, isto é, a coexistência de diversos territórios e identidades flutuantes, os quais se intercomunicam por saltos (Souza, 2000), não podemos estar oblívios frente ao processo de fragmentação e «desertificação de relações intersociais» neoliberal: enquanto aquela está para as especificidades de grupos que são formados e dão forma aos vínculos espaço-sociais, esta age como uma onda de enfraquecimento da comunhão e normalização social (Stavrídes, 2016).

Ao tomar a contra-conduta como a negação dupla de “se conduzir em relação a si mesmo como uma empresa de si e [a negação] de se conduzir em relação aos outros de acordo com a norma da concorrência” (Dardot; Laval, 2016, p. 400), o neoliberalismo pode propiciar o nascimento de experiências combativas a sua razão. Enquanto esse *desapropria o público* (Hardt, Negri, 2016, p. 294),

[...] O comum é o lugar da liberdade e da inovação – livre acesso, **livre uso**, livre expressão, livre interação – que se posiciona contra o controle *privado*, ou seja, o controle exercido pela propriedade privada, suas estruturas jurídicas e suas forças de mercado. Nesse contexto, a liberdade só pode ser a liberdade do comum (Hardt, Negri, 2016, p. 312 – grifos dos autores, negritos nossos)

Assim como o neoliberalismo pode oferecer situações que, ao serem reformuladas pelas experiências combativas, emergem como maneiras de caminharmos rumo ao comum, é preciso que retifiquemos a carga simbólico-semântica da *rotina*. Para além de uma organização limitante da vida, a rotina deve ser *recreativa*, uma organização para o trabalho biopolítico: em um contexto em que apenas são valorizadas as “[...] figuras do trabalho biopolítico [...] que podem ser forçadas a se adaptar às estruturas sindicais tradicionais” (Hardt, Negri, 2016, p. 301), ou seja, as formas de trabalho alienáveis (Idem, 2016, p. 299), a atividade social autônoma (Ibdem, p. 299) é responsável por criar valor ontológico, inalienável.

O comum biopolítico de Hardt e Negri (2016, p. 320 – grifos dos autores, negritos nossos), no lugar de promover “[...] lutas contra o trabalho – ou seja, recusando o comando do trabalho, **em defesa dos livres poderes da criatividade**”, demanda um aumento no tempo disponível (Idem, p. 341) e da participação livre de cada grupo, em um circuito que expande «as forças produtivas biopolíticas» de cada um (Ibd., p. 335). E, por ser uma rotina *recreativa*, ela necessita ser, acima de tudo, *recr[i]ativa*, expondo as espontaneidades do cotidiano, a

subversão da ordem dertificante, a apropriação e a transformação dos espaços da cidade pelos cidadãos e a criação constante de territórios e alternativas. A rotina recr[i]ativa une a força de criação inerente ao ser humano e a sua capacidade de agir em conjunto, de agir em comum, frente a um obstáculo individualizante: como a criatividade das crianças ao usarem a praça do Lídia como um campinho de futebol motivando os entrevistados a desejarem que houvesse um espaço para elas:

EL2: As crianças, ao invés de brincar com coisas de recreação, acabam brincando com coisas que seriam de atividade física, então, acabam quebrando as coisas que são destinadas à atividade física. E a outra coisa foi que fizeram um galpão na praça e não fizeram um local pras crianças jogar bola, aí as crianças jogam bola no local que é como se fosse uma sala comum, um ambiente comum, e quebraram as janelas desse galpão jogando futebol. Aí é um galpão todo depredado, não tem um lugar pros meninos jogar bola. E a maioria das crianças das crianças do bairro vão jogar bola, inclusive os próprios traficantes jogam bola de manhã e traficam e noite. Então, não tem nada, não tem nenhuma diversão.

É interessante mencionar que, durante os momentos de nossa observação, identificamos de pessoas usando os aparelhos de musculação na Praça Luiz Lopes Correia a grupos de adolescentes e adultos jogando futebol de mesa no Parque da Bela Vista, adaptando uma mesa de xadrez²⁷ (Anexo J) para montar a estrutura necessária por eles. Ademais, a rotina criativa não desemboca obrigatoriamente no comum, assim como a apropriação e o estabelecimento de territórios-rede em espaços públicos de recreação não o fazem. Ela, contudo, personifica a atemporalidade do cotidiano e a dedicação à ação coletiva e, talvez, comum: ao tratarmos o processo revolucionário como algo extraordinário, caímos na problemática de excluir os sujeitos *ordinários* da transformação, estabelecendo que existem pessoas para instituir o comum e pessoas para assistirem às outras. A rotina como a organização do tempo disponível para o lazer e para o ócio:

E: Então, quando junta o fato de a senhora não trabalhar e nem estudar e as suas atividades, a senhora acha que o horário em que a senhora frequenta a praça é interferido por causa disso? “Hoje eu vou ler a bíblia, então, eu só vou pra praça de tal hora”?

EL3: Não, não, eu organizo o meu horário (pausa). Nem uma coisa atrapalha a outra (EL3, 2024)

A frequência desta forma de rotina não exige, dessarte, a participação diária, mas um uso recorrente – uma *construção coletiva* recorrente. O território da vida humana, ao ser cultivado sua amplitude, promove uma (Castilho, 2011, p. 96-97):

²⁷ No Anexo B, o local adaptado está referenciado enquanto “Mesa de jogos” e a “sala comum” dita por EL2 refere-se ao espaço da Academia da cidade no Anexo C.

[...] “cidade à realização plena da vida humana”, isto é, [...] um espaço que deve ser produzido, considerando não apenas os interesses dos fluxos econômicos como principais agentes que atuam e produzem o espaço urbano, mas também aqueles grupos sociais mais pobres da cidade, dos que vivem, notadamente, do seu trabalho nos circuitos superior e inferior da economia urbana, defendendo a efetiva participação social com liberdade e conhecimento de causa no que concerne o acesso às informações capazes de fundamentar decisões criativas a serem tomadas nos fóruns urbanos.

São territórios que desafiam o ritmo do capital, nos quais os sujeitos estabelecem os próprios trâmites da sua vida coletiva e particular. Uma rotina que traz ao lazer e à recreação a organização social e político que falta ao comum biopolítico mais de uma vez, entretanto, os espaços públicos de recreação sofrem tentativas de desarticulação:

E: E, mais ou menos, qual a frequência que tu costuma ir pra lá?

EL1: Quatro vezes por semana, porque eu pego ônibus lá, então, eu vou quando eu vou trabalhar: terça, quarta, quinta e sexta.

E: *Tem um horário específico pra você frequentar a praça? [...] não é um lugar que eu goste de frequentar, não. É bem acabadinha.* (EL1, 2024)

EL2: Já, já cheguei e comprei, sentei e comi, mas foi só uma vez.

E: Por quê?

EL2: Porque tava esperando (pausa) carona, aí eu comprei e fiquei na praça.

E: E por que tu preferes comprar pra comer em casa ou comer no caminho, e não comer lá sentadinha?

EL2: *Porque não tem onde sentar* (pausa longa) (EL2, 2024)

E: [...] A senhora fazia zumba ali?

EL6: Fazia, mas acabou a zumba. Era de manhã.

E: Pagava?

EL6: Não, era pela prefeitura.

E: Faz muito tempo? A senhora lembra quanto tempo faz?

EL6: [...] A eleição foi no mês de outubro [de 2016]. Ainda foi até janeiro [de 2017], aí acabou.

EB6: Sim, devia ter mais eventos, é, concordo fortemente.

E: [Você comentou] sobre a questão [de] que nessa quadra em que foi teu aniversário, tem muitos eventos lá, seja da igreja (pausa) Então, esses eventos, eles são separados no parque? É como se ela fosse um local diferente?

EB6: Não, a quadra, ela pertence- ela tá dentro do ecossistema da praça, mas ela é- qualquer um pode entrar em teoria, teoria. É por isso que quando faz algum- algum evento específico, tem seguranças, têm senhas, certo?

O sucateamento do espaço público dialoga bastante com o «perigo da rua», para manter a concepção de que os únicos seguros e vantajosos para serem ocupados são os locais privados e/ou que contem com alto investimento de iniciativa privada.

Este perigo provém não só da estratégia neoliberal de sucateamento por omissão do público em detrimento do privado, mas da preferência popular no uso dos espaços privados em detrimento aos públicos, com a transformação das casas e dos locais íntimos em centros de consumo, com os novos aparatos tecnológicos e comerciais...

Assim, a vida privada é marcada cada vez mais pelo medo e pelo enclausuramento. Vivemos uma realidade travestida pelo virtual e pelo simulacro. Desaparece a rua como lócus da sociabilidade. Da mesma forma que desaparecem a família e a rua, as relações de vizinhança e de compadrio, tende a desaparecer também o mundo vivido [...] O convívio real e pessoal nas grandes cidades vai se enfraquecendo na medida que a nova megavia de comunicação – a Internet – penetra nas empresas, nas universidades, nos lares, nos bares (Rodrigues, 2002, p. 154).

E esse enfraquecimento da sociabilidade por conta de uma fragmentação do público pode ser vista também através dos processos de privatização espacial e da difusão de um novo urbanismo, ou seja, uma nova forma de organizar a cidade e o espaço urbano, o qual conta com “redistribuição privatizada por meio de atividades criminosas [que] ameaça a segurança individual a cada passo, provocando a demanda popular pela repressão policial” (Harvey, 2013, p. 7):

EL3: O policiamento da praça, ele (pausa) passa mais segurança pras pessoas que vão usar a praça sem a intenção de prejudicar.

E: Ele é recorrente?

EL3: Não, infelizmente não.

E: Se a senhora pudesse dizer “não, no último mês eu fui na praça não sei quantas vezes e eu vi o camburão lá tantas vezes”, como seria?

EL3: Se eu vou seis vezes na praça, eu vejo- Seis não, eu vou aumentar: se eu for vinte vezes na praça, eu vejo policiamento uma vez. E, na maioria das vezes, ele não para, ele passa fazendo a ronda.

E: Esse sentimento de insegurança que a senhora tem por causa dessa questão do tráfico e do pessoal usando droga, ele é constante?

EL6: É, constante.

E: E a senhora consegue imaginar, na sua cabeça, o que poderia ajudar a diminuir esse sentimento de insegurança?

EL6: Policiamento. (EL6, 2024)

A questão do tráfico de drogas, embora recorrentemente mencionado nas entrevistas, conta com nuances que, por conta da densa discussão sobre esta problemática no país, afastam-nos de nosso objetivo geral, contudo, podemos pontuar que:

EL1: [...] Só tem traficante lá [na praça] e maconheiro o dia inteiro. Aí, é como eu disse, quando eu chego cedo, dez e pouca, tem um camburão, mas esse camburão parece que tem horário fixo; eu digo a todo mundo que parece que a polícia fez acordo aqui na cidade com os traficantes, que eles vão em horários separados. De dez a meio-dia, o camburão fica; no resto do dia, tá só o tráfico comendo solto na praça

E: A senhora falou da questão do policiamento. Que o policiamento, ele ia ajudar nessa questão da insegurança. Como ele é? Tem muita polícia na praça, tem pouca, não tem polícia?

EL6: Rapaz, não tem polícia na praça.

E: Em momento nenhum?

EL6: Em momento nenhum.

E: Então, a senhora nunca viu ninguém sofrendo um baculejo, uma revista, nada?

EL6: Na praça?

E: (Som de concordância).

EL6: Pra falar a verdade, esse tempo todinho que tem essa praça, eu só vi uma vez.

E: A senhora lembra como foi?

EL6: O policial chegou, encostou todo mundo na parede e fez o baculejo. Só isso, os meninos que estavam ali na praça. Jogando bola.

E: Faz muito tempo?

EL6: Faz muito tempo, muito tempo. É raro a polícia passar aqui pra parar, só quer tá passando direto. Às vezes, eu já vi o carro da polícia parado ali perto da serraria, mas, geralmente, quando ele passa assim à noite- quando eu vejo é, assim, de nove horas, dez horas da noite, aí a praça já tá vazia. E, às vezes, ele fica ali na- na serralheria, ali parado e no telefone que a gente passa- Eu já- até o telefone, eu já acendi o telefone, já gritei e ele nem olhar, olha.

E: Já para testar?

EL6: Já pra testar. Não olha, não. Aqui nesse negócio, aqui também, nesse terreno baldio. Não faz nada. Fica lá só no telefone, só no telefone.

No Parque da Bela Vista,

E: Coincidia o tempo da polícia com o skatista?

EB5: Também.

Porém, quando pensamos no homicídio que houve no mesmo local:

EB2: Eu presenciei um homicídio aqui na praça e, logo, com a ajuda da guarita, a praça logo foi fechada, porque as autoridades iam chegar e, pra prender o cara que pudesse estar aqui dentro ainda com a arma e acharam ciente deixar todo mundo aqui (Risos), porque poderia estar entre as pessoas alguém suspeito. A praça foi fechada e o pessoal só conseguiu sair depois da chegada das autoridades. E, mesmo assim, era saindo e tendo a revista [...] Agente se sente pressionado, porque só sair depois que a galera da guarda chegar é uma coisa meio que, pô... [...]

EB3: Mas [o assassino] foi pego?

EB2: Não, não.

EB3: Ah, mataram o pobre coitado e depois foram embora?

EB2: Provavelmente, o cara chegou, matou e foi embora. Fechou, basicamente, com todo mundo aqui, mas o bandido nunca foi encontrado [...]

EB2: Basicamente, acharam- acho que a segurança, a guarita daqui achou de bom tom prender todo mundo e deixar aqui a galera. Tinha gente pulando a grade, tinha gente querendo sair de todo jeito. Porque, convenhamos, a praça é um espaço livre, aberto, então, tem gente aqui tanto na legalidade quanto na ilegalidade. Aí você vem pra cá e ser preso por outra coisa [...]

E: Tu lembra, mais ou menos, o horário que isso aconteceu?

EB2: Lembro, quatro horas da tarde; o pessoal quando se reúne aqui pra jogar bola; tem, basicamente, três quadras aqui dentro da praça, quatro se considerar aquele círculo ali: uma é uma quadra de vôlei; uma é uma área de futsal, ela, antigamente era pra fora da praça, ela era voltada pra fora, ou seja: mesmo que, dentro da área da praça, você só podia ter o acesso por fora, hoje ela já tem o acesso daqui, e tem o campinho, que sempre teve ali. Então, bate quatro horas da tarde, quando o sol já tá se pondo, porque aqui é um bairro meio alto, o sol já tá se pondo, já não incomoda mais, o pessoal vem aqui jogar bola. Aí isso era num sábado, quatro horas da tarde, aconteceu.

Somado ao sucateamento dos equipamentos do Parque:

EB3: Que banheiro insalubre, meu irmão. (Anexo K)

EB2\$: Aquele banheiro é verdade.

E: O que tem no banheiro?

EB3: O banheiro é insalubre. O povo [defeca] e [urina] no chão [...] Não tem água pra lavar a mão, não tem luz, você [urina] no escuro.

EB2: O banheiro ele tá numa situação, sempre estive numa situação precária! Depois da reforma, ele ficou até bonitinho, fizeram uma reforma, mas depois de um, dois, três meses, já voltou. E a praça não- não se preocupa tanto com a manutenção disso aqui e nunca se preocupou. Aí vira ponto de droga, até porque, por ser uma área fechada, completamente fechadinha

EB3: (Interrompe) Ei, o cara ir traficar droga dentro daquele negócio com cheiro de m* (Risos) é f*, eu tenho até pena (Risos)

EB2: Ah, meu amigo, não sei se você já viu na época que a praça tinha batidura de polícia aqui dentro, que os policiais entravam e ficavam fazendo a fiscalização aqui dentro pra ver se encontrava droga, porque tinha um ponto de droga naquela parte inferior ali e até perto desse corredor aqui que a gente tá, de banco, que o pessoal era sempre por aqui, passando as coisas e tal, num horário normal, nesse horário aqui de pico: até as vinte e uma horas, de boa. Aí sempre varredura da polícia aqui. Aí o pessoal achou de bom tom começar a fazer dentro do banheiro, ali atrás do tanque ali.

E: E essa varredura dos policiais, foi antes ou depois do homicídio?

EB2: Bem depois, bem depois.

EB3: Alguns anos depois.

EB2: Acho que foi coisa de dois anos atrás. Foi depois do homicídio que isso começou. E, durante a pandemia, o pessoal não respeitava. A praça, durante os primeiros seis meses, ela ficou fechada, mas, depois de seis meses, a raça abriu e o pessoal veio com força, né? O pessoal queria socializar, aí isso começou, as varreduras. E, também, a praça, como é colada com o colégio Manoel de Holanda aqui atrás, a gente vê frequentemente criança com cigarro, com maconha, com coisa e eles tão sempre por essa área aqui de cima (EB2, EB2\$, EB3, 2024)

Ou seja: questão do tráfico possui uma atuação no imaginário jurídico-social da população tão forte que se sobrepõe ao homicídio acontecido, fenômeno semelhante ao que houve na Praça Luiz Lopes Correia. De antemão, destacamos que a territorialidade estabelecida nos dois espaços acaba sendo, também, mais forte do que o terror proveniente deste crime:

E: E os meninos começam a jogar aqui de que horas na praça?

EL5: Mas, Raquel, quando bate duas horas (pausa) duas horas em diante, já estão jogando, viu? Duas horas pra frente, já pega a jogar só termina tarde da noite.

E: É mesmo? Isso tudinho? E são os mesmos meninos que pegam de duas horas e ficam até mais tarde?

EL5: Parece, olha, mas parece que de noite chega outra turma, vi? Parece que chega, porque eu não marco o rosto dele, não é não sei quê dos adolescentes.

E: Agora, eles pegam cedo. No sol quente?

EL5: No sol quente. No sol quente, na chuva. É pá-pá e eles jogando, debaixo da chuva.

E: E diminuiu não, dona EL5, porque teve o assassinato ali do moço? O povo continua jogando aqui?

EL5: É que ali não teve nada a ver com- com o jogo, não. Aquilo ali foi (pausa) porque era a pessoa errada. Já foi acerto de conta, né? Ele já tava se escondendo. Aí o povo aproveitaram o ensejo que ele tava por aí e tinha se soltado, né? Falaram “fulano tá preso, deixa fulano se soltar” que é pra fazer a arte, né? Era bem conhecido ele. Eu não conhecia não, mas os [meus filhos] tudinho conhecia ele. Ficaram ali até tarde. Quando vieram buscar foi depois da meia-noite. Não sei da hora não, mas foi tarde da noite que vieram buscar (EL5, 2024)

Dos entrevistados, aquele que participa mais fielmente a um coletivo próximo ao comum biopolítico é EL4, ocupando a praça Luiz Lopes Correia enquanto um território de jogos e de vida humana:

EL4: [Sobre o sentimento de segurança] Seguro (pausa) se for um seguro por causa da- do policiamento, a gente sabe que não tem (pausa longa) Eu não sei dizer, não

E: Tu se sente inseguro na praça?.

EL4: Não, que é uma praça calma.

E: Não tem nada, né?

EL4: Só tem- só tem com (risos)

EL4#: Quem procura
EL4: É, quem procura.
E: Mas teve um assassinato lá na praça, né?
EL4: Teve, né, assassinato, né? Que o cara já veio fazendo um negócio errado e (pausa) Tava já avisado nele, né? Ele ficou aqui porque quis, né?
E: Negócio errado é o que? Tráfico?
EL4: Não, ele mexia com estelionatário.
E: Mas ele não frequentava a praça, não?
EL4: Frequentava, de vez em quando. Eu até tava quando ele ia jogar lá. A maioria saía, ninguém ficava na mesa já sabendo que já estava ameaçado.
E: Ah, então, o povo sabia também que ele tava já visado?
EL4: Muita gente já sabia que ele tava visado.
E: Era só uma questão de tempo.
EL4: Deu só um tempo, né?
E: E depois que mataram ele, como ficou o jogo?
EL4: Ah, o jogo tá lá, ele ia de vez em- ele era mais o dono do #²⁸, um time que tem aí.
E: E só mataram na praça e acabou-se? Ninguém nunca mais foi lá, continuou normalmente?
EL4: Continuou normal, não afetou nada com a gente. Foi só com ele mesmo.
E: E a polícia não foi lá?
EL4: Não, não teve policiamento nenhum. A polícia já sabia que ele, já, era do- do lado errado, aí a polícia aí vai investigar pra que? A polícia só investiga quem tem dinheiro.

Há, outrossim, a dualidade entre o desejo pelo policiamento e, de fato, a crença que o policiamento promove a segurança:

E: [...] Se tivesse polícia por lá, seria diferente? Ele não teria morrido?
EL4: Ah, se tivesse polícia por lá, ele não teria morrido. Mas não teria morrido lá, naquela praça, mas ia morrer de todo jeito.
E: Mas tu acha que seria mais organizada a praça? Tu acha que ia ser pior a polícia por lá?
EL4: É, se tivesse (pausa longa) uma segurança mais rígida, a praça ia ser mais organizada, né? Os vândalos não ia acabar (EL4, 2024).

Se tivesse uma cerca, não ia ser uma praça, nera? Ia ser um cercado pros gados do Lídia Queiroz²⁹: a cerca no Parque da Bela Vista.

A figura de uma “autoridade” leva à discussão sobre os espaços públicos cercados, como é o caso do Parque da Bela Vista. Transformando os *loci* em ambientes *exclusivos*, as cercas migram o espaço público em espaços semi-privados, delimitando não só quando as pessoas podem utilizá-los, mas *quem* pode fazê-lo. Este fator choca-se diretamente com o exposto em *Common space*, de modo que os comuns cercados – *enclouserd Commons* –, ao proibirem a

²⁸ Censurado em ordem de manter o anonimato da vítima.

²⁹ EL4. Entrevista IV [jul. 2024]. Entrevistadora: Sinara Raquel. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (19min37).

troca entre os comuneiros e os demais, entre o nós e a alteridade, servem mais à padronização do que ao comum de fato (Stavrides, 2016):

EB6: Sim, o parque sempre foi cercado. Eu não tenho nenhuma lembrança só de quando ele não foi. Mas [houve] momentos em que, por exemplo, quando ele passou por- por uma reforma, acho que foi 2010, 2011, que ficou um pouco abandonado por um tempo. Aí as cercas ficaram saindo, empenadas e acabava que gerava uma sensação de insegurança. (pausa) Certo? Ah, mas agora tem a cerca, tranquilo (EB6, 2024)

Cercado desde seu planejamento, há um processo de normalização da cerca:

E: [Você] já se cogitou por que eles cercaram o Parque da Bela Vista? Por que é um espaço que é cercado?

EB6: Não, não. Eu nunca fiz essa pergunta, a gente sempre naturalizou se ter uma cerca, tá? E lembrou que quando a gente era pequeno, até achava bom porque a bola não ia para a rua (EB6, 2024)

Normalização que, às vezes, ultrapassa os sentidos:

E: Mesmo que tu venha pouco pra cá, tem algum importância que o parque da Bela represente pra tu?

EB4: Tem. Eu tenho muitas memórias de infância aqui.

E: Quando tu era menor, tu vinha mais?

EB4: Sim!

E: Mas tu vinha sozinha?

EB4: Com minha mãe ou com outras crianças.

E: Eu tenho uma pergunta que sai um pouquinho da parte do uso: quando tu começou a vir para cá, tu lembra da cerca ao redor do parque?

EB4: (Pausa longa) Não. Essa é uma informação que eu não tenho.

E: Tu não lembra se ele já era cercado?

EB4: Não.

E: Nunca parou pra pensar?

EB4: Não, nunca pensei nisso.

E: E por que tu acha que eles cercaram? Mesmo que tu nunca tenha parado pra pensar sobre o fato da cerca existir.

EB4: Rapaz, não sei, não. Não faz muito sentido, é um parque, né? Tecnicamente, deveria ser aberto (EB4, 2024)

Seja por questões genéricas dos parques – possibilidade que EB5 levantou –, seja por prometer a sensação de um local mais seguro, a cerca do Parque da Bela Vista soa, quiçá, absurda aos moradores do Lúcia Queiroz – inclusive àqueles que comentaram sobre o policiamento:

E: E a senhora acha que o fato da praça não ser cercada, da praça ser aberta ao público, é importante?

EL3: Sim!

E: Por quê?

EL3: Se fosse cercada não seria uma praça, né, seria um cercado (risos).

EL3#: (risos) É boi, é?

EL3: É (risos)

EL3#: Seria um pasto (EL3, 2024)

E: E o fato da Praça Luiz Lopes Correia ser aberta ao público, tu achas que isso é importante de alguma forma?

EL1: Acho.

E: Por quê?

EL1: Porque praças são ambientes pra população. Se ela fosse fechada ou restrita, ela perderia a função dela. Apesar dos pesares e de ter bastante movimento do narcotráfico na praça, é, tem muita criança brincando também. Então, é um espaço que as crianças da comunidade têm pra se divertir. Então, acho que é importante ela ser aberta e ser pública. Não acho ela segura como deveria ser, mas também não sei dizer se a polícia estivesse mais na praça, ela se tornaria mais segura – esse ponto pra mim aí também não é uma certeza, não. *Acho que, se a praça fosse mais movimentada e todo mundo acessasse ela; por exemplo, se quando os velhinhos e os trabalhadores, de manhã, também vão lá e ela é um ambiente tranquilo. Talvez, se essas pessoas frequentassem a praça o dia inteiro, ela se tornasse mais segura.* Mas é importante ela ser aberta, só acho que ela não é um ambiente muito propício pra você ficar lá muito tempo (EL1, 2024 – grifos nossos)

E: E você acha que o fato da praça ser aberta pro público é importante?

EL2: É importante, porque todos devem ter o acesso ao lazer. A praça é importante para que haja esse convívio entre as pessoas. É importante pro idoso que joga seu dominó lá, é importante, inclusive, pra o traficante que faz o seu negócio na praça; então, ela tem importância, agora a falta de segurança na praça é algo tocante.

E: Então, quando eu digo: “a praça Luiz Lopes Correia é perigosa”, se tu tivesse que escolher entre discordo fortemente, discordo, nem concordo nem discordo, concordo e concordo fortemente, tu escolheria o quê?

EL2: Concordo fortemente.

E: E tu acha que nesses índices de periculosidade e de violência, a praça ser aberta influencia ou interfere?

EL2: Não, não acho. Por que do que adianta uma praça fechada sem monitorização? O fato de ter monitorização faria muito mais sentido do que ter uma praça fechada (EL2, 2024)

E: (Pausa) Antes da gente voltar para essa parte do policiamento, algumas praças de Vitória, elas são cercadas. A praça do líder não é cercada, ela é aberta ao público. A senhora acha que isso é importante? A senhora acha que isso influencia nesse perigo, nessa sensação de insegurança?

EL6: De- do caso, dela ser aberta? Eu acho que- se ela influência, em que?

E: No perigo, na sua sensação de sentir insegura lá.

EL6: Eu acho que não.

E: (Pausa) Com cerca, sem cerca?

EL6: É perigoso. O camarada- (pausa)

E: Pode falar.

EL6: Quem entra em uma, tipo a Bela Vista, né? Que é cercada. Mas quem é que vai saber quem presta e quem não presta que entra ali? Não vai saber. É melhor aberta. E essa praça não foi só aquela morte, não vi, tem várias briga ali. Tem um monte de confusão nessa- nessa praça. Essa semana, teve aquele menino mesmo C³⁰ aí da- da com a briga com um rapaz e ele correu pra onde? Pra praça. (EL6, 2024)

Pela fala de EL6 percebemos que a praça representa *segurança* para algumas pessoas, uma escapatória do perigo, algo narrado por EB3:

EB2: (Interrompe) Pera aí, pera aí, segura aí, só pra gente dar uma risadinha: esse bicho já teve a sensação que já foi assaltado pela própria sombra (Risos)

EB3: Ei namoral, é sério (Risos)

EB2: É sério, ele teve a sensação de ser seguido por alguém (Risos)

EB3: Eu corri da minha sombra.

EB2: E era a sombra dele.

³⁰ Nome da pessoa.

EB3: Mais ou menos, aqui pra cima, tem a igreja- mais ou menos aqui pra cima da [rua] principal, tem a igreja. Eu passando pela frente dela, o jogo de luz passou por mim

EB2*: (Interrompe) (Risos) O poste (Risos) [...]

EB3: Eu não lembro agora (Risos) se foi do poste, se foi da casa, mas a minha sombra ficou parecendo uma pessoa atrás de mim. Eu olhei, a minha primeira reação foi sair correndo. Eu corri até aqui na praça e, quando eu olhei pra trás, não tinha ninguém (EB2, EB3, EB2*, 2024)

E a sensação de segurança não vem, especificamente, da cerca do Parque, até porque

EB5: [A cerca do Parque da Bela Vista] É mais [para a] proteção de preservar o patrimônio. É pra aquelas pessoas que são destinada a manter eles aqui tudo ocorrendo bem [...] É para eles ter o controle de que tá tudo ocorrendo bem. Mas para nós, para nos manter mais seguro, não, acho que mais pela segurança do patrimônio (EB5, 2024)

A segurança tende a vir – e aqui ratificamos o que fora identificado em EL1 – pelo uso, pela apropriação, pelo reconhecimento: assim como os “traficantes” (sic.) não roubam a mesa de dominó e as cadeiras, a sensação de segurança vem, muitas vezes, do uso coletivo. Uma infraestrutura insuficiente e uma insegurança pública que envolve não só a presença de forças de autoridade, mas sua ausência impossibilita em grande medida a subjetivação com o espaço. Principalmente, quando se percebe um maior investimento em determinadas zonas do município em detrimento a outras – como a menção de EL4 às reformas ocorridas no “Comércio”, área central de Vitória e:

EB3: Eu queria que destruíssem essa área de skatista, construísem aqui um negocinho pras crianças brincarem, né, um balançozinho, aquele negócio que gira, gira, pro cara ficar bebo, que eu não lembro o nome, uma gangorra[...] Uma gangorrinha, né? Por exemplo, feito a nossa querida praça do livramento³¹, que meu prefeito construiu, meu prefeito reformou, né? Com gangorras, balanços novos (EB3, 2024) (Anexo L)

EL4: Depois que- depois que fizeram aquela praça ali na outra gestão de Elias Lira, de lá pra cá, aquela praça ali, ninguém nunca mexe não. Se fosse no comércio, já tinha mexido (risos)

EL4#: Foi mesmo, nos quatro anos de Paulo Roberto nunca teve nada naquela praça. (EL4, EL4#, 2024)

EL6: Então, deveria ter feito uma praça ali [no local do Anexo da USF do Lídia]. Igual ou idêntica da Bela Vista, que era para ter Quadra. (EL6, 2024)

Segundo Noronha (2009, pp. 82-83):

A leitura sobre a deficiente infraestrutura nasce da comparação com os espaços públicos conhecidos no entorno [...] As condições socioeconômicas específicas desses adolescentes parecem fomentar um sentimento de baixa autoestima, aliado a um conformismo. Esses aspectos são reforçados quando eles percebem os espaços disponíveis para o lazer são inferiores àqueles utilizados pelos seus vizinhos. Quer dizer, eles percebem que os serviços públicos que chegam até eles é (sic.) pobre, e não

³¹ Bairro central em Vitória de Santo Antão, em que está localizado a sede da prefeitura.

esperam uma possibilidade de que possa ser diferente [...] [produzindo] uma completa desilusão [...] Tal desilusão inocula uma falta de pertencimento esse público, dificultando, ou até mesmo impedindo, a construção de um projeto de cidadania [...] A demanda para o uso seguro dos espaços públicos [...] vai da iluminação desses locais até uma imagem depreciativa da polícia local.

Até EL5, a única que defendeu a ideia de cercar a Praça Luiz Lopes Correia afirmou que

E: A senhora acha que é importante, dona EL5, não ter cerca na praça? Porque tem praça aqui em Vitória que tem cerca, tem portão, tem horário de funcionar. A senhora acha que seria interessante se essa daqui tivesse?

EL5: Ah, isso aí é interessante, porque se tivesse uma cerca aí, uma cerca assim, pelo menos, daquelas tela. A- a- a bola não batia aí na- na- na grade. Que é cada batida. Essa semana o menino deu uma batida com tanta força que, olha, eu dei um susto tão grande. Eu esqueci que eles batia. Eu dei um susto tão grande que eu (pausa) pra mim era uma pessoa, assim, no pensamento, assim, batendo a porta pra entrar. Eu sozinha, né? Aí ele pegou: “desculpe tia”, mas, rapaz, vocês querem me matar, é? Eu chega tô aqui tremendo de medo. Aí ele pegou a bola e saiu, é direto aí. Aí, se tivesse uma cerca, já não batia, né? Já batia na cerca, nera?

E: Mas a senhora queria que tivesse nela todinha ou só aí onde eles ficam jogando?

EL5: Aí mesmo, onde eles ficam jogando mesmo. Que evitasse de bater aqui na grade, né? (EL5, 2024)

Ou seja, ainda não é sobre a *cerca*, mas sobre a existência de um local apropriado para que haja o jogo de futebol – por isso a mesma EL5 defendeu a criação de uma quadra para as partidas, pois esta já viria telada. A depreciação da autoridade também é percebida em EB3, pois a instituição de um “guarda” gera na população uma expectativa de diminuição da insegurança e danificação dos equipamentos do espaço:

EB3: Tem um guardinha aqui, mas presta pra nada, só fica sentado. Conversando.

EB2: A praça desde antes da reforma, sempre existiu um segurança.

EB3: Sempre existiu um guardinha, que só serve pra abrir e fechar a praça.

EB2: E tem uma guarita ali, não sei se vocês conseguem ver.

EB3: Que nunca foi usada, inclusive.

EB2: Não, já foi usada

EB3: Peraí...

EB2: Já foi usada, sempre foi usada.

EB3: Dois minutos, né? (Risos)

EB2: Na antiga gestão, sempre era usada aquela guarita ali.

EB3: Eu só via o guardinha andando de um lado pro outro aqui, conversava água no portão, voltava pra cá, sentava. (EB3, EB2, 2024)

O que nos leva ao questionamento de até que ponto a sugestão de EL6, de EL6\$ e de EB6 poderia aproximar-se, no futuro, do ressentimento identificado em EB3:

EL6: Não, deveria também ter a manutenção. Deveria ter também um vigia ali, pelo menos à noite, para dois ou três vigia para correr à noite. Assim, arrodando todas as praças aqui de Vitória.

EL6\$: (Interrompe) Uma viaturazinha da guarda municipal.

EL6: Uma viatura também, é, da guarda municipal fiscalizando.

EL6\$: Não é função da guarda municipal? Fiscalizar os prédios públicos? O patrimônio?

EL6: Mas fica a praça, tudo jogada. (EL6, EL6\$, 2024).

EB6: Embora eu concorde que deva haver ali um certo policiamento, eu não abriria mão de, tipo, nem, nem falo nem de polícia, mas de alguns vigilantes. Do município, ponto vigilantes, mas tendo vigilantes por mim, descercaria (EB6, 2024)

No contexto dos entrevistados do Parque da Bela Vista, nenhum apontou a cerca como promotora da segurança, mas

EB1: Assim, não, né? Porque, como eu contei pra tu, devido esse negócio aí de o bandido ficar brincando com a nossa cara, então, assim, não me passa muita segurança, né? É mais no sentido de que, tipo assim, é irrelevante a parte de ser fechado (EB1, 2024)

EB3: Não passa a menor segurança isso aqui ser fechado. Como eu disse, em caso de desespero, você corre pra onde? Canto nenhum. Aí, o cara tá atrás de tu com uma arma e você não tem pra onde ir. (EB3, 2024)

E: E a última pergunta, EB4, sobre a cerca: se tu pudesse, tu tiraria ela? Tu descercaria o parque da Bela Vista?

EB4: Ah, não tenho opinião sobre isso. É que ela é muito irrelevante, sabe? Ela tá ali ou ela não está ali, não, não me importa muito, de todo jeito, dá para entrar ali. A cerca tem buracos, em todo canto, dá para entrar sem cerca, então é um pouco irrelevante. (EB4, 2024)

E, quando perguntados se, caso fosse possível, retirariam a cerca do Parque da Bela Vista, os usuários do espaço – com exceção de EB5, que é a favor da cerca como forma de cuidado para com o patrimônio, e de EB4, que considera a cerca irrelevante porque pode ser pulada – a retirariam:

EB1: É, eu tiraria, né? Ficaria melhor, assim, porque aí todo mundo poderia usar o tempo todo, né? É, eu tiraria; fora que, também, tem o negócio de, tipo assim, você chegar tarde e ter que arrodar a praça, porque arrodar a praça é perigoso. Até porque tem uma região mais perto que é muito escura, aí tem a região do bar. Só que, assim, passar por bar, dependendo do horário, é complicado (pausa), porque a galera tá lá toda bêbada, aí você já sabe, né? Homem quando bebe é uma beleza. Aí, mulher, dá pra passar não, porque dá medo e dá medo passar ao redor, né? (EB1, 2024)

E: Tiraria a cerca do parque.

EB2: Sim.

EB3: Sim. Porque eu acho desnecessário essa bomba.

EB2: Eu descercaria o parque, mas, com a atenção voltada até pela acessibilidade e até pelas crianças, eu manteria algumas das cercas, mas não manteria o parque cercado: era uma cerca pra evitar perigo. Como a praça tem um aclivezinho em diferença com a pista, tem algumas áreas que ficam muito maiores. Por exemplo, a praça comporta aqui área com os fundos da igreja, tem uma parte aqui que tem um barzinho e, se você for andando, você cai por cima do bar se a praça não fosse cercada. Em alguns lugares, você deixaria só uma cerquinha

EB2*: (Interrompe) Um cercado.

EB2: Isso, um cercado. Não precisaria ser um cercado e dois metros, poderia ser uma cerca pequena. E eu concordo que eu descercaria o parque, até porque parque, praça, não precisa ser fechado (EB2, EB2*, EB3, 2024)

EB6: (Pausa longa) Eita, deixa eu pensar aqui (Pausa) Eu descercaria, eu descercaria.

E: Por quê? Tu pode elaborar pra gente?

EB6: Porque eu acredito que- que como ele é um bem e ele é parte integrante desse bairro que pertence a todos, né? É um local que ele pode- (pausa) ele deve ter esse livre acesso sempre, entendeu? (EB6, 2024)

Informações que convergem com o resultado apontado por Marcellino *et al.* (2007b, p. 62) no que tange aos praticantes de atividades físicas – enfoque de sua pesquisa – nos espaços por ele estudados: “A segurança e o aumento do horário de funcionamento (*aberto ao público*) foram bastante requisitados”.

Em uma última análise, é possível observar que a cerca é para “proteger o patrimônio”, evitar o mau uso, mas o mau uso por parte de quem?

EB5: Não [descercaria]. Não, porque isso (pausa) A cerca realmente permite que o guarda tenha um momento de poder, porque ele pode permitir que pessoas, é, ele pode ter o poder de dizer “agora não entra mais”, sabe? E preservar realmente o nosso parque, a nossa praça. Pra que ele continue sendo, não seja desvalorizado também. Porque se há pessoas que praticam marginalidades aqui dentro, é, pessoas de família, se a gente pode falar assim, pessoas que vem com crianças, com (pausa) sei lá, vem para ter um momento, vai se sentir não à vontade de estar aqui dentro, vai se sentir (pausa) É, como é que eu posso falar? Inseguras pra estar aqui, então, realmente eu acredito que *a cerca faz com que alguém aqui tenha esse poder de dizer “ó, agora não entra mais”*. Ou, *se ver alguém que entrou aqui, “sai”, porque realmente tira essa ideia de público, mesmo sendo um público, sabe? Ela tem hora pra- pra- entrar e tem hora pra sair, então, mantém todo mundo no seu devido lugar* (EB5, 2024 – grifos nossos)

EB3: Mas eu concordo fortemente que era pra ter mais tempo para fechar a praça. Na verdade, eu acho que nem era pra fechar, né? Mas beleza...

EB2: Eu concordo com isso aí, não era pra ter horário de atividade, não sei porque essa é a única praça que existe um horário de atividade, *porque isso impede outros grupos sociais, né? Por exemplo, a Bela Vista não é um espaço onde você vê muitos moradores de rua, mas eu acredito que isso deve ser o fato de que essa praça é fechada. Muitos moradores de rua dependem do lugar pra usar isso aqui como espaço pra dormir*, mas como a praça engloba outras estruturas como uma quadra de futsal aberta, uma estrutura da prefeitura de academia da cidade, acho que se veio uma necessidade de fechar isso aqui, por conta até mesmo da depredação do uso público.

EB3: Mas em outras praças que tem os mesmos equipamentos e não são vandalizados?

EB2: Não tem essas coisas de academia da cidade nas outras praças.

EB3: Tem, na praça da Militina³² e não é vandalizado.

EB2: Aí eu nem sei.

EB3: E é uma praça aberta. (EB2, EB3, 2024 – grifos nossos)

Ao considerar não só o ócio, mas o *estar em situação de rua* em si, a cerca do Parque da Bela Vista se assemelha à aporofobia da sociedade, à sacralização do espaço público, à defesa da propriedade – público ou privada – sobre a vida e a dignidade humanas, alimentando

³² Bairro em Vitória.

o ciclo de desvalorização do lazer/ócio ao assimilá-los a parcelas da população vistas com ostracismos, como é o caso da população em situação de rua. Realidade que acaba sendo menos presente na Praça Luiz Lopes Correia, especialmente, quando consideramos a presença de uma *cacimba* de uso comum neste espaço de recreação (Anexo M), localizada entre a Igreja Católica e a Academia da cidade:

EL1: Eu tenho um adendo, posso fazer? Combina com o tema da pesquisa.

E: Pode sim!

EL1: A praça tem uma cisterna, não é uma cisterna, é um poço.

EL1#: (interrompendo) Uma cacimba.

EL1: Tem uma cacimba na praça. E aí, tem gente- aí tem, ao redor da praça tem muitos estabelecimentos, tem bar, tem uma serraria, tem uma oficina. Aí, o pessoal que trabalha nesses lugares assim pega água desse poço pra usar. E também tem famílias, porque, perto da praça, tem a Área Verde aqui do Lídia, que a galera chama de Área Verde, que é uma- uma favela pesada assim, uma comunidade quando você imagina uma *comunidade*. E aí, nessa, o pessoal dessa área verde usa a água dessa cacimba, desse poço, pra banho, pra comida (pausa) água, como água potável mesmo, como os poços artesanais eram usados. E acaba que é, a praça é recurso também pra muitas famílias da região, por causa dessa cacimba.

E: E a senhora sabe se é gratuita?

EL1: É livre acesso! E como é poço, né, é cacimba, a água é (pausa) enquanto houver água no planeta (risos) e no lençol freático que passa aqui embaixo, haverá água por lá. E aí é- é comum, é de comum acesso aí pra todo mundo, aí qualquer pessoa pode usar! A tampa, aí a comunidade fez- sabe aqueles baldes de margarina de vinte quilos? Aí amarraram uma corda e fica do lado da tampa da cacimba e tem uma tampa que, quando construíram a praça e a própria prefeitura deixou a tampa, né? Aí o pessoal tira, pega o balde e leva. Aí, pra quem trabalha perto, leva o próprio balde e depois devolve; e pra quem vai levar a água pra casa, leva o reservatório, carrega no carro de mão; então, além de ser um espaço de lazer pras pessoas da comunidade, ainda dá esse recurso, assim, pra quem precisa e não tem água e, como é de graça, (pausa) e (pausa) especialmente pra quem mora nessa Área Verde, que não tem acesso a saneamento básico, que não tem água potável lá, não chega Compesa, então, a praça serve como, pra suprir essa ausência do Estado das pessoas. Isso é legal. (EL1, 2024)

EL4: Vejo mais a turma da oficina, né? Pra lavar carro. Pra beber, eu não sei se bebe, porque eu não. Ou se é pra uso mesmo, porque eu não vejo, né. Agora, antigamente, a galera usava dela, né? Pra tomar banho, pra tudo, porque a água era terrível aqui no Lídia. Ainda é. Quase vinte dias pra chegar. (EL4, 2024)

Ou seja, em outro momento em que se percebe a ausência do privado e o descaso da ação pública, há a articulação quase espontânea da população, a qual, justamente, por falta da organização política, afasta-se da representação de um comum espacial ou biopolítico, ainda que, em muito, corrobore com sua cultura.

6. “[...] Que era aquela e não esta, e onde viver era bom”: reflexões e encaminhamentos

Os processos de gentrificação e de mercantilização *no* e *do* espaço podem ser lidos como o efeito conjunto da racionalidade neoliberal na realidade urbana brasileira e mundial, resultando em uma onda de privatizações de espaços públicos e comuns. A substituição da cidade como *locus* dotado de valores de uso, culturais e de [re]produção de sociabilidades de modo cômpar ao fortalecimento dessas políticas quase eugenistas de delimitar uma nova forma de estruturação sócio-espacial representam um avanço da neoliberalização do capitalismo financeiro sobre o espaço urbano das cidades.

Tonucci Filho e Magalhães (2017), para quem a política macroeconômica possui relações diretas com a metrópole, afirmam que a resposta neoliberal à crise dos anos 1980 teve na cidade e nas regiões um lugar para a realização dos imperativos da busca por vantagens comparativas e incentivo a permanente competição. Os autores também concordam que, a despeito da mudança no padrão da produção de riquezas (que deixou de ser alicerçado na industrialização para se apoiar nas finanças) e nos modelos de planejamento urbano praticados, os processos excludentes e privatizantes permaneceram.

Afastando-se do viés recursal, o comum apresentado por Hardt e Negri compartilha a ideia da multidão como um coletivo que *é feito*, cuja subjetividade vai sendo criada a partir da coexistência das diferenças; há, então, um comum natural, vinculado aos recursos e à natureza inalienável - o ar, a água, etc -, e um comum biopolítico, composto por subjetividades e pelo viver comum e cooperativo. Esse segundo comum tal qual o trazem Hardt e Negri é um “*continuum* de descontinuidades”, uma oposição à hegemonia capitalista, pautado também na importância da participação política dessas multidões.

O Comum espacial-urbano proposto pelo pesquisador grego Stavros Stavrides conversa com a teoria dos autores de *Multidão* e com o Direito à Cidade de Lefebvre. Ao trazer os impactos da neoliberalização da cidade pelo processo de gentrificação, por exemplo, o autor aponta que o cercamento moderno dos comuns não é apenas um processo físico-concreto, mas que se ocupa da negação de construções de redes de compartilhamento de experiências sociais. Stavrides vai propor uma espacialidade limiar a ser visada para a instituição do comum urbano: um princípio que conecta realidades temporais e geográficas separadas pelas diferenças e que produz, na subalternidade, um novo tipo de socialização pela cidade: uma cidade para o *uso autogerido*.

Os comuns sob suas vastas perspectivas teórico-metodológicas são, pois, vinculados por representarem a vitória da autogestão ao Mercado e ao Estado subjogado por aquele. Instituir o comum, principalmente, um Comum substantivo, ético, político e *limiar* torna-se a cada dia a alternativa à razão neoliberal: a produção de subjetividades conscientes e inseridas em redes cooperativas-comunitárias substituindo a lógica da competição homogeneizante.

Os comuns urbanos, portanto, são essenciais para o debate sobre do Comum em um meio globalizado e cercado por disputas de poder e de fragmentação não só espaciais, mas das relações interpessoais. Embora de extrema importância, a construção de estudos de caso sobre experiências de Comuns urbanos necessita da sistematização e da definição do que é comum e de que perspectiva teórica de comum está sendo utilizada, até para que possamos reconhecer como comum as lutas “insurgentes” urbanas e os processos de apropriação que demonstram não só o (micro)poder presente nas pessoas, mas a capacidade e possibilidade de combate, as quais são cultivadas pelas relações sociais entre indivíduos, grupos e o espaço.

Por outro lado, tratar sobre o lazer necessita que exponhamos a sincronicidade que ele divide com o ócio, à medida em que aquele diz respeito ao tempo em que desempenhamos – ou não – atividades que são escolhidas voluntariamente e cujo sumo fim é o prazer e autossatisfação em meio a uma vida turbulenta e repleta de necessidades e obrigações vinculadas ao trabalho profissional, familiar, fisiológico e extraprofissional, e esse estaria vinculado ao *poder não poder fazer* certas atividades profissionais e, atualmente, significaria não estar em posição de trabalho formal e normativo.

A separação semântica entre lazer e ócio é bastante recente, assim como os próprios estudos de lazer, mas é essencial para que consigamos elencar o processo de pauperização duplo pelo qual o lazer passou desde a efetivação da sociedade industrial e a contemporaneidade. A primeira pauperização diz respeito à pauperização de vocabulário, sob a qual o lazer passa a ser considerado sinônimo perfeito do ócio, sendo ambos desvalorizados enquanto representam uma negação à lógica da produtividade compulsiva. A segunda pauperização do lazer versa sobre o momento histórico propiciado a partir de 1930, em que as reivindicações operárias conseguiram efetivar o reconhecimento do direito ao lazer operário, fazendo com que a expressão *repouso popular* fosse substituída por *lazer*.

Essa substituição fez com que as experiências da cultura vivida se tornassem *coisa de pobre* e, em uma modernidade líquida em que o medo da inadequação guia muitas das nossas escolhas, não só tipos de lazer começaram a ser socialmente lidos enquanto verdadeiras lazes – normalmente, aqueles que priorizavam os lazes intelectuais, domésticos e privados –, outros

eram vistos como desvios de regras e como a convivência direta com o perigo, com a violência e com a vadiagem. Somadas as duas pauperizações do lazer e a relação inegável entre a maneira com que nos relacionamos entre si e com o espaço, torna-se de suma importância debater a atualidade da terminologia *espaços públicos de lazer* para representar os locais abertos ao acesso geral.

Sob um neoliberalismo cujas taxas de desemprego e desocupação são altíssimas e extremamente voláteis, apagar tanto o ócio quanto o lazer das funções sociais dos equipamentos públicos é sinônimo de erradicar os avanços científicos das pesquisas sobre lazer que vem sendo produzido e de reproduzir a retórica da [retro]produtividade do trabalho capitalista, o qual marca enquanto descartáveis corpos e subjetividades dissidentes – e ociosas. Por estes motivos, defendemos a referenciação a esses *loci* de vivenciar lazer, ócio e semilazer como *espaços públicos de recreação*. A recreação, ao fazer referência à ludicidade e ao processo de criação de experiências e novas vivências, perpassa as diversas fases da vida e denota as possibilidades de mudança social através da efetivação seja do lazer, seja do ócio.

A partir da análise das doze entrevistas coletadas no Parque da Bela Vista e na Praça Luiz Lopes Correia, ambas situadas em Vitória de Santo Antão-PE e da observação em tempo real, defrontamo-nos com algumas questões essenciais para discutir sobre o comum urbano em espaços de recreação. Norteados pela seguinte questão: *em que medida a apropriação social de praças e parques urbanos enquanto espaços públicos de lazer viabiliza a instituição do Comum?*, provamos nossa hipótese – de que as praças públicas e os parques urbanos funcionam como loci de encontros sociais rotineiros, os quais auxiliam a alimentação do lazer enquanto manifestação da cultura, fomentando a dialógica urbana e propiciando o surgimento de experiências comuns a partir da cultura de territórios da vida humana – com algumas retificações.

Como visto, as praças e os parques apresentam a instituição de territórios-rede ou territórios descontínuos, os quais contam com a presença de inúmeros espaços cuja apropriação social vem de grupos distintos, com necessidades específicas, geralmente, produzindo situações de conflito entre estes. Os conflitos, contudo, são inerentes ao choque de diversidade e não produzem, necessariamente, o apagamento: sob o viés da recreação, os comportamentos dissidentes dos sujeitos “territorializados” muitas vezes geram empatia em outros grupos, ecoando as demandas daqueles e, muitas vezes, conduzindo uma articulação entre poder público – informal ou formalmente – e população recreativa.

Ainda sobre a recreação, o cotidiano emerge como o espaço do sujeito ordinário, do sujeito simples, o qual possui em si a força de transformação social. No reino das ações repetitivas – às vezes, automáticas –, a criatividade do lazer configura o *divertissement* de afastamento do tédio, as soluções e alternativas não só aos obstáculos, mas ao próprio sistema. Defendemos, então, a instituição de uma rotina recr[i]ativa, isto é, a subversão da rotina – elemento do cotidiano responsável pela organização do tempo e da produtividade –, transformando-a nas empreitadas organizadas de dedicação à cultura vivenciada, à organização autogerida, ao lazer.

A rotina recr[i]ativa é essencial, outrossim, para que haja a superação da retórica da periculosidade do público e do próprio sucateamento deste. Em contextos de violência – os quais também estão presentes na cidade – é a articulação popular e o aumento na participação e na ocupação desses espaços que promove não só a diminuição do “perigo”, mas a cultura de territórios da vida humana. Embebidos em desafios à imposição do tempo do capital, os territórios da vida humana são pautados na dignidade e na construção de uma cidade respeitosa e *comum*, agindo como potenciais caminhos para a instituição do comum urbano.

Quanto aos desafios do estabelecimento da rotina recr[i]ativa e da territorialização dos espaços de recreação e, em decorrência, da instituição do comum urbano por meio desses espaços, podemos mencionar o sucateamento do público – resultado direto da agenda neoliberal –, a insegurança pública, a qual desemboca na promessa da autoridade policial – ou de guarda – como salvaguarda do patrimônio; da promessa, que substitui o uso do espaço como forma de diminuir o perigo pela ordem repressiva, vem a desesperança e a quebra da expectativa, alimentando o ciclo de abandono dos espaços públicos de recreação pelos sujeitos. No caso específico do Parque da Bela Vista, ainda temos o cercamento deste, o qual limita o acesso do espaço por parte de parcelas da população que, no imaginário social, tendem a ser vista como ociosas, perigosas e até mesmo danosas não só ao espaço, mas aos outros sujeitos que dele se apropriam.

Dessarte, tendo o abandono do público surgido como umas das mais exponenciais ameaças à rotina recr[i]ativa e ao processo de estabelecimento de vínculos entre espaço e sujeito, consideramos de extrema importância para os debates acerca da territorialização dos espaços públicos de recreação a escavação sobre as *políticas públicas de lazer*, até como forma de mitigar a sensação de inferioridade que, muitas vezes, atinge as populações mais vulneráveis da sociedade. Falar sobre cotidiano e sobre recr[i]ação necessita que falemos sobre o alcance da liberdade por todos os grupos sociais de maneira equânime, respeitando as mais diversas

idiosincrasias e, para isso, precisamos estimular a apropriação social de espaços que, invisibilizados, relegam à população um lazer-mercadoria, banhado pelo consumo exploratório.

Mas que saudade da minha praça modesta [...] Que era aquela e não esta, e onde viver era bom: uma última menção?

O momento “Mas que saudade/Da minha praça modesta [...]” foi escolhido, para além do motivo já mencionado em “Ninguém ficava na fila, não havia lotação”, porque denota a importância do signo atribuído por aqueles que se apropriam do espaço ao local, um processo que não é rápido, mas árduo e duradouro. Escolhemos o uso das reticências para que este capítulo fique, indissociavelmente, ligado aos nossos encaminhamentos: “[...] Que era aquela e não esta, e onde viver era bom”, o qual liga tudo que fora trabalhado na monografia e exemplifica que, às vezes, espaços menos valorizados capitalmente – como é o caso da Praça Luiz Lopes Correia – tornam-se expoentes de territórios de vida humana em níveis mais contundentes do que espaços que contam com maior valorização do espaço – tal qual o Parque da Bela Vista. Embora a canção contivesse mais uma estrofe, nossa monografia termina no bem-viver, ou, nesse caso, no *bom* viver, porque temos como encaminhamento principal a necessidade de continuar construindo experiências comuns e de vida humana, além da apropriação social dos espaços, para que não caíamos na retórica exploratória de substituição das Praças Sete para as Praças Vedete. A escolha de não utilizar a última estrofe também visa retratar que, por mais inseparáveis que sejam as considerações finais e o capítulo anterior, toda a monografia conversa entre si, não representando uma fragmentação dos tópicos trabalhados.

7. Referências

- ABREU FILHO, Júlio César Ruas. **Lazer e ócio: genealogia e experiências**. 2015. 83 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Ufmg, Belo Horizonte, 2015
- AGUILAR, Raquel Gutierréz; NAVARRO, Mina Lorena; LINSALATTA, Lucía. Repensar lo político, pensar lo común: Chaves para la discusión. In: INCLÁN, Daniel; LINSALATTA, Lucía, MILAN, Mária (coord.). **Modernidades Alternativas**. Oaxaca: Ediciones Del Lirio, 2016, p. 377-417
- ALVES, Rafael de Oliveira. **Entre despossessão e apropriação, o direito à cidade: quando o comum é possível**. 2015. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- AUGUSTO, C. *et al.*, Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, 2013, p. 745-764.
- BAIARDI, Amílcar. Competição e competição / cooperação. **Organizações & Sociedade**, [S.L.], v. 15, n. 45, p. 47-60, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-92302008000200003>.
- BALEM, Tiago. **O território do Comum em práticas urbanas insurgentes**. 2021. 299 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. São Paulo: Zahar Editora, 2009.
- BIAZOTI, André Ruoppolo; SORRENTINO, Marcos. Political engagement in urban agriculture: power to act in community gardens of são paulo. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 25, p. 1-20, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210056vu202211ao>.
- BOLLIER, David. **Silent Theft: The Private Plunder of Our Common Wealth**. Routledge, 2002.
- BONILLA, Diana Alexandra Tovar. **Governança na comunidade pesqueira da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) Prainha do Canto Verde: subsídios para incentivos**

socioeconômicos. 2019. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

BOUFLEUR, Rodrigo. **A questão da gambiarra**. São Paulo: FAU-USP, 2006.

BOYLE, James. **The Public Domain: Enclosing the Commons of the Mind**. Yale University Press, 2008.

BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do contestado à colonização**. 2007. 310 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CÁCERES, Natalia Duarte. **Organizaciones comunitarias de prestación del servicio del agua en Villavicencio (Colombia): repercusiones, desafíos y propuestas para el abastecimiento de agua en las ciudades**. 2022. 386 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; CALMON, Paulo Carlos Du Pin; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. VINCENT AND ELINOR OSTROM: two confluent trajectories for the governance of common property resources. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 203-222, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20150135r1v2012017>.

CARLOTTO, Maria Caraméz; ORTELLADO, Pablo. Activist-driven innovation: uma história interpretativa do software livre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 26, n. 76, p. 77-102, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092011000200005>.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. O uso neoliberal do espaço: Impactos sobre os “territórios da vida humana” na cidade. **Okara: Geografia em debate**, [S.L.], p. 597-623, 30 dez. 2019. Portal de Periódicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2019v13n2.46368>.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes. 2005.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Políticas Públicas de Lazer**: o papel dos municípios na sua implementação. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

COUTINHO, Kesley Gabriel Bezerra; NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do. Entre muros e titãs: análise das relações hierárquicas e de poder no mangá/animê shingeki no kyojin. **Revista Ñanduty**, [S.L.], v. 7, n. 10, p. 192-216, 30 ago. 2019. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/nty.v7i10.10307>.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999

CRUZ, Mariana de Moura. **Decolonizar o comum? Ensaio da transmodernidade brasileira**. 2019. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

_____. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000a.

_____. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: GARCIA, Erivelto Busto; LOBO, Francis (ed.). **Lazer numa sociedade globalizada**: leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WRLA, 2000b. p. 121-140.

DUARTE, Letícia Ayumi. **"Resistir e retomar, nossa terra e nosso mar"**: os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em guaraqueçaba. 2018. 447 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Lazer e Cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

EB1. Entrevista I. [jun. 2024]. [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antão, 2024. 1 arquivo .mp3 (21min37).

EB2. Entrevista Dupla. [ago. 2024]. [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (1h08min27)

EB3. Entrevista Dupla. [ago. 2024]. [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (1h08min27)

EB4. Entrevista IV [ago. 2024]. [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (13min09)

EB5. Entrevista V. [ago. 2024]. [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (31min15).

EB6. Entrevista VI. [set. 2024]. [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1arquivo .mp3 (17min28).

EL1. Entrevista I. [mai. 2024]. [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (14min28)

EL2. Entrevista II. [mai. 2024]. [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (12min37).

EL3. Entrevista III. [mai. 2024]. [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (11min46).

EL4. Entrevista IV [jul. 2024]. [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (19min37).

EL5. Entrevista V [jun. 2024] [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (19min46)

EL6. Entrevista VI [jul. 2024] [Entrevista cedida a] Sinara Sabino P. Vitória de St. Antônio, 2024. 1 arquivo .mp3 (20min55)

FLORES, Rafael Kruter; MISOCZKY, Maria Ceci. Dos Antagonismos na Apropriação Capitalista da Água à sua Concepção como Bem Comum. **Organizações & Sociedade**, [S.L.], v. 22, n. 73, p. 237-250, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230733>.

FONSECA, Simone Farias. **Direito Humano à Água:** de donos de poços a senhores da água: um estudo da realidade do acesso à água no município Águas Lindas de Goiás. 2021. 311 f., il. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

FRIZO, Pedro Gonçalves Afonso. **Os fundamentos institucionais para o gerenciamento dos bens comuns na Amazônia Central.** 2018. 313 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FULGENCIO, Edivan de Oliveira. **Mobilizações coletivas de Campo Grande, RJ, do direito à cidade à utopia anticapitalista global.** 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Bem comum e normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de minas gerais. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 77-94, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2011000100005>.

GEHL, Jean. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas Sa, 2008.

GOMES, C. Pesquisa e produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina: Diagnóstico e perspectivas In: PINTO, L.M.S.M. (Org.). Lazer, turismo e hospitalidade: Desafios para as cidades sede e sub sedes de megaeventos esportivos. Atibaia: Dinamica Print Gráfica e Editora, 2010, p. 107-111.

GOMES, Christianne *et al* (org.). **Lazer na América Latina/Tempo libre, ocio y recreación en latinoamérica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. De largo a jardim: praças públicas no Brasil - algumas considerações. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 101-120, jan. 2007.

_____. **Parques urbanos de Ribeirão Preto-SP:** na produção do espaço, o espetáculo da natureza. 2009. 585 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial, Unicamp, São Paulo, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Petrópolis: Vozes, 2015. Tradução de Enio Paulo Giachini

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **American Association For The Advancement Of Science**, Utah, v. 162, n. , p. 1243-1248, dez. 1968.

HARDT, M; NEGRI, A. **Bem-estar comum**. São Paulo: Record, 2016

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. Direito à Cidade. Publicado no Blog da Boitempo, em 22/11/2013. [Artigo publicado originalmente em *New Left Review*, 53, set/out,2008].

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. O iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: resultados**. [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censos>. Acesso em: 05 jun. 2024.

IBGE. **Desemprego**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 05 jun. 2024.

LACERDA, Carlos César de Oliveira; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r]existência. **Organizações & Sociedade**, [S.L.], v. 27, n. 95, p. 787-819, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9270957>.

LACOWICZ, Ellis Fernanda. Trabalho livre e escravidão em Atenas: o contraponto de Ellen Meiksins Wood ao viés antidemocrático dos clássicos Sócrates, Platão e Aristóteles. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018

LOPES, Marcelo; MARQUES, Pedro Henrique Dias; ESTEVÃO, Priscilla Correa de Moura. Community Environmental Monitoring: the management of commons in cassurubá extractive reserve. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 24, p. 1-20, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190153r2vu202111ao>.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4e ed. Paris: Anthropos, 2000.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, Editoria UFMG, 2008.

_____. **Critique of everyday life**: the one volume edition. Londres: Verso, 2014.

_____. **Critique of everyday life**: volume one. Londres: Verso, 1991.

LINEBAUGH, P. **The Magna Carta**: liberties and commons for all. Los Angeles: University of California Press, 2008.

_____. **Stop, thief!** The commons, enclosures and resistance. Oakland, CA: PM Press, 2014.

LUNARDON, Kauan Arthur Fonseca. **Cozinhando em/o comum**: entre disputas pelo espaço público e a produção diferencial do espaço. 2022. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana**: o caso da RMC- Região Metropolitana de Campinas. Curitiba: Opus, 2007a.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* **Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano**: Políticas públicas. Curitiba: Opus, 2007b.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 2000a.

_____. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 2000b.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 311 p.

MARINO, Cintia Elisa de Castro. **Cidade em festa, cidade em disputa**: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI. 2018. 257 f. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

MARQUES, Alexandre R.; TONIOLO, Maria Angélica; LAHSEN, Myanna; PULICE, Sergio; BRANCO, Evandro Albiach; ALVES, Diógenes Salas. WATER GOVERNANCE IN VALE DO PARAÍBA PAULISTA: network of actors and socioecological systems. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 1-24, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190139r1vu202012de>.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MONTENEGRO, A. T. (2012). AS LIGAS CAMPONESAS ÀS VÉSPERAS DO GOLPE DE 1964. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 29(02).

NORONHA, Vânia (org.). **Pensando sobre políticas públicas de lazer para a juventude em contextos de vulnerabilidade social**: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora PUC-MG, 2009.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OVIEDO, Antonio; BURSZTYN, Marcel. A quem confiamos os recursos comuns - estado, comunidade ou mercado? - lições aprendidas com o manejo da pesca na Amazônia. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 18, n. 1-2, p. 177-198, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922003000100010>.

PITÚ. **Pitú Internacional**. 2023. Disponível em: <https://www.pitu.com.br/internacional/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PLATÃO. **A República**. Domínio Público. 1. ed. [N.I.]: Editora independente, 380 a.C.

PREFEITURA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. **A cidade**. 2022. Disponível em: <https://www.prefeituradavitoria.pe.gov.br/portal/index.php/a-cidade/>. Acesso em: 26 abr. 2024

RAIMUNDO, Sidnei; SARTI, Antonio Carlos. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo (Ritur)**, [S.L.], n. 6, p. 3-24, 2016. Universitat de Girona-Universidade de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.2436/20.8070.01.32>.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; DINIZ, Nelson. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 351-377, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3901>.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. **Licere**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 149-164, 2002

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: GARCIA, Erivelto Busto; LOBO, Francis (ed.). **Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a globalized society**. São Paulo: SESC/WRLA, 2000b. p. 121-140.

SANO, Nara Nanae. **Em busca da governança do turismo antártico**. 2011. 181 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. **Em busca da governança do turismo antártico**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, O. A. A.; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. O espaço urbano sob o neoliberalismo e os “territórios da vida humana” como possibilidades do “comum”. **Revista Tamoios**, [S.l.], v. 17, n. 2, nov. 2021. ISSN 1980-4490. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/58497>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. **A fragmentação do espaço no Recife**. Recife: Edufrpe, 2020.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 273-292, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2009000200005>.

SILVA, Adriano Aparecido. **Teoria da governança econômica dos bens públicos: estudo do caso da bacia Paraguai-Paraná**. 2019. 118 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Débora Alice Machado da *et al.* **A importância da recreação e do lazer**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SILVA, Janaína Barbosa; PASQUALETTO, Antônio. O caminho dos parques urbanos brasileiros: da origem ao século xxi. **Estudos - Vida e Saúde**, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 287-298, ago. 2013

SILVA, Suana Medeiros, **Território pesqueiro de uso comum: conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE**. 2017. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017

SISNANDO, Alessandra; SABINO P., Sinara. Muralhas Brasil-Paradisianas: Aspectos da necropolítica na Relação do Brasil com *Attack on Titan*. **Revista Cadernos De Ciências Sociais Da UFRPE**, v. 21, n. 1, p. 71–90, 2023

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STAVRIDES, Stavros. **Common space: the city as commons**. Zed Books, 2016.

TONUCCI FILHO, J. B. M; CRUZ, M. M. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 3, p. 487-504, 2019.

TONUCCI FILHO, J. B. M. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, p. 370-404, 2020.

VIERO, Verônica Crestani; BARBOSA FILHO, Luiz Carlos. Praças públicas: origem, conceitos e funções. In: JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO 2009, 1., 2009, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: Ulbra, 2009. p. 1-3

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Anexos

Anexo A – Mapa de localização dos espaços públicos de recreação estudados.

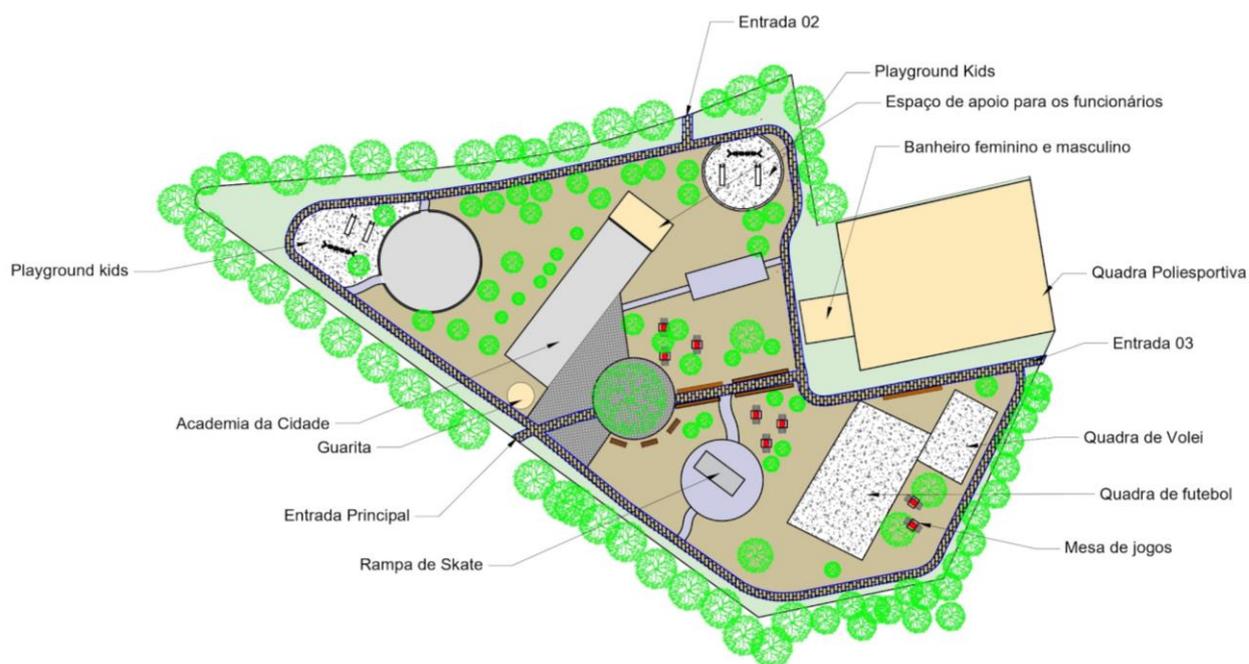
Localização dos Espaços Públicos de Lazer, Vitória de Santo Antão-PE/ Brasil



Projeção Universal Transversa de Mercator
Escala: 1: 20 000
Sistema de Referência Geográfica SIRGAS 2000/ UTM zona 25S
Base de Dados: Governo do Estado de Pernambuco, 2015
Elaboração: Maria Aline Lopes da Silva



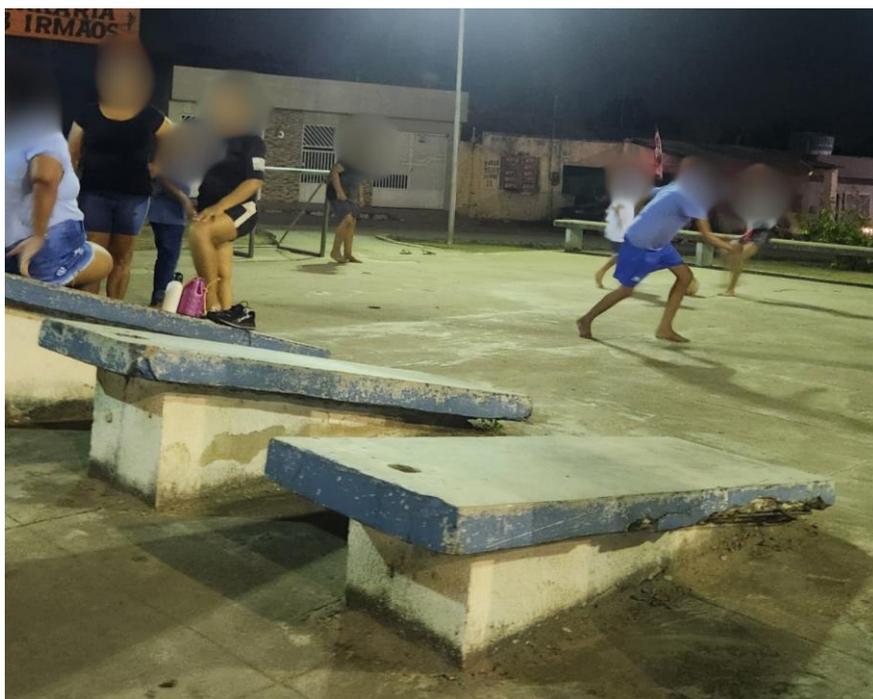
Anexo B – Parque da Bela Vista



Anexo C – Praça Luiz Lopes Correia



Anexo D – Crianças brincando na academia da cidade (Praça Luiz Lopes Correia) enquanto adultos conversam nos aparelhos de musculação



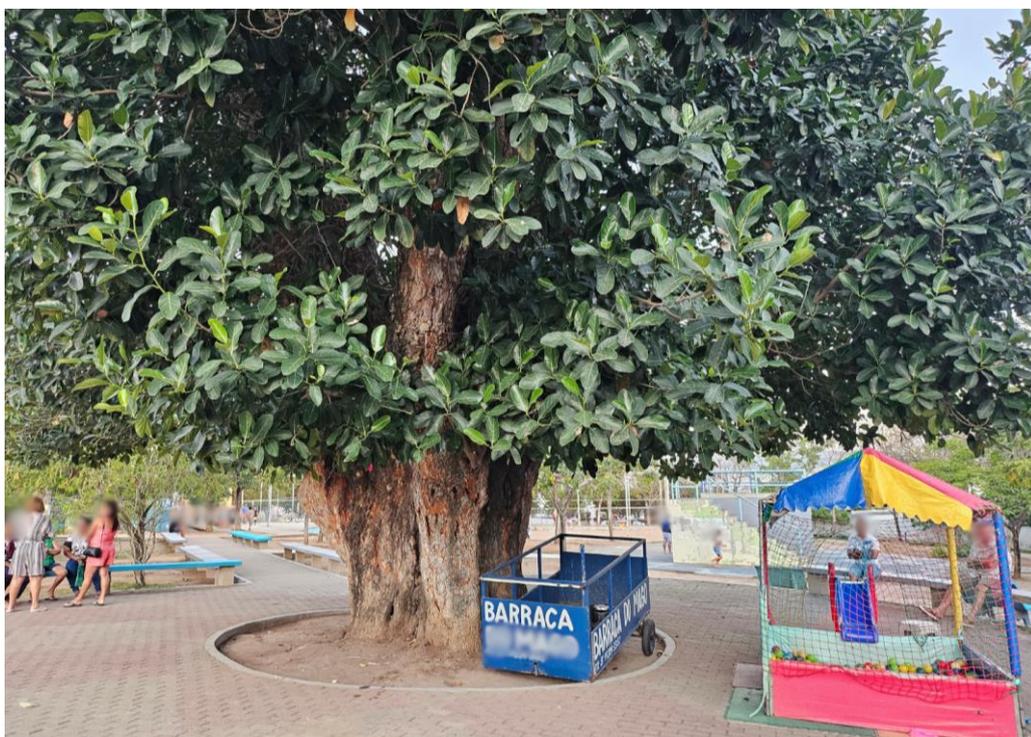
Anexo E – Crianças utilizando a pista de skate (Parque da Bela Vista)



Anexo F – Mesa e cadeiras usadas no jogo de dominó da Praça Luiz Lopes Correia



Anexo G – Barraquinhas dentro do Parque da Bela Vista



Anexo H – Guarita Parque da Bela Vista



Anexo I – Placa de apresentação do Parque da Bela Vista



Anexo J – Pessoas jogando futebol de mesa em mesa adaptada (Parque da Bela Vista)



Anexo K – Acesso ao banheiro (Parque da Bela Vista)



Anexo L – Praça do Livramento (Praça Padre Félix Barreto)



Anexo M – Cacimba da Praça Luiz Lopes Correia



Apêndices

Apêndice A: Principais teorias de comum

A tragédia dos Comuns, 1968			
Autor	Garrett Hardin	Perspectiva filosófica	Malthusiana
Principais referências teóricas	Adam Smith, Jeremy Bentham, Darwin (seleção natural); Malthus, Neumann e Morgenstern		
Objetivos	Argumentar sobre a problemática da superpopulação no contexto estadunidense e como isso se trata de um problema que não pode ser resolvido de forma técnica, por depender da moral. Traçar a problemática dos comuns como algo sem fiscalização e aberto a todos, o que tem muitas consequências quando pensamos que o espaço geográfico é finito.		
Conclusões do autor	Como é um problema moral e a moral é auto-excludente, precisamos vigiar a todos, seja por meio de iniciativas privadas, seja por leis que reforcem uma "boa conduta"; a liberdade de procriação é intolerável, porque as famílias mais pobres não arcarão com os custos sozinhas, mas será distribuído para todos; a sociedade deve organizar-se por uma coerção mútua e devemos aceitar a coerção moral também não porque gostamos, mas porque é necessário: qualquer fim é melhor do que aquele proveniente dos comuns.		
Impactos sobre a temática	O problema da superpopulação não pode ser resolvido de maneira técnica, porque é moral e os comuns levam ao nosso fim, porque dependem da moralidade e ela é auto-excludente.		
Governing the commons, 1990			
Autora	Elinor Ostrom	Perspectiva filosófica	Neoinstitucionalista
Principais referências teóricas	Plott e Meyer; Michael Taylor; Williamson; Popper; Bates		

Objetivos	<p>Criticar as bases das análises de políticas referentes a recursos naturais da forma como estão sendo feitas; apresentar exemplos empíricos e experiências de sucesso ou fracassos em iniciativas de governar e administrar esses recursos; dar ensejo às pesquisas sobre as limitações e capacidades das instituições de autogoverno no que tange à regulamentação de muitos tipos de recursos.</p>		
Conclusões da autora	<p>Os Common Pool-Resources são recursos naturais ou criados pelos homens que são passíveis à superexploração e são suficientemente grandes para dificultar a apropriação completa desses. Novos arranjos institucionais não funcionam na prática como funcionam em modelos abstratos a não ser que esses modelos sejam bem especificados e empiricamente válidos e que os participantes na organização do campo entendam como fazer as novas regras funcionarem e a pesquisadora estadunidense vai defender a importância da participação da comunidade na criação das regras e em todo os processos que circundam o governo dos sistemas em questão. Os comuns recursais de Ostrom contam com regras bem-definidas e um processo de participação ativa por parte dos comuneiros: os comuns, então, necessitam da atuação daqueles que neles estão envolvidos na autogestão.</p>		
Impactos sobre a temática	<p>Os comuns podem ser autogovernados e autogeridos, mas dependem da participação, da confiança, de regras e instituições bem definidas. além do reconhecimento destas. São bens não exclusivos, mas rivais, e estão, sim, sujeitos à superexploração.</p>		
Bem-estar Comum, 2009 (original) / 2016 (PT-BR)			
Autores	Antonio Negri e Michael Hardt	Perspectiva filosófica	Foucaultiana
Principais referências teóricas	<p>Kant; Maurice Merleau-Ponty; Foucault; Franz Fanon; Gilles Deleuze; Jean-Paul Sartre; Achille Mbembe</p>		

Objetivos	<p>Ir contra a filosofia do niilismo e apontar para uma solução frente à ruína e à destruição das identidades pela hegemonia do Império, o que só pode acontecer com o agir político transformador da multidão, a qual agrupa indivíduos e gera um novo corpo subjetivo e dotado do poder de transformação, que constrói uma frente ampla contra a miséria e a hierarquia do controle; tratar sobre o amor e a felicidade como projetos ontológicos e políticos da humanidade, que promovem a invenção, criam a possibilidade de uma (re)produção coletiva e, em consequência, promovem o bem-estar comum.</p>		
Conclusões do autor	<p>O projeto da felicidade é, não só político, mas ontológico, porém foi sendo suprimido pelo capitalismo hegemônico do império; por isso devemos conseguir trazer de volta esta pauta à voga através da eliminação da miséria econômica e política, isto é, a separação do indivíduo de sua capacidade e possibilidade de governo e (re)reprodução. Essa eliminação advém por três plataformas principais: garantia dos meios básicos da vida; igualdade e um autogoverno coletivo e construtivo, e acesso livre ao comum contra as propriedades privadas.</p>		
Impactos sobre a temática	<p>Comum <i>substantivado</i>, a partir da síntese de singularidades através da multidão e <i>biopolítico</i> por dar consciência ao poder dos corpos que são silenciados. O comum é essa síntese e produz bens e serviços comuns: ecológicos (naturais) e biopolíticos. eles constituem nossas instituições (regras) que vão contra a hegemonia do Império e são plurais.</p>		
Comum - Ensaio sobre a revolução no século XXI, 2014 (original) / 2017 (PT-BR)			
Autores	Pierre Dardot e Christian Laval	Perspectiva filosófica	Mutualista
Principais referências teóricas	<p>Foucault; Proudhon; Hardt e Negri; Castoriadis; E. Ostrom; Hannah Arendt; Karl Marx</p>		

Objetivos	Traçar uma arqueologia do Comum, abordando desde as origens etimológicas às formas com que, historicamente, utilizamos este termo e alguns derivados; especificar o Comum dardot-lavaliano, quais os fundamentos deste, o que o mantém ativo e como escapar da dualidade Estado-Mercado de forma combativa e ofensiva, sem cair na falácia da defesa paliativa.		
Conclusões do autor	É preciso fazer uma federação do Comum, com uma empresa, uma forma de trabalho, instituir mutuamente este princípio. O Comum é substantivo, difere de <i>comuns</i> , é o princípio político, participação com fundamento da ação política, não é um objeto nem um bem comum enquanto fim, não coisa ou propriedade, é uma questão de governo e instituição, ocupa todos os âmbitos, existem comuns políticos e sociais, é inapropriável.		
Impactos sobre a temática	Comum princípio ético-político, totalmente consciente e que vem a ser instituído pela práxis constante e a mutualidade enquanto co-obrigação e participação democrática.		
Common Space - The City as commons, 2016			
Autor	Stavros Stavrides	Perspectiva filosófica	Lefebvriana
Principais referências teóricas	Hardt e Negri; Holloway e Rancière; Foucault; Deleuze; Lefebvre; Agamben; Victor Turner.		
Objetivos	Observar e localizar os mecanismos de ordenação urbana enquanto eles moldam o projeto de normalização em uma interação constante e complexa com mecanismos de exceção; defender as experiências de comunicação do espaço frente a esses mecanismos de ordenação, e explorar as possibilidades emancipadoras do compartilhamento.		
Conclusões do autor	O Comum espacial é um processo, é relativo e diz respeito aos grupos que o cultivam. Esses espaços comuns não são, apenas, diferentes dos espaços privados e dos espaços públicos, mas questionam toda a lógica		

	<p>de propriedade e, principalmente, de propriedade espacial: locais públicos podem e, normalmente, são o <i>locus</i> dessa prática, por isso, também, locais que possam ser identificados enquanto comuns cercados (<i>enclosed commons</i>) podem caminhar para tornar-se locais de miséria. A delimitação dos comuns espaciais necessita de: critérios legais (como acessibilidade, questões sobre propriedade, etc), critérios políticos (dinâmica de controle e autoridade nestes espaços) e critérios econômicos (o valor atribuído historicamente a esses espaços, não necessariamente valor determinado pelo Mercado).</p>
<p>Impactos sobre a temática</p>	<p>O comum são práticas comuns que manifestam a espacialidade limiar, ou seja, local onde as diferenças existem e se conectam, onde o exterior se conecta com o interior. As práticas de comum são práticas de compartilhamento. Comum é sobre processos historicamente complexos e específicos através dos quais práticas de representação e valores se intersectam ao circunscrever representações compartilhadas em uma sociedade específica. Existem comuns que são corrompidos, cercados, e que se reduzem à política, não à política.</p>

Apêndice B: Sistematização dos artigos, das teses e das dissertações

Título	Gênero textual	Autores	Editora/ IES	No.	Link	Perspectiva teórica
A quem confiamos os recursos comuns - estado, comunidade ou mercado? Lições aprendidas com o manejo da pesca na Amazônia	Artigo	Antonio Oviedo, Marcel Bursztyn	Sociedade e Estado	003	A01	Elinor Ostrom
Competição e competição/cooperação	Artigo	Amílcar Baiardi	Organizações & Sociedade	008	A02	Elinor Ostrom
Engajamento político na agricultura urbana: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo	Artigo	André Ruoppolo Biazoti, Marcos Sorrentino	Ambiente & Sociedade	022	A03	Stavros Stavrides
Bem comum normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais	Artigo	Flávia Maria Galizoni; Eduardo Magalhães Ribeiro	Ambiente & Sociedade	011	A04	Elinor Ostrom
Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste brasileiro	Artigo	Heribert Schmitz, Dalva Maria da Mota, Josué Francisco da Silva Jr	Ambiente & Sociedade	009	A05	Elinor Ostrom

Título	Gênero textual	Autores	Editora/ IES	No.	Link	Perspectiva teórica
Governança de Água no vale do Paraíba paulista: rede de atores e sistemas socioecológicos	Artigo	Alexandre R. Marques <i>et al</i>	Ambiente & Sociedade	020	A06	Elinor Ostrom
<i>Activist-driven innovation</i> : uma história interpretativa do <i>software</i> livre	Artigo	Maria Caraméz Carlotto; Pablo Ortellado	Revista Brasileira de Ciências Sociais	011	A07	Michael Hardt e Antonio Negri
Monitoramento ambiental comunitário: a gestão de bens comuns na Reserva Extrativista de Cassurubá	Artigo	Marcelo Lopes <i>et al</i>	Ambiente & Sociedade	021	A08	Elinor Ostrom
Para 'descolonizar' o comum: um ensaio crítico sobre a obra de Dardot e Laval	Artigo	Rafael Afonso da Silva	Tempo Social	021	A09	Michael Hardt e Antonio Negri
Participação democrática na gestão de bens naturais comuns e populações nativas no litoral sul do Paraná	Artigo	Larissa Mellinger; Dimas Floriani	Ambiente & Sociedade	015	A10	Elinor Ostrom
Propriedade, apropriação social e instituição do comum	Artigo	Pierre Dardot e Christian Laval	Tempo social	015	A11	Pierre Dardot e Christian Laval

Título	Gênero textual	Autores	Editora/ IES	No.	Link	Perspectiva teórica
Dos Antagonismos na Apropriação Capitalista da Água à sua concepção como Bem comum	Artigo	Rafael Kruter Flores; Maria Ceci Misoczky	Organizações & Sociedade	015	<u>A12</u>	David Harvey
Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizador do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r]existência	Artigo	Carlos César de Oliveira Lacerda; Sérgio Carvalho Benício de Mello	Organizações & Sociedade	020	<u>A13</u>	Stavros Stavrides
Vicent e Elinor Ostrom: duas confluentes trajetórias para a governança de recursos de propriedade comum	Artigo	Mauro Guilherme Maidana Capelari; Paulo Carlos Du Pin Calmon; Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo	Ambiente & Sociedade	017	<u>A14</u>	Elinor Ostrom
Os fundamentos institucionais para o gerenciamento dos bens comuns na Amazônia Central	Dissertação	Pedro Gonçalves Afonso Frizo	UFRGS - PPG-Sociologia	018	<u>D1</u>	Elinor Ostrom
Mobilizações coletivas de Campo Grande, RJ, do direito à cidade à utopia anticapitalista global	Dissertação	Edivan de Oliveira Fulgencio	UERJ - PPG-Geografia	020	<u>D2</u>	Pierre Dardot e Christian Laval

Título	Gênero textual	Autores	Editora/ IES	No.	Link	Perspectiva teórica
Pobres como nós: Quilombolas de Rosário e uso comum no Rio Camará (Municípios de Salvaterra e Cachoeira do Arari/PA)	Dissertação	Samuel Vieira Cruz	UFPA - PPG-Antropolo-gia	019	<u>D3</u>	Elinor Ostrom
Cozinhando em/o comum: entre disputas pelo espaço público e a produção diferencial do espaço	Dissertação	Kauan Arthur Fonseca Lunardon	UFPR - PPG-Geografia	022	<u>D4</u>	Stavros Stavrides
Estudo comparado da gestão das visitas nos parques estaduais turísticos do Alto do Ribeira (PETAR) e Intervales (PEI)	Dissertação	Nara Nanae Sano	USP - PPG-Geografia Física	007	<u>D5</u>	Elinor Ostrom
Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à colonização	Dissertação	Marlon Brandt	UFSC - PPG-Geografia	007	<u>D6</u>	Propriedade Híbrida
Organizaciones comunitarias de prestación del servicio del agua en Villavicencio (Colombia): repercusiones, desafíos y propuestas para el abastecimiento de agua en las ciudades	Tese	Natalia Duarte Cáceres	UFMG - PPG-Geografia	022	<u>T1</u>	Elinor Ostrom

Título	Gênero textual	Autores	Editora/ IES	No.	Link	Perspectiva teórica
Entre despossessão e apropriação, o direito à cidade: quando o comum é possível	Tese	Rafael de Oliveira Alves	UFMG - PPG-Geografia	015	<u>T2</u>	Michael Hardt e Antonio Negri
"Resistir e retomar, nossa terra e nosso mar" : os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba	Tese	Leticia Ayumi Duarte	UFPR - PPG-Geografia	018	<u>T3</u>	Elinor Ostrom
Em busca da governança do turismo antártico	Tese	Nara Nanae Sano	USP - PPG-Geografia Física	011	<u>T4</u>	Elinor Ostrom
Descolonizar o comum? Ensaio da transmodernidade brasileira	Tese	Mariana de Moura Cruz	UFMG - PPG-Arquitetura e Urbanismo	019	<u>T5</u>	Michael Hardt e Antonio Negri
Cidade em festa, cidade em disputa: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI	Tese	Cintia Elisa de Castro Marino	UPM - PPG-Arquitetura e Urbanismo	018	<u>T6</u>	Stavros Stavrides

Título	Gênero textual	Autores	Editora/ IES	No.	Link	Perspectiva teórica
Teoria da Governança econômica dos bens públicos: estudo de caso da bacia do Paraguai-Paraná	Tese	Adriano Aparecido Silva	UERJ - PPG-Ciência Política	019	<u>T7</u>	Elinor Ostrom
Direito Humano à Água : de donos de poços a senhores da água : um estudo da realidade do acesso à água no município Águas Lindas de Goiás	Tese	Simone Farias Fonseca	UNB - PPG-Geografia	022	<u>T8</u>	Elinor Ostrom
O território do comum em práticas urbanas insurgentes	Tese	Tiago Balem	UFRGS - PPG-Planejamento Urbano e Regional	021	<u>T9</u>	Michael Hardt e Antonio Negri
Território pesqueiro de uso comum: conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE	Tese	Suana Medeiros Silva	UFPE - PPG-Geografia	017	<u>T10</u>	Elinor Ostrom
Governança na comunidade pesqueira da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) Prainha do Canto Verde: subsídios para incentivos socioeconômicos	Tese	Diana Alexandra Tover Bonilla	UFCE - PPG-Geografia	019	<u>T11</u>	Elinor Ostrom

Pauta I - Perfil e aproximação com o espaço

- Com que raça/cor você se identifica? () Branco () Preto () Pardo () Indígena () Amarelo
- Qual sua idade?
() 18 - 24 () 25 - 35 () 36 - 46 () 47 - 60 () 60 - 65 () 66 ou mais
- Como normalmente você vem à Praça?
() Transporte pessoal () Ônibus () Bicicleta () Andando
- Com que frequência você costuma vir ao local? E a que horário aproximadamente você frequenta à Praça?
() Uma ou duas vezes ao mês () Uma vez na semana () Duas ou mais vezes na semana () Todos os dias.
() 5h - 6h () 7h - 11h () 12h - 17h () 18h - 22h
- Você trabalha ou estuda?
() Sim, trabalho () Sim, estudo () Sim, trabalho e estudo () Não
- Isso influencia no horário com que você frequenta a Praça?
() Sim () Não
 - **Caso não trabalhe nem estude e a resposta anterior tenha sido SIM**, o que determina o horário com que você frequenta a Praça? _____.

Pauta II - Apropriação do Espaço

- Normalmente, por qual motivo você vem à Praça?
() Para se exercitar () Para sair com os(as) amigos(as) () Para passar um tempo sozinho () Outro: _____
- Por que você vem a essa praça especificamente?
() Proximidade com minha casa/meu trabalho () Segurança () Costume.
- Qual a importância dessa praça para você?
_____.
- Quando você está aqui, o que costuma fazer? Se você pudesse fazer um roteiro de como é um dia seu na praça Luiz Lopes Correia, como ele seria? _____.
- Como é a sua convivência com as outras pessoas na Praça Luiz Lopes Correia?

Seção III - Segurança e Forças policiais

- Complete a Declaração: *eu me sinto mais seguro na praça Luiz Lopes Correia quando* _____ . Você considera que a praça ser aberta ao público é importante?
() Sim () Não
- Por quê? _____.
- Declaração: *A Praça Luiz Lopes Correia é perigosa.*
Sendo **1 = discordo fortemente** e **5 = concordo fortemente**, o quanto você concorda com a afirmação:
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

- Você considera que a praça ser aberta ao público interfere nos índices de violência?
() Sim () Não

- O que você acha do policiamento na Praça Luiz Lopes Correia? _____.
- Você já sofreu ou viu alguém sendo enquadrado (popularmente, “baculejo”)?

() Sim, eu já fui enquadrado () Sim, eu já vi alguém sendo enquadrado () Não, nunca fui e nem vi alguém sendo enquadrado () Já ouvi histórias sobre alguém sendo enquadrado.

- **Caso a resposta NÃO tenha sido “Não, nunca fui e nem vi alguém sendo enquadrado”,** você poderia narrar como foi esse caso? O que você sentiu? _____.

Seção IV - Infraestrutura

- Quanto à infraestrutura Da Praça:

	1. Discordo fortemente	2. Discordo	3. Não concordo nem discordo	4. Concordo	5. Concordo fortemente
Deveriam ter mais eventos na Praça					
Estou satisfeito com a Iluminação da Praça					
Estou satisfeito com a quantidade de bancos da Praça					
Deveriam ter quadras desportivas na Praça					
Deveriam ter mais equipamentos de recreação na Praça					
Estou satisfeito com a quantidade de objetos de recreação infantil na Praça					
A Praça Luiz Lopes Correia é acessível para pessoas com deficiência					
Deveriam ter mais equipamentos de musculação na Praça					

Apêndice D: Roteiro de entrevistas – Parque da Bela Vista

Pauta I - Perfil e aproximação com o espaço

- Com que raça/cor você se identifica? () Branco () Preto () Pardo () Indígena () Amarelo
- Qual sua idade?

18 - 24 25 - 35 36 - 46 47 - 60 60 - 65 66 ou mais

- Como normalmente você vem o Parque?
 Transporte pessoal Ônibus Bicicleta Andando
- Com que frequência você costuma vir ao local? E a que horário aproximadamente você frequenta o Parque?
 Uma ou duas vezes ao mês Uma vez na semana Duas ou mais vezes na semana Todos os dias.
 5h - 6h 7h - 11h 12h - 17h 18h - 22h
- Você trabalha ou estuda?
 Sim, trabalho Sim, estudo Sim, trabalho e estudo Não
- Isso influencia no horário com que você frequenta o Parque?
 Sim Não
 - **Caso não trabalhe nem estude e a resposta anterior tenha sido SIM,** o que determina o horário com que você frequenta o Parque? _____.
- **Pauta II - Apropriação do Espaço e cercamento**
- Normalmente, por qual motivo você vem ao Parque?
 Para se exercitar Para sair com os(as) amigos(as) Para passar um tempo sozinho Outro: _____
- Por que você vem a esse Parque especificamente?
 Proximidade com minha casa/meu trabalho Segurança Costume.
- Qual a importância desse Parque para você?
_____.
- Quando você começou a frequentar o Parque da Bela Vista, ele já estava cercado?
 Sim Não
- Por que você acha que cercaram o Parque? _____.

Seção III - Segurança

- Declaração: *eu me sinto mais seguro (a) com a existência da cerca.*
Sendo **1 = discordo fortemente** e **5 = concordo fortemente**, o quanto você concorda com a afirmação:
 1 2 3 4 5
- Você considera que o Parque ser cercado influencia na sua escolha de vir aqui ou ir para outro local?
 Sim Não
- Você sente que a cerca influencia seu uso do espaço do Parque?
 Sim Não
 - Por quê? _____.
- Declaração: *O Parque da Bela Vista é perigoso.*
Sendo **1 = discordo fortemente** e **5 = concordo fortemente**, o quanto você concorda com a afirmação:
 1 2 3 4 5

- Você considera que o Parque ser cercado influencia nos índices de violência? () Sim () Não
- Você ou um conhecido seu já precisou se retirar do Parque por conta do horário de funcionamento dela?
() Sim, eu () Sim, um conhecido () Sim, eu e um conhecido () Não
- **Se a resposta anterior for SIM**, para onde você foi após o acontecimento?
○ _____.
- **Se a resposta anterior for SIM**, Isso acontece com que frequência?
() Aconteceu apenas uma vez () Duas ou três vezes () Com frequência () Quase sempre

Seção IV - Infraestrutura

- Quanto à infraestrutura do Parque:

	1. Discordo fortemente	2. Discordo	3. Não concordo nem discordo	4. Concordo	5. Concordo fortemente
O Parque deveria fechar mais tarde					
O Parque deveria abrir mais cedo					
Deveriam ter mais eventos no Parque					
Estou satisfeito com a Iluminação do Parque					
Estou satisfeito com a quantidade de bancos do Parque					
Estou satisfeito com a quantidade de quadras desportivas do Parque					
Estou satisfeito com a quantidade de Pistas de Skate do Parque					
Estou satisfeito com a quantidade de objetos de recreação infantil no Parque					
O Parque da Bela Vista é acessível para pessoas com deficiência					

○ Você des-cercaria o Parque se pudesse?

() Sim () Não

Por quê? _____.

Apêndice E – Detalhamento do perfil dos entrevistados

Código	Idade	Raça/Cor	Vínculo empregatício ou estudantil	Frequência aproximada	Motivação
EL1	26	Preta	Professora da rede municipal	Quatro vezes por semana	Pegar ônibus
EL2	27	Preta	Enfermeira; doutoranda.	Todos os dias	Pegar ônibus
EL3	59	Negra	Aposentada	Três a quatro vezes por semana	Assistir às pessoas, caminhar, socializar
EL4	37	Preto	Motorista de caminhão	Quando folga do trabalho	Jogar dominó
EL5	85	Preta	Aposentada	Todos os dias	Caminhar
EL6	46	Parda	Dona de casa	Duas vezes na semana	Acompanhar os filhos
EB1	25	Branca	Graduanda	Três vezes na semana	Socializar, caminhar
EB2	22	Pardo	Graduando	Duas a três vezes no mês	Correr
EB3	19	Branco	Funcionário público	Duas a três vezes no mês	Acompanhar o amigo e correr
EB4	20	Branca	Graduanda	“Duas vezes no ano”	Caminhar, socializar
EB5	26	Branca	Arquiteta	Mais de duas vezes por semana	Caminhar com o cachorro, socializar
EB6	22	Pardo	Professor	Três vezes por semana	Caminhar, dar uma pausa na rotina